

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 46 | Aracaju-SE | 2016



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Sergipe Provincial

Editor

João Paulo Gama Oliveira (IHGSE, FMN e SEED/SE)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)
Antônio Carlos dos Santos (IHGSE e UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)
Neuza Maria Góis Ribeiro (IHGSE e UFS)
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (IHGSE e UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e PPGEU-UFS)

Conselho Consultivo

Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS e IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO e IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)

Pareceristas *ad hoc*

Ana Márcia Barbosa dos Santos (SEED/SE e UFS)
Danielle Virginie dos Santos Guimarães Marinho (SEED/SE e UFS)
Joaquim Tavares Conceição (CODAP e PPGED-UFS)
Lilian de Lins Wanderley (UFS)
Maria José Dantas (UFS)
Simone Paixão Rodrigues (SEED/SE e Faculdade São Luís)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Teresa Cristina Cerqueira da Graça (UNIT)
Wagner Gonzaga Lemos (SEED/SE)



Página 5 Serviços Editoriais

www.pagina5editorial.com
contato@pagina5editorial.com

Projeto Gráfico | Diagramação | Capa

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Tratamento de imagens

Débora Santos Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natã Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 46

VOLUME 1:
Dossiê Sergipe Provincial

VOLUME 2:
Dossiê Sergipe Republicano

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe / Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
– Vol. 1, n.1 (1913) - . – Aracaju : IGHSE, 1913-

Semestral
Disponível em versão eletrônica a partir de 2014.
Disponível em: <www.revistaihge.org.br>.

v. 1 Dossiê Sergipe Provincial – v. 2 Dossiê Sergipe Republicano.

ISSN 1981-7347
ISSN 2446-4856 (online)

1. Geografia – Sergipe. 2. História – Sergipe.

CDU 91+94(813.7)(05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Jackson Barreto Lima

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça

DIRETORIA

Presidente
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Primeiro Vice-Presidente
José Ibarê Costa Dantas

Segundo Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Segundo Secretário
Lenalda Andrade Santos

Orador
Terezinha Alves de Oliveira

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Diretor do Arquivo e da Biblioteca
Lorena de Oliveira Souza Campello

Diretor do Museu e da Pinacoteca
Sura Souza Carmo

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
João Oliva Alves
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Sócios Beneméritos
Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
Francisco Guimarães Rollemberg
Gilton Feitosa Conceição
Itamar Freitas de Oliveira
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José de Oliveira Júnior
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Verônica Maria Meneses Nunes

Sócios Efetivos
Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Ávila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antonio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Cesar Augustus Santos Barbieri
Claudefranklin Monteiro Santos
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso
Darcilo Melo Costa

Diogo Francisco Cruz Monteiro
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueirôa
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas-Bôas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Jean Marcel D'Ávila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José de Oliveira Brito Filho
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lenalda Andrade Santos
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santa Rosa Cerqueira
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Rogério Freire Graça
Rômulo de Oliveira Silva
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Maria Santana de Oliveira
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Aline do Nascimento Teixeira (atendimento ao público)
José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)
Livia Borges Santana (museóloga)
Maria Fernanda dos Santos (secretária)
Nayara Santos de Jesus (supervisora de arquivo e biblioteca)
Pablo Renan Silva Campos (técnico de arquivo e biblioteca)
Rilnah Prado Menezes (pedagoga)

ESTAGIÁRIOS

Adriana Silva da Fonseca
Isaac Rodrigues Santos
Jhon Lennon Souza Santos
João Phellipe Santana de Oliveira
Jocelina Santos Silva
José Elves de Lima Oliveira
Leonice Pereira dos Santos
Milana Evany Santos Silva

Sumário

Volume 1

Dossiê Sergipe Provincial

APRESENTAÇÃO
Dossiê “Sergipe Provincial”

10 *João Paulo Gama Oliveira*

DOSSIÊ

Senzalas de palha, choças e
choupanas: fragmentos da história
da moradia escrava nas terras
sergipanas (1801-1888)

20 *Joceneide Cunha dos Santos*

A política em Sergipe Provincial
(1820-1889)

33 *José Ibarê Costa Dantas*

A fundação de um lugar: Riachão
do Dantas, suas tramas e seus
sujeitos (1836-1870)

43 *Rosana Oliveira Silva*
Claudefranklin Monteiro Santos

Musa Sancritovense: quadras
populares contra a mudança da
capital de São Cristóvão para
Aracaju, 1855

58 *Amâncio Cardoso*

O patrimônio organístico sergipano: o
encontro da música com sua história

73 *Thais Fernanda Vicente Rabelo*

Abrem-se as portas da sala de reuniões do Atheneu Sergipense (1871-1875)

88 *Maria Edna Santos*

O estupro de uma menor em Sergipe Oitocentista: estudo filológico do texto e sua análise sociojurídica

101 *Renata Ferreira Costa*
Acácia Gardênia Santos Lelis

ARTIGOS

Para uma história do português brasileiro em Sergipe: organizando as fontes manuscritas e suas edições

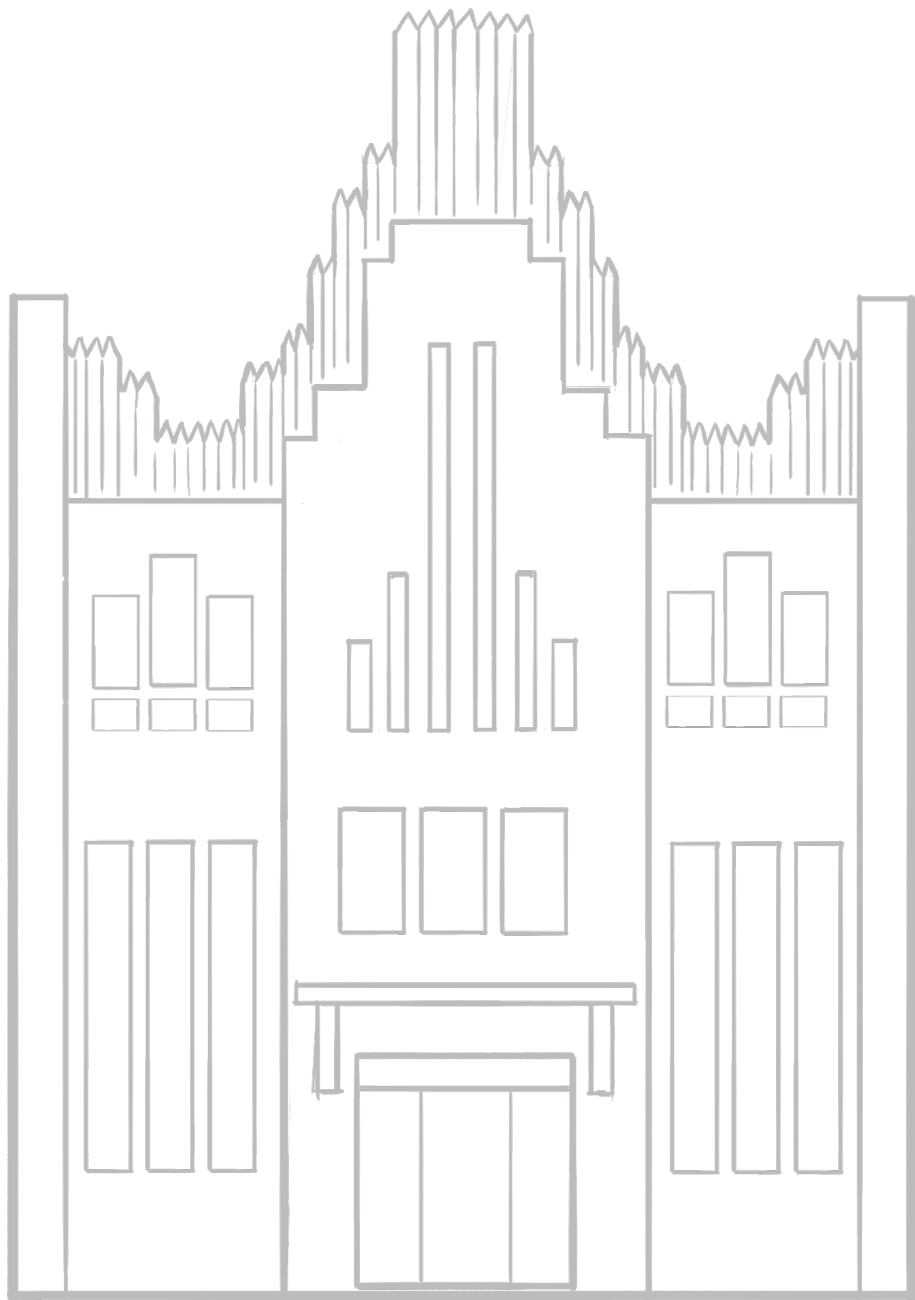
116 *Sandro Márcio Drumond Alves*
Raquel Meister Ko. Freitag

A propósito do sesquicentenário de Prado Sampaio

130 *Nelson Santana Santos*

Volume 1

Dossiê Sergipe Provincial



Apresentação: Dossiê “Sergipe Provincial”

João Paulo Gama Oliveira

10



É notável constatar a tradição da periodicidade da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (RIHGSE), publicada desde 1913 e, editada sem interrupções desde 2005. Agora em 2016, os leitores têm ao seu alcance a sua 46ª edição em dois volumes, repleta de trabalhos, que, com profundidade, desvelam distintas facetas de Sergipe. Contando com dois dossiês, um acerca de “Sergipe Provincial” e outro sobre “Sergipe Republicano”, além de uma série de artigos de temas diversos, discursos, resenha e homenagem, o público poderá conferir como o mais antigo periódico em circulação no Estado de Sergipe¹, revigora-se a cada publicação.

A “Casa de Sergipe”² foi a responsável pela publicação da RIHGSE que, por mais de cem anos “[...] proporcionou uma contribuição inestimável aos estudos sobre a história, a cultura e a política no Estado. Ultrapassou as adversidades, empenhou-se em acompanhar as demandas dos novos tempos, incorporou modernas tecnologias e ampliou seu campo de ação contribuindo para a construção da identidade sergipana”.³ No presente número, damos continuidade à sessão dossiês, e, após “Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe D’El Rey”, agora, nove pesquisadores colocam suas tintas sobre “Sergipe Provincial”. O título faz uma justa homenagem à historiadora Maria Thetis Nunes que, além de trabalhos espessos

- 1 Sobre a história da Revista do IHGSE ver: FREITAS, Itamar. *A escrita da História na “Casa de Sergipe”-1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002; SANTOS, Magno Franciso de Jesus. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana*. In: ALBUQUERQUE, Samuel; SANTOS, Magno; SANTOS, Ane (Orgs.). *História, Memória e Comemoração na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014. p. 107-157 e ainda DANTAS, Ibarê. *A centenária revista da Casa de Sergipe*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. v. 1 n. 1 (1913). Nº 43. 2013. p. 45-62.
- 2 Nome utilizado pelos associados do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe para assim denominar a instituição fundada em 1912 e de fundamental papel cultural para o Estado de Sergipe. Para conhecer aspectos da história da “Casa de Sergipe” ler: DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE. 2012.
- 3 DANTAS, Ibarê. *A centenária revista da Casa de Sergipe*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. v. 1 n. 1 (1913). Nº 43. 2013. p. 62

dentro da temática, publicou “Sergipe Provincial I” e “Sergipe Provincial II”⁴, referências obrigatórias para os estudiosos do Oitocentos sergipano.

Assuntos relacionados a Sergipe no período do Império constituem-se entre as matérias mais debatidas na Revista do Instituto, segundo Magno Santos⁵, temas como a Emancipação Política, a Revolta de Santo Amaro das Brotas e a mudança da Capital de São Cristóvão para Aracaju foram discutidos, exaustivamente, no periódico ao longo de suas edições. A Emancipação Política foi o tema dos trabalhos de Libério de Souza Monteiro, Epifânio Dória, Maria Thetis Nunes, Vanessa Oliveira dos Santos e Ibarê Dantas. Já a Revolta de Santo Amaro, figurou na Revista pelos escritos de Felisbello Freire, Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior e Maria Thetis Nunes, no tocante ao tema da mudança da capital, sobressaem os trabalhos de Epifânio Dória, João Pires Winne e José Bonifácio Fortes Neto⁶.

Tais autores, que publicaram nas páginas da RIHGSE, são também responsáveis por significativas obras que abarcam o século XIX sergipano. Felisbello Firmo de Oliveira Freire em sua “História de Sergipe” dedicou o Livro III a “Política Imperial (1823-1855)”, Antônio de Carvalho Lima Júnior tratou da “História dos limites entre Sergipe e Bahia”⁷ e João Pires Winne com seu trabalho “História de Sergipe 1575-1930”⁸.

Diante de outras perspectivas analíticas, Maria Thetis Nunes colocou sua lupa sobre a Província de Sergipe⁹. E ainda, Ibarê Dantas que, na aurora do século XXI, publicou a obra “Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe”, na qual, a partir de uma personagem o autor nos apresenta diversos aspectos do Oitocentos em Sergipe. Tais exemplos, de uma análise que merece um estudo pormenorizado, não é uma mera coincidência, mas reforça a ideia do IHGSE como “[...] um centro de cultura, agregador da intelectualidade e cultivador da sociabilidade”¹⁰.

- 4 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000 e NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2006.
- 5 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel; SANTOS, Magno; SANTOS, Ane (Orgs.). *História, Memória e Comemoração na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014. p. 133.
- 6 Acerca de José Bonifácio Fortes Neto, ler: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)*. Tese. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2015.
- 7 LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918.
- 8 WINNE, Pires. *História de Sergipe 1575-1930*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1970.
- 9 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000 e NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2006.
- 10 DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE. 2012. p. 20



Ainda lançando o olhar sobre “Sergipe Provincial”, na Revista da “Casa de Sergipe”, é importante esclarecer que a escrita da História no periódico, entre os anos de 1913 e 1999, foi um objeto proficuamente estudado por Itamar Freitas¹¹. Em estudo mais recente, Ibarê Dantas estabeleceu quatro fases distintas para a Revista, a primeira de 1913 a 1929, a segunda de 1939 a 1965, a terceira de 1976 a 2002 e uma quarta fase da Revista entre os anos de 2005 e 2012, seria a fase “[...] que o IHGSE viveu um ciclo virtuoso. Um dos indicadores dessa condição foi o lançamento anual da Revista na data do aniversário da Instituição. [...] Atingia assim uma regularidade jamais alcançada pelo Sodalício”¹². Ouso acrescentar que tal fase se estendeu até 2015, agregando várias das mesmas características expostas pelo autor.

Dentro dessa perspectiva, propus-me a elencar os artigos publicados na RIHGSE, nesse recorte temporal da “quarta fase”, não estudado pelo pesquisador Itamar Freitas, que tratam de “Sergipe Provincial” como se pode ver no quadro a seguir:

Sergipe Provincial nas páginas da Revista da “Casa de Sergipe” (2002-2015)

Título do artigo	Autor (a)	Nº	Ano
Da Taba de Serigy ao Balão do Porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX	Beatriz Góis Dantas	33	2002
Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889)	Samuel Barros de Medeiros Albuquerque	33	2002
Cidades e Vilas de Sergipe no Século XIX	José Silvério Leite Fontes	33	2002
A pena de morte em Sergipe	Pedrinho dos Santos	33	2002
Uma Geografia da Morte: roteiro do cólera por Sergipe, 1855-1856	Amâncio Cardoso dos Santos Neto	33	2002
Escravidão em Sergipe: fugas e quilombolas - séc. XIX	Amâncio Cardoso dos Santos Neto	34	2005
Conflitos internos em Sergipe: a instabilidade política e a consolidação da autonomia (1824)	Vanessa dos Santos Oliveira	34	2005
Antonio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância	Samuel Barros de Medeiros Albuquerque	34	2005
Atheneu Sergipense: traços de uma história	Eva Maria Siqueira Alves	34	2005

Continua...

11 Para outras informações ver a obra completa de FREITAS, Itamar. *A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002

12 DANTAS, Ibarê. A centenária revista da Casa de Sergipe. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. v. 1 n. 1 (1913). Nº 43. 2013. p. 58

Título do artigo	Autor (a)	Nº	Ano
Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe	Jorge Carvalho do Nascimento	35	2006
Escrita de si na “Casa de Sergipe” – A autobiografia de Emília Rosa de Marsilac Fontes (11871-1948)	Samuel Barros de Medeiros Albuquerque	36	2007
Cartas de Emília	Ibarê Dantas	36	2007
A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise das alforrias na Cotinguiba (1860-1888)	Sharyse Piroupo do Amaral	37	2008
Devoção com diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário na Cidade de São Cristóvão-SE (1860-1880)	Vanessa dos Santos Oliveira Hippolity Brice Sogbossi	37	2008
A festa de São Benedito em Lagarto: do auge ao esvaziamento sociocultural e religioso (1874-1928)	Claudefranklin Monteiro Santos	37	2008
As filhas da peste: fome, morte e orfandade – Sergipe, 1855-1856	Amâncio Cardoso dos Santos Neto	38	2009
Africanos livres e sociabilidades no Vale do Cotinguiba	Aline Ferreira da Silva Daniela Moura Bezerra Williams Souza Silva Frank Nilton Marcon	38	2009
Comércio de escravos na Província de Sergipe (1850-1888)	Josué Modesto dos Passos Subrinho	39	2009
Uma disputa à burguesa: homens e mulheres escravos lutam por sua liberdade na justiça, Lagarto-Província de Sergipe, 1850-1888	Joceneide Cunha	39	2009
A resistência dos índios sergipanos no século XIX	Pedro Abelardo de Santana	40	2010
Um olhar sobre homens e mulheres africanos: indícios da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850)	Joceneide Cunha	40	2010
Histórias de famílias na Estância/SE oitocentista (1840-1890)	Sheyla Farias Silva	40	2010
À mesa com Adolphine: alimentação de uma família em Sergipe no século XI	Amâncio Cardoso dos Santos Neto	40	2010
História dos internatos: caminho para uma “zona silenciosa”	Joaquim Tavares da Conceição	40	2010
Sergipe no tempo das ferrovias: nota histórica.	Amâncio Cardoso dos Santos Neto	41	2011

Título do artigo	Autor (a)	Nº	Ano
Subsídios para o estudo da tributação em Sergipe (1590-1889)	Lourival Santana Santos	41	2011
Sílvio Romero: impressões de uma trajetória	Milena da Silveira Pereira	42	2012
Ibarê Dantas e a História da Província de Sergipe	Samuel Barros de Medeiros Albuquerque	42	2012
A escrita da história de Severiano Cardoso no entardecer do século XIX	Maria Fernanda Santos	42	2012
O internato e o ensino secundário público em Sergipe no século XIX	Joaquim Tavares da Conceição	43	2013
Encontros pedagógicos: Joaquim Menezes Vieira e Tobias Barreto Leite (1875- 1890)	Verônica dos Reis Mariano Josineide Siqueira de Santana	43	2013
Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850 -1888	Joceneide Cunha	43	2013
O constitucionalismo luso-brasileiro na cultura política da independência: a Capitania de Sergipe	Edna Maria Matos Antônio	44.1	2014
As discontinuidades na Instrução primária: entre leis, relatórios, correspondências e impressos (1827-1838)	Solyane Silveira Lima Leila Menezes de Santana Simone Silveira Amorim	44.2	2014
A Devoção a Nossa Senhora do Rosário em Sergipe del Rey (sec. XIX)	Vanessa Santos Oliveira	44.2	2014
A Hora Derradeira de Homens e Mulheres Africanos e seus descendentes: alguns apontamentos sobre os óbitos, Santo Amaro, Sergipe, 1802-1835	Joceneide Cunha	44.2	2014
Ao senhor dos passos: nota sobre uma túnica oitocentista	Samuel Barros de Medeiros Albuquerque	45.1	2015

Quadro elaborado pelo editor com base nos números da RIHGSE, cabe salientar que somente levei em consideração os artigos, excluí os discursos, homenagens e assuntos publicados em outras sessões.

O quadro permite observar a vitalidade do tema “Sergipe Provincial” dentro da Revista do IHGSE, aparecendo em todos os números publicados entre 2002 e 2015, em um total de 37 trabalhos. Nota-se também o diálogo entre a produção historiográfica sobre o Oitocentos nos diferentes Programas de Pós-Graduação no país e a Revista da “Casa de Sergipe”. O



centenário periódico hospedou desdobramentos de um variado número de dissertações e teses defendidas nesses primeiros anos do século XXI.

Os autores que mais publicaram dentro do recorte temporal do oitocentos foram: Amâncio Cardoso¹³ e Samuel Albuquerque¹⁴, ambos com cinco textos, Joceneide Cunha¹⁵ (4), Vanessa dos Santos Oliveira (3)¹⁶, como também Joaquim Tavares da Conceição (2). Outros significativos estudiosos do XIX, em Sergipe, colocaram nas páginas do periódico artigos que derivam de seus estudos *stricto-sensu*, nessa lista constam: Claudefranklin Monteiro Santos¹⁷, Edna Maria Matos Antônio¹⁸, Eva Maria Siqueira Alves,¹⁹ Jorge Carvalho do Nascimento²⁰, Josué Modesto dos Passos Subrinho²¹, Lourival Santana Santos²², Pedro



- 13 Amâncio Cardoso é autor da Dissertação: *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. 2001.
- 14 Samuel Albuquerque é autor da Tese: *Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador –BA. 2014.
- 15 Joceneide Cunha é autora da Tese: *Vivências dos africanos nas terras sergipanas (1790-1850)*. 2014 Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador –BA. 2014.
- 16 Autora da Dissertação *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2008.
- 17 Autor da Tese: *A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE: 2013.
- 18 Autora da Tese: *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e culturas políticas na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011.
- 19 Autora da Tese: *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP. 2005.
- 20 Autor da Tese: *A Cultura Ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP. 1997.
- 21 Autor da Tese: *Reordenamento do Trabalho*. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas. 1992.
- 22 Autor da Tese: *A produção do espaço agrário sergipano: Estruturação e Arranjos (1850-1925)*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2011.

Abelardo de Santana²³, Sharise Piroupo do Amaral²⁴, Sheyla Farias²⁵ e Simone Amorim²⁶.

Em outras palavras, é possível afirmar que os estudiosos de Sergipe no Oitocentos, escolheram a Revista do IHGSE para publicar fragmentos das suas pesquisas empreendidas com fôlego e fornecendo novos olhares sobre “Sergipe Provincial”. A Revista agregou diversas análises e temáticas que renovaram a escrita da História desse recorte do passado. Além desses aspectos, continuou a divulgar trabalhos de autores fundamentais na escrita da história, na segunda metade do século XX, como Beatriz Góis Dantas, Ibarê Dantas e José Silvério Leite Fontes, com a divulgação de uma comunicação apresentada em 1973, em um Simpósio da Associação Nacional dos Profissionais de História. Como também outros interessados nas pesquisas históricas.

Nesta edição, soma-se a esse conjunto de trabalhos publicados pela RIHGSE o dossiê “Sergipe Provincial” com sete artigos de distintas temáticas, aqui expostos da seguinte forma:

A pesquisadora Joceneide Cunha, da Universidade do Estado da Bahia, envereda pela história da moradia escrava em Sergipe, com base em um variado leque de fontes como inventários *post-mortem*, testamentos e poemas apresentando significativas conclusões acerca das “Senzalas de Palha, Choças e choupanas”, suas possibilidades e funções de moradia, bem como o material utilizado para a construção das mesmas.

Na sequência, o consagrado intelectual sergipano Ibarê Dantas nos brinda com o trabalho “A política em Sergipe Provincial (1820-1889)”. Por meio de uma divisão em fases do período em foco, o autor observa a formação de grupos dominantes, o surgimento de agremiações envolvidas em competições, divisões, discórdias e conflitos. Assinalando como o jogo partidário contribuiu para socializar as elites dentro do sistema representativo na Província de Sergipe.

Rosana Oliveira Silva e Claudefranklin Monteiro Santos discorrem sobre as origens da cidade de Riachão do Dantas/SE, entre os anos de 1836 e 1870,

23 Autor da Tese: *Os índios em Sergipe oitocentista: Catequese, civilização e alienação de terras*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador – BA: 2015.

24 Autora da Tese: *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador – BA: 2007.

25 Autora da Dissertação: *Nas Teias da Fortuna: Homens de Negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)*. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador – BA: 2005.

26 Autora da Tese: *Configuração do trabalho docente e o ensino primário em Sergipe no século XIX (1827-1880)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2012.



com o intuito de analisar “[...] as ações e trajetórias dos sujeitos fundantes para entender a constituição do lugar, embasados pela documentação disponível, tais como a escritura de doação das terras, inventário, documentos de nomeação de cargos e caderno de anotações genealógicas”.

No trabalho intitulado “Musa Sancritovense: quadras populares contra a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, 1855” o historiador Amâncio Cardoso analisa três quadras populares com o uso do método da análise do discurso para responder os seguintes problemas: “Que influência as quadras tiveram no processo de mudança da capital? De que modo as quadras podem servir de meio para penetrar em parcela do mundo simbólico sergipano à época? E ainda; que significados explícitos e/ou subjacentes expressam as trovas populares?”. Tais questionamentos são respondidos em um texto que proporciona uma rica viagem ao cotidiano do XIX, em Sergipe.

Já “O patrimônio organístico sergipano: o encontro da música com sua história”, é o tema da pesquisa de Thais Fernanda Vicente Rabelo, trabalho derivado da sua Dissertação de Mestrado em Música defendida na Universidade Federal da Bahia. Dessa vez, o olhar sobre “Sergipe Provincial” parte da Musicologia Histórica e da Organologia para apresentar um estudo em torno dos órgãos de tubos de Sergipe, revelando variados elementos não só da história da música, mas também da própria relação da mesma com o Vale do Cotinguiba e a existência de um patrimônio musical ainda pouco conhecido no Estado.

A História da Educação se faz presente no dossiê por meio do trabalho de Maria Edna Santos, ao abordar a Congregação do Atheneu Sergipense, com um olhar voltado para as Atas das suas reuniões, nos cinco primeiros anos de funcionamento daquela instituição educacional, 1871 a 1875, sob a direção de Manuel Luiz Azevedo D’Araújo. Por meios dos pontos de pauta, revelam-se elementos do cotidiano do Atheneu Sergipense assim como, traços da educação secundária na Província de Sergipe.

Finalizando o dossiê, a Revista traz à baila o estudo de Renata Ferreira Costa e Acácia Gardênia Santos Lelis, que apresenta uma análise filológica do processo-crime de uma menina negra de oito anos de idade, praticado por um mulato de doze anos incompletos na Vila de Santo Amaro das Brotas (SE), em 1883. Em uma instigante pesquisa, com base nos pressupostos teóricos e práticos da Filologia, as autoras apontam outras formas possíveis de estudar o passado de Sergipe.

Diante da variedade de temáticas expostas, o Dossiê “Sergipe Provincial” vem integrar as novas visões acerca de Sergipe, no século XIX, junta-se aos estudos que se debruçaram nesse recorte do passado, além de proporcionar incentivo a novas pesquisas. Soma-se também a diferentes possibilidades de diálogo com aqueles que se dedicam ao estudo do Oito-



centos em Sergipe e no Brasil, além de constituir um revisitado de clássicos da historiografia sergipana.

Além do Dossiê, ainda nesse número, temos dois artigos com temáticas distintas e relevantes. No primeiro, Raquel Meister Ko. Freitag e Sandro Márcio Drumond Alves apresentam resultados de um projeto acerca da História do Português Brasileiro em Sergipe, especificamente, as diretrizes que guiam a preparação de documentos escritos no Brasil, mais precisamente no Estado de Sergipe. No segundo, o pesquisador Nelson Santana Santos trata do intelectual sergipano Joaquim do Prado Sampaio Leite, em seu sesquicentenário por meio da análise de artigos e textos publicados pelo referido escritor em jornais e revistas de Sergipe e Pernambuco.

Por fim, é preciso salientar que assumi com alegria e responsabilidade, a desafiadora tarefa de ser editor da Revista do IHGSE, no início do ano de 2016, para substituir o confrade Magno Francisco de Jesus Santos, que, naquele momento, deixava o Estado de Sergipe. Com o número da Revista em andamento, alguns artigos aprovados, outros em análise, além do recebimento contínuo de diferentes trabalhos, ou seja, uma intensa labuta para um curto prazo até a editoração do periódico.

Em poucos meses e uma forte pareceria junto ao Conselho Editorial, especialmente, o presidente da “Casa de Sergipe”, Samuel Albuquerque, fizemos jus à política da Revista na qual todos os artigos são avaliados por dois pareceristas e no caso de ponderações opostas, solicitamos um novo parecer. Para esse número contamos também com o apoio de uma série de avaliadores *ad hoc* que, de forma ágil e minuciosa, analisaram cada artigo enviado.

Desse modo, oferecemos aos leitores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe o número 46 desse periódico centenário que certamente fará parte das estantes, físicas e/ou virtuais, dos que se interessam pela História de Sergipe e do Brasil. Agora, é preciso ler para conhecer o que cada página da Revista da “Casa de Sergipe” tem a oferecer.

Aracaju, Junho de 2016

João Paulo Gama Oliveira
Editor da RIHGSE



DOSSIÈ

Senzalas de palha, choças e choupanas: apontamentos sobre a história da moradia escrava nas terras sergipanas (1801-1888)

Joceneide Cunha¹

20



Resumo

O termo senzala aparece em diversos momentos na documentação. No entanto, as moradias dos escravos ainda são pouco estudadas. Neste texto pretendo analisar alguns aspectos da moradia dos escravos nas terras sergipanas no período de 1801 a 1888. Para isso, utilizei diversas fontes históricas, como inventários *post-mortem*, testamentos, poemas dentre outros, nesses busquei indícios da existência das senzalas, materiais usados e finalidades. Como resultado, encontrei na documentação diversas possibilidades de moradia escrava, bem como alguns dos materiais utilizados e algumas das funções dessas moradias.

Palavras-chave: escravos, senzalas, famílias.

Abstract

The term senzala appears at various times in the documentation. However, the houses of the slaves are still poorly studied. In this paper I analyze some aspects of the house of slaves in Sergipe land in the period from 1801 to 1888. For this, I used various historical sources, such as postmortem inventories, wills, poems among others, those sought evidence of the existence of the slave quarters, used materials and purposes. As a result, the documentation found several possibilities of slave housing, as well as some of the materials used and some of the functions of these villas.

Keywords: slaves, slave quarters, families.

1 Doutora em História pela UFBA. Professora da Universidade do Estado da Bahia.

A canção do Africano

Lá na úmida senzala,
 Sentado na estreita sala,
 Junto ao braseiro, no chão,
 Entoa o escravo o seu canto,
 E ao cantar correm-lhe em pranto
 Saudades do seu torrão...

De um lado, uma negra escrava
 Os olhos no filho crava,
 Que tem no colo a embalar...
 E à meia voz lá responde
 Ao canto, e o filhinho esconde,
 Talvez pra não o escutar!

....

O escravo calou a fala,
 Porque na úmida sala
 O fogo estava a apagar;
 E a escrava acabou seu canto,
 Pra não acordar com o pranto
 O seu filhinho a sonhar!

.....

O escravo então foi deitar-se,
 Pois tinha de levantar-se

Bem antes do sol nascer,
 E a cativa desgraçada Deita seu filho, calada,
 E põe-se triste a beijá-lo,
 Talvez temendo que o dono
 Não viesse, em meio do sono,
 De seus braços arrancá-lo!²

Ao imaginar as senzalas, a imagem comumente vinculada à expressão mencionada é a de vários escravos juntos uns sobre os outros, num espaço único. Imagem essa apresentada em novelas que tratam do período escravista. Essa imagem reflete um tipo de moradia dos cativos, mas existiram outras no Brasil Oitocentista. No poema, A canção do africano, do famoso literato abolicionista, Castro Alves, menciona a existência da senzala com o seu fogo, como um lugar da esfera da intimidade de homens e mulheres escravos, que a mulher podia acarinhar seu filho, ter seus pensamentos que revelavam a fragilidade da família escrava, ou ainda o lugar que escravo que chorava de tristeza com saudades do seu *torrão*. Ressalta que o fogo no interior das senzalas foi observado por vários viajantes que circularam no Brasil nos Oitocentos a exemplo de Rugendas. Segundo Slenes, esse fogo serviria para manter uma temperatura mais confortável no interior das habitações, iluminar e acender fogos no período era difícil e o fogo era necessário para o cozimento de alimentos. A fumaça produ-



zida pelo fogo também tinha sua importância, pois espantava mosquitos e conservaria os alimentos³. O mesmo autor aponta significados simbólicos para esse fogo que retornarei mais adiante.

Através de Castro Alves temos uma notícia sobre uma senzala na Província da Bahia nos Oitocentos. Na Província de Sergipe, da mesma maneira que em outras localidades, houve várias formas de senzalas. Neste artigo comentarei alguns indícios encontrados sobre os tipos de moradia de escravos nas terras sergipanas, no meio urbano e principalmente no rural. Para isso, utilizei diversos tipos de fontes como inventários *post-mortem*, textos literários, testamentos, sumários de culpa dentre outros. A metodologia utilizada o método indiciário proposto por Ginsburg, buscando pequenos sinais, indícios das moradias dos escravos⁴. Esses indícios foram identificados e suas informações foram somadas afim de construir um pequeno mosaico de como eram os lares escravos.

Muitos trabalhos citam a moradia escrava no meio urbano, grande parte desses trabalhos sobre o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro no século XIX era um grande centro urbano e que circulava uma grande quantidade de homens e mulheres escravizados. Possivelmente a pioneira a tratar da temática foi Mary Karash, que ao estudar escravidão na Capital identificou alguns tipos de moradia⁵. Outro a tratar da temática foi Carlos Eugênio Libano Soares que estudou os zungus que seria um local de pouso temporário para os africanos⁶. Outros estudos citam as residências dos escravizados em Salvador, como João José Reis que mostra que os escravizados residiam no andar térreo dos sobrados, nas lojas ou ainda em casas ou cômodos locados pelos escravizados. Essa autonomia permitiu a esses escravizados organizar o levante dos malês⁷.

Recentemente surgiram trabalhos que se debruçaram com mais afinco sobre a temática da moradia escrava. Dentre esses há textos específicos sobre a moradia escrava no meio urbano, a exemplo do trabalho de Ynaê Lopes dos Santos. A autora narra como eram as moradias dos homens e mulheres escravos no Rio de Janeiro na primeira metade dos Oitocentos. Para ela a moradia estava associada ao tipo de trabalho desenvolvido pelo escravizado. A autora chegou a conclusão semelhante que Ana Lourdes

3 SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp.237-253

4 GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de Um Paradigma Indiciário. IN: *Mitos, Emblemas, Sinais*. Carlo Ginzburg. Tradução de Federico Carotti. Companhia das Letras, São Paulo, 1989, pp. 143-179.

5 KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

6 SOARES, Carlos Eugênio. *Zungu: rumor de muitas vezes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

7 REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



da Costa chegou na sua dissertação de mestrado⁸. Os escravos de ganho tinham mais autonomia para “morar sobre si”⁹. Alguns empregados domésticos, principalmente dos senhores com menos recursos dormiam em esteiras em algum cômodo da casa, outros escravizados domésticos residiam nos porões das casas dos seus donos. Poucos são os trabalhos que versem sobre as senzalas, seus tipos e finalidades.

Ainda há textos que versam sobre as senzalas rurais, os materiais utilizados, bem como o que elas possibilitavam. Dentre os autores que versaram sobre essas moradias têm-se Robert Slenes e Rafael Marquese¹⁰. Slenes em seu livro, utilizando-se como fonte, principalmente, de relatos de viajantes, enumera várias arquiteturas de senzalas: as do tipo pavilhão, construções compridas e com apenas um andar, dividida em compartimentos, quatro escravos solteiros do mesmo sexo ocupavam um cubículo ou um casal com seus filhos; outro tipo de Senzala era o do tipo barracão, nesta não havia divisões. Eram duas senzalas e abrigavam os escravos separadamente pelo sexo. Os casados ficavam em recintos menores. Todavia, o autor não precisa se esses recintos ficavam ou não dentro das senzalas barracões. Ressaltamos que estes modelos foram encontrados no sudeste cafeeiro, onde o número de escravos por proprietário era bastante elevado. O mesmo autor cita Rugendas e este pontua que nos locais de lavoura de mandioca e algodão, a moradia dos escravos eram as choupanas, construídas de pau e cobertas de folhas de palmeiras, comumente não tinha janelas e eram extremamente baixas. Outra arquitetura citada é a de cabanas construídas com barro, em Minas Gerais. Marquese aponta a existência de senzalas em formato retangular, com um pátio comum e um único portão, essas existiram em Cuba e no Sul Cafeeiro. Os dois autores estudaram as senzalas no sudeste cafeeiro, uma das conclusões do primeiro autor é que os escravizados construíram suas moradias utilizando referenciais africanos. O segundo concorda com essa afirmação, mas defende que além desses referenciais também foram utilizados modelos pensados pelos senhores escravistas. Marquese também afirma que os modelos de senzalas variaram no sudeste cafeeiro no decorrer do tempo¹¹.

- 8 COSTA, Ana de Lourdes. Ekabó. Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Mestrado. Salvador: Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1989.
- 9 SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala*: Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010.
- 10 SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999, pp.149-180. Vê em: MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo.N. Sér. v.13. n.2.p. 165-188 jul.-dez. 2005.
- 11 MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo.N. Sér. v.13. n.2.p. 165-188 jul.-dez. 2005.

Neste texto esboçarei alguns aspectos acerca dos materiais utilizados, bem como das utilizações dessas moradias. Inicialmente tratarei do meio rural e sem seguida do meio urbano.

As senzalas nos sítios, engenhos e fazendas

O primeiro a noticiar as senzalas nas terras sergipanas foi o vigário Marcos de Souza em 1808. Em uma passagem conhecida e citada pela historiografia sergipana, o vigário defendia a ideia que a escravidão em Sergipe foi mais doce que a do Recôncavo Baiano. Entre seus argumentos para defender a sua ideia estão a existência das senzalas e suas formas. Ele menciona os materiais utilizados na feitura das senzalas possivelmente da zona rural de São Cristóvão. Segundo Marcos Souza, as senzalas eram cobertas de telhas enquanto que as do Recôncavo eram de palha. Essas senzalas abrigariam as famílias escravas que existiam em Sergipe, ainda segundo o vigário¹².

Marcos Souza foi vigário de Pé do Banco, possivelmente conheceu engenhos e sítios da Cidade de São Cristóvão que nesse momento incluía a povoação de Laranjeiras. Essa Cidade possuía vários engenhos tinham muitas construções incluindo capelas como o Ibura ou o Gameleiro que podem ter servido de cenário para a celebração de alguns casamentos que envolviam escravizados. Em São Cristóvão já havia na zona rural construções com telha desde os Setecentos, a exemplo do sítio de Maria José da Conceição que já era coberto com telhas em 1762¹³. Assim, as telhas eram um artigo usado há algum tempo na Cidade. Mais um elemento para analisarmos a informação do vigário é a existência de famílias. A cidade de São Cristóvão possuía grandes posses de escravos, e algumas dessas propriedades tinham inúmeras famílias. O Leandro Ribeiro de Siqueira, senhor de engenho São Paulo, possuía 37 famílias legítimas que envolviam homens e mulheres escravos, dessas 25 tinham participação de homens e/ou mulheres africanos, além dessas uniões oficiais, tinham também inúmeras famílias matrilineares¹⁴. O vigário ao se referir aos africanos citou a existência dos *angolas*, no período entre 1750-1835, os angolas foram majoritários¹⁵.

Diante desses elementos é possível afirmar que o vigário foi um bom observador, já que nas terras que possivelmente circulou tinham inúmeras

12 SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Sergipe/Aracaju. 2005. pp.26-27.

13 AGSJE, SCR/C.1ºOF. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp. 77-84, testamento de Maria José da Conceição, 1762.

14 AGSJE, Cartório do 1º Ofício de São Cristóvão, Inventário de Leandro Ribeiro de Siqueira, cx.7, 03/02/1827.

15 SANTOS, Joceneide Cunha. *NEGROS(AS) DA GUINÉ E DE ANGOLA: nações africanas em Sergipe (1720-1835)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2014.

ras famílias de escravizados, além dos outros elementos citados. Dessa maneira, possivelmente algumas das senzalas eram cobertas de telhas, provavelmente as moradias dos escravizados cujos senhores eram fortunados. Informo ainda que alguns desses engenhos tinham olaria que serviam para fazer as formas para o açúcar ser feito, e quiça as telhas que serviam para cobrir as senzalas, a casa do senhorio e demais trabalhadores dos engenhos. O Sargento-mor Dionizio Rodrigues Santos, residente em São Cristóvão, além de possuir um engenho também possuía uma olaria¹⁶. No entanto, não posso mensurar se tais construções eram a regra. Posso afirmar que as telhas não eram os únicos materiais usados para as moradias dos escravos, conforme veremos adiante.

Em 1823, na Povoação de Estância, Jerônimo Fernandes de Souza tinha entre os seus bens um engenho e algumas senzalas de palha. As palhas eram outro material usado nas construções das moradias dos escravos, de homens livres e libertos. Algumas casas de sítios de homens pobres em Estância também eram com palhas. A exemplo de Maximiliano José da Costa que tinha um sítio com casa de palha, além de coqueiros e mandioca¹⁷. Assim, as palhas eram uma alternativa para uma parte da população nos Oitocentos. Na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro também tinha sítios com palha, incluindo na povoação de Aracaju¹⁸.

Algumas senzalas construídas somente com palhas, e outras possivelmente de taipa e palha. O último tipo possivelmente foi a mais comum, pois também eram os materiais usados em algumas casas arroladas nos inventários dos moradores de São Cristóvão incluindo os da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, Povoação de Estância e dentre outros¹⁹. Para Slenes e Marquese, os escravos africanos procuravam materiais que permitissem construir moradias com modelos próximos as que eles tinham no continente africano. Nas construções das moradas dos escravizados de taipa eram necessários os cipós. Os escravos, após executarem os seus serviços podiam colher materiais para construir as suas choças com a ajuda dos parceiros de cativo. Esse foi o caso de Manoel Boca, que em 1860 mencionou num interrogatório que ele e seu parceiro, Venceslão, como de costume, após cumprirem as obrigações estavam tirando cipó, no mato, para construir sua casa²⁰. Manoel Boca e Venceslão eram cativos no Engenho Piauhy na Vila de Lagarto e por estarem no meio rural dispu-

16 AGJSE, Cartório do 1º Ofício de São Cristóvão, Inventário do Sargento Mor Dionizio Rodrigues Santos, 1836, Cx. 2311.

17 AGSJE, Cartório de Estância, Maximiliano José da Costa, cx.18, 09/01/1830.

18 AGJSE, Cartório de Aracaju, Inventário de Manoel Pires de Miranda, 1833, cx.2310.

19 Os inventários do Cartório de Lagarto na segunda metade dos Oitocentos mostram casas de taipa e telha, aos poucos que elas vão sendo substituídas por casas de tijolo e telha.

20 Réus Manoel Boca, Venceslão e Faustino, vítima José Telles de Menezes, sumário de culpa, 17/03/1860, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 380p.



nham de um maior espaço e facilidades para construir suas casas, posto que os materiais utilizados estavam próximos dos seus locais de trabalho. Ressalto ainda a solidariedade entre os parceiros de cativo para retirarem o material e possivelmente construir suas casas. Possivelmente no decorrer dos Oitocentos as telhas se tornaram mais comuns nas senzalas.

Em São Cristóvão, em 1826, identifiquei mais um indicio de moradias de escravizados. Inês Maria de Jesus tinha um sítio e três senzalas, além de um pasto²¹. Nesse inventário apareceu o número de senzalas. Informo também que a mesma senhora possuía sete escravizados, quatro homens, duas mulheres e um recém-nascido. Thereza era mãe do recém-nascido que ainda estava sem batismo. Ou seja, havia famílias e possivelmente essas tinham suas moradias. Da mesma forma que defende Slenes, possivelmente as famílias tinham espaços separados em Sergipe.

O termo senzala aparece em diversos inventários no plural, alguns desses inventários de senhores de engenho, a exemplo do engenho citado Iburá que possuía senzalas²². Todavia também havia sítios com senzalas, como Clara Maria da Conceição que tinha senzalas e cinco escravizados²³. Ou ainda na Vila de Maruim que em 1821, José Vicente, possuía casa no Bom Jesus com pasto e senzalas, tarefas de cana. Além disso, 14 escravizados, 5 mulheres, 5 homens e quatro crianças²⁴. Ou seja, possivelmente tinha famílias entre os seus escravizados, e é possível especular que eles tinham seus espaços em separado. Ressalto que Nicolau, cabra, era assistente de fazenda, possivelmente cuidava dos pastos de José Vicente. Grande parte dos escravizados que viviam nas senzalas que cito neste texto trabalhavam no eito, ou em atividades ligadas ao feitiço de açúcar, ou ainda na lida com o gado. Em suma, esse plural do termo senzala, indicia que alguns homens e mulheres escravizados viviam em separado em suas moradias. As famílias escravas possivelmente possuíam seus lares e em certa medida *moravam sobre si*.

Outra possibilidade de família eram as chamadas mistas. Os escravos casados com mulheres livres ou libertas ou o inverso. Na primeira situação, o casal residia em casas separadas e em algumas situações em moradias construídas nas propriedades do senhor do escravizado. Este era o caso de Antônio, escravo de João Baptista da Silva, que em 1869 morava com sua esposa numa casa localizada no interior da propriedade do seu senhor. Tinha como vizinho um livre, Antônio Francisco d'Araújo,

21 AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Cartório de São Cristóvão, Inventariado: Inês Maria de Jesus, 6/12/1826, cx. 162.

22 AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Inventário de Manoel Fernandes de Souza, 1824, cx.161.

23 AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Inventário de Clara Maria da Conceição, 30/09/1819, cx.1.

24 AGJSE, Cartório de Maruim, Inventário de José Vicente, 2/04/1821, cx.3.



lavrador, um possível agregado do seu senhor²⁵. Pedro, propriedade de José Narciso, foi outro exemplo. Residia numa casa situada nas posses do seu senhor, com sua mãe e Jacinta, sua amásia²⁶.

Não rejeito a possibilidade de algum escravo casado com mulher livre residir na casa da consorte, pois muitas delas eram frutos de relacionamentos legítimos e poderiam ter herdado uma casa dos seus pais ou ainda adquirido através das suas economias. Os *bens de raiz* não eram difíceis de serem conseguidos no período, principalmente nas primeiras décadas. Em 50, por exemplo, apenas quatro inventariados não possuíam esses bens arrolados entre os seus pertences²⁷. Após 1850, data da promulgação da Lei de Terras, as mesmas passaram por forte valorização²⁸.

Ainda sobre as casas separadas, Francisco José Alves, famoso abolicionista, num artigo que se refere às senzalas menciona que foram transformadas em “pequenas casas aseadas” para trabalhadores livres residentes na zona da Cotinguiba²⁹, mostrando que os escravos moravam em casas separadas. Bem como uma grande preocupação do período da higienização. O século XIX assistiu a várias epidemias, dentre elas a de cólera bem como ao crescimento de um discurso higienista. Na Província de Sergipe, a cólera chegou em 1855 e fez inúmeras vítimas entre escravizados e livres, nas diversas regiões³⁰, com o isso ocorreu a difusão do discurso citado e das práticas higienistas.

Bittencourt Sampaio, poeta sergipano, ao se referir às casas dos escravos, no seu poema intitulado *No Álbum de um Poeta*, as chama de *choças*³¹. Segundo o dicionário Oitocentista, a choça significaria casa de colonos, uma casa humilde³². Viajantes no início dos Oitocentos descreveram as choças

- 25 AGJSE, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, Sumário de culpa, Réu, Antônio escravo de João Baptista da Silva, vítima, Josefa Maria da Conceição, 25/07/1869, caixa 4, 77p.
- 26 AGJSE, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, Sumário de culpa Réu, Vicente, vítima, Pedro, 27/06/1861, caixa 3, 56p.
- 27 Cartório do Primeiro e Segundo Ofício de Lagarto, Inventários *Post-mortem*, 1850 a 1888.
- 28 Cartório do Primeiro e Segundo Ofício de Lagarto, Inventários *Post-mortem*, 1850 a 1888; OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História. Franca - Século XIX*. SP: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A1997. (História Local, 7).
- 29 ALVES, Francisco José. Agricultura do país e a escravidão. In: LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, 164-170.
- 30 CARDOSO, Amâncio. *AS FILHAS DA PESTE: fome, morte e orfandade _ Sergipe 1855-1856*. In: Revista do IHGSE, nº38, 2009, pp.25-48.
- 31 Essa poesia, que se refere ao norte, foi publicada inicialmente em 1860, em Flores Silvestres, um livro de poesia. Ver em: GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. pp.99-100. SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt. No álbum de um poeta (fragmento). In: LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p.95.
- 32 PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira (1775-1869)* Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832. p.234.



como habitações indígenas ou de escravos, construídas de ripas e junco e algumas delas cobertas de palhas. Ressalto que para Spix e Martius essas habitações imitavam os padrões africanos, a exemplo do kraal africano³³. E, na Província de Sergipe, na segunda metade dos Oitocentos possivelmente persistiam as tais construções. Uma parcela considerável dos escravizados na Província eram homens e mulheres africanos ou seus filhos, assim é possível especular que esses homens e mulheres reconstruíram suas construções nas terras brasileiras dentro das suas possibilidades.

Um local de moradia diferenciado foi a dos escravos do Tenente Gaspar José de Carvalho. O lar desses escravos era numa casinha colada à residência de Antônio da Rocha, proprietário da mesma. O último emprestou uma das suas casas para servir de senzala para os escravos do amigo. Provavelmente, os dois homens livres residiam próximos, o que facilitava o deslocamento e uma vigilância. A moradia tinha comunicações “anteriores e posteriores”, ou seja, havia portas na frente e atrás. Dificilmente imagina-se uma senzala com tantas portas, o que facilitaria as saídas e entradas dos escravos e possíveis fugas. Como os senhores de escravos não eram grandes afortunados e a escravaria do tenente era recente, talvez ele não dispusesse de tempo nem dinheiro para construir a moradia para seus escravos³⁴.

Os senhores que possuíam pequenas posses e cujos escravos fossem solteiros, provavelmente dividiam o espaço da sua casa com eles, esses escravos não tinham acesso a uma moradia em separado. Um cômodo ou parte do cômodo deveria ser reservado para o escravo ou escrava. O Sumário de Culpa no qual o escravo Raimundo, propriedade de Agostinho José dos Reis, testemunhou traz sinais disso. Ele narrou que estava deitado quando ouviu um barulho, levantou-se e viu o escravo Benedito, pertencente a Manoel Romão da Piedade, entrando no quarto do seu senhor para furtar dinheiro. Para Raimundo ouvir e ver essa movimentação era necessário que estivesse deitado no interior da casa³⁵.

33 SPIX, J. B. Von e MARTIUS, C.F.P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Tomo II São Paulo: Melhoramentos, p.28; WIED MAXIMILIAN, Prinz Von. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. WIED MAXIMILIAN, Prinz Von. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

34 Réus: Vicente Lopes de Almeida, Manoel da Costa Silva, Antônio Suares da Costa, sumário de culpa, 30/01/1858, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto caixa 3, 59p.

35 Réu, Benedito escravo de Manoel Romão da Piedade, vítima, Agostinho José dos Reis, Sumário de Culpa, 05/11/1876, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 07, 37p.



“O morar sobre si” nas Vilas e Cidades

O florescimento de vilas e cidades na Província de Sergipe, bem como o aumento da população nessas ocorreu de forma mais intensa no início dos Oitocentos. Com o aumento da produção açucareira, a Província enriqueceu e isso se tornou visível na paisagem das terras sergipanas. Até esse momento, grande parte das residências que havia nas Vilas e Cidades eram de pessoas que residiam em sítios e engenhos, no entanto, iam para o meio urbano para participarem das festas religiosas ou ainda tratarem de assuntos comerciais. No decorrer dos Oitocentos essa realidade foi se transformando, pessoas passaram a residir nas Vilas e com isso seus escravizados também construíram seus lares.

Na Vila de Lagarto, na segunda metade do XIX, no meio urbano encontrei duas referências às moradas dos escravos. A primeira, nos “fundos da malhada” de André Ramos Romero, era o local onde foram construídas as casas dos escravos. Abelardo Romero, sobrinho de Silvio Romero, comentou que as pessoas se referiam aos fundos da *malhada* do seu avô, André Romero, como a “Angola do Velho André”.³⁶ Ou seja, provavelmente os escravos casados moravam em residências separadas dos demais cativos; todavia, não acredito que os solteiros morassem em senzalas do tipo pavilhão, estas não devem ter existido na região. O número médio de escravos por proprietário na segunda metade dos Oitocentos era pequeno, de 1 a 3 escravizados, e por isso não se justificava esse tipo de construção.

A segunda referência foi à do cativo sapateiro José, mestiço, doente de asma, que morava nos fundos da casa principal, sem ligações com a malhada. A casa do escravo chegou a ser avaliada, em 1860, por 150\$000 réis, no inventário do seu proprietário, Manoel Felipe de Carvalho.³⁷ Não acredito que a moradia de José constituísse uma regra, todavia, era mais uma possibilidade de *fogo* para um escravo.

No caso de José, além de morar numa casa valorada ele também residia afastado do seu senhor, morava “sobre si”. Morar numa casa diferente da residência do proprietário foi algo possível para alguns escravos. O motivo que contribuiu para José morar numa casa sem os seus senhores foi a sua profissão, sapateiro; viver na Vila possibilitaria maiores ganhos. E possivelmente, José era um escravo de ganho. Conforme foi citado esse escravos tiveram mais autonomia incluindo sobre o morar. Convém frisar que alguns senhores possuíam várias propriedades e os seus escravos viviam nos diversos imóveis o que também evidenciaria uma relativa autonomia. O que nortearia o local de morada dos escravos seria o seu ofício

36 Ele fez as memórias sobre a convivência do tio com a sua família. ROMERO, Abelardo. *Silvio Romero em família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

37 Manoel Felipe de Carvalho, inventariado, Josefa Maria dos anjos, inventariante, caixa,18, 03/02/1854.



e a tipo de produção da propriedade. O nosso já conhecido André Ramos Romero era um desses senhores; os escravos Domingos, Manoel, Maurícia, Anna, Benta e Josefa foram transferidos de sua casa para o sítio da Catita, um subúrbio da cidade, local onde, provavelmente, o proprietário não residia³⁸. Um escravo vaqueiro irá residir na fazenda independente do seu senhor residir no engenho.

Etelvina Amália de Siqueira³⁹, abolicionista, ao se deparar com um velho escravo numa noite chuvosa em Aracaju, ficou horrorizada pelo fato dele não possuir uma *choupana nem roupas para protegê-lo do frio*. Os elementos citados dão indícios de que a morada padrão dos escravos era chamada pelos literatos de choças ou choupanas⁴⁰. A sua surpresa denota que era algo tido como comum os escravizados possuírem suas moradias, mesmo em Aracaju.

Lembro que Aracaju foi uma cidade planejada. No entanto, em 1855, no seu primeiro ano de fundação, a cidade possuía algumas construções de palhas no interior do quadrado de Pirro. No decorrer dos anos foram publicadas uma série de posturas limitando como deveriam ser as construções, em 1856 têm-se a primeira postura, mencionando tamanhos e materiais dos imóveis a serem construídos. Em 1858, outra postura proíbe a construção de casas ou prédios feitos com palhas em grande parte da área planejada. Em 1868, outra legislação aumenta a área cujas construções deveriam ser de alvenaria.

A proibição do uso das palhas tem diversos motivos, primeiro o já citado discurso higienista que estava vigente no período, as casas de palhas facilitariam a propagação de doenças; seguido pelos riscos de incêndio. E por fim, as palhas lembrariam os mocambos e construções dos escravos, o que não seria coerente com o discurso que justifica a fundação da cidade. Aracaju surgiu sob a égide do discurso civilizador e modernista, dessa forma não podia ter habitações precárias e que lembravam os lares das classes subalternas⁴¹.

38 Correio Sergipense, Aracaju, n.57, 20 de julho, 1861, p.04 In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia. (Licenciatura, DHI), p.236

39 Etelvina Amália de Siqueira foi professora, diplomou-se na Escola Normal de Aracaju, nasceu em 1862 em Itabaiana, Sergipe. Ver em: GUARANÁ, op. cit p.75 O seu discurso foi publicado inicialmente na Gazeta de Aracaju em 1883. SIQUEIRA, Etelvina Amália. Quadro Negro. LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, pp.187-189.

40 SIQUEIRA, Etelvina Amália. Quadro Negro. LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, pp.187-189.

41 CARDOSO, Amâncio. "Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895". *Revista de Aracaju*. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003; ROLIM, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na Província de Sergipe (1855-1860)*, tese de doutorado, UFPE, 2014, pp. 160-170.

Diante desses elementos como a tentativa de eliminação de casas de palha como os escravizados terem suas moradias em Aracaju? Possivelmente alguns deles residiam em cômodos das casas dos seus senhores. Outros possivelmente residiam na periferia da nova capital. O viajante Avé- Lallemand esteve em Aracaju em 1858 e noticiou a existência de pessoas pobres residindo na periferia da Cidade e utilizando coqueiros nas construções das suas moradias, quíça as palhas dos coqueiros⁴². O mesmo autor cita que as cercas do cemitério da capital eram retiradas para fazer fogueiras. Será que nas senzalas em Aracaju também haviam os fogos descritos no interior da senzala por Castro Alves? Slenes tentou recuperar o significado simbólico do fogo nas senzalas, pois vários viajantes o descreveram. Para isso, buscou informações nos viajantes que circularam nos Reinos do Congo, Angola e Benguela e concluiu que o fogo possibilitava a relação dos escravos com a ancestralidade, eram as flores dos lares negros⁴³. As demais funções foram descritas anteriormente.

As funções dos lares negros

Depois de discorrer de maneira breve sobre as residências no meio rural e urbano, resta-nos apontar algumas das finalidades dessas moradias. Elas garantiriam melhores condições de vida e mais espaço e privacidade para realizar atividades como as de se alimentar, dormir dentre outras. Segundo Slenes, o escravo que possuísse família, provavelmente possuiria mais espaço para morar seja nos cubículos das senzalas, nos pavilhões ou em casas separadas⁴⁴. As choupanas possibilitavam maior autonomia para algumas atividades sociais básicas como: dormir, comer e manter relações sexuais⁴⁵.

Bittencourt Sampaio indica que as choças constituíam ainda em locais de privacidade nos quais o escravo poderia lembrar-se dos fatos ocorridos, chorar de saudades e, talvez, de tristeza⁴⁶. Para os homens e mulheres africanos talvez chorar de saudades da sua Terra, saudade dos entes que as relações escravistas teriam separado, mães de filhos dentre outras possibilidades. Lembro que apenas após 1871 as famílias não puderam mais ser separadas. No entanto, as moradias dos escravos e o seu entorno também eram lugares de alegria e espaços de lazer. Em 1861, na Vila de

42 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. SP: Itatiaia, SP, USP, 1980, pp.331-335.

43 SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999, pp.237-253

44 SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

45 SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999

46 SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt. No álbum de um poeta (fragmento). In: LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p.95.

Lagarto, Vicente, escravo de José Narcizo, mencionou num interrogatório que estava em sua casa no Barro-Preto “tocando pandeiro”⁴⁷.

Essas moradias, também era um dos locais que esses homens e mulheres escravizados se reuniam, conversavam, organizavam fugas e/ou revoltas guardavam alguns dos objetos que seriam usados nesses atos. Em 1815, o quartel de polícia da Cidade de São Cristóvão ordenou que fosse feita buscas nas senzalas; afim de que fossem buscadas e tiradas as armas que lá fossem encontradas⁴⁸. Ressalto que nesse período ocorreram algumas tentativas de revoltas, incluindo uma em Alagoas e que os escravos foram levados para a Cidade de São Cristóvão.

Nessas casas também eram guardados os pertences de valor que eram conseguidos por alguns escravos, como ouro e roupas. Os quilombolas saquearam a senzala de Miguel e Damiana, escravos do Engenho Carregosa. Os bens desses escravos estavam nas suas moradias e nesse episódio temos mais uma função para as moradias, a guarda dos seus pertences⁴⁹.

Nas moradias, o choro de tristeza, tocar e ouvir o pandeiro, bem como guardar armas e bens, planejar fugas poderia ser feito longe dos olhos dos senhores, sem contar que além do lazer e das atividades sociais básicas. Elas também provavelmente foram palcos de vários conflitos que envolveram familiares, inclusive casais.

Em suma, foi mostrado que algumas senzalas ficavam no final dos terrenos e foram construídas com palhas e cipós, outros escravizados não tiveram acesso as moradias, tinham apenas algum espaço nas residências dos seus senhores. Encontramos indícios sobre as senzalas rurais em várias localidades sergipanas, dentre elas: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Santo Amaro, Maruim e a povoação de Estância, o que nos permite ter acesso a fragmentos sobre a moradia escrava e construir um mosaico. Os escravizados que viviam em posses maiores tinham um maior acesso a famílias e conseqüentemente a moradias. As finalidades dessas moradias foram diversas, entre elas local de sociabilidade e de lazer. Ou ainda um lugar para chorar as tristezas como também citou Castro Alves, choro devido ao cativo ou saudades da sua terra. Por fim, o fogo descrito por Castro Alves que aquecia estava quase apagando, o fogo que ligaria o escravo, a escrava e o seu filho com os seus ancestrais. No entanto, possivelmente ele se manteve aceso e contribuiu para que essa se tornassem lares para diversos homens e mulheres escravos.

47 AGJSE, Vicente réu, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto caixa 3, 56p.

48 APEB: Ofício expedido, In Cartas ao Governador, pacote 229.

49 AMARAL. Sharyse Piroupo. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 2007. 272f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.p.129

A Política em Sergipe Provincial (1820-1889)

Ibarê Dantas¹

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar uma pequena síntese da formação do Estado no século XIX, durante o período imperial, aqui dividido em fases para efeito didático. Para tanto, após situar Sergipe no quadro nacional, discorreremos sobre o processo de sua independência, considerando as relações dos grupos dominantes entre si, bem como em face dos governos provinciais e do Poder Central. Nesse sentido, tencionamos observar a formação de grupos dominantes, o surgimento de agremiações envolvidas em competições, divisões, discórdias e conflitos de duração variada. Os enfrentamentos, seguidos por tréguas, acordos e submissão às forças predominantes. Em meio a essas dificuldades, investigamos como a convivência pacífica paulatinamente conformou-se, as regras eleitorais se generalizaram e os resultados foram acatados. Em consequência, as disputas passaram a obedecer padrões normativos e as demandas dos grupos influentes foram negociadas. Enfim, foi-se moldando o sistema representativo, a legitimidade fortaleceu-se e as instituições adquiriram funcionalidade, estimulando o progresso social.

Palavras-Chave: Sergipe. Formação do Estado. Grupos Dominantes.

Abstract

The purpose of this article is to present a short summary of state formation in the nineteenth century, during the imperial period, here divided into phases for didactic purposes. Therefore, after understanding Sergipe's placement in this national panorama, this paper discusses the independence process, considering the relations of dominant groups among themselves, as well as against Provincial and Central governments. In this sense, we intend to observe the formation of dominant groups, the emergence of associations involved in competitions, divisions, disagreements and conflicts of varying lengths. The fighting were followed by truces, agreements and submission to the prevailing forces. In the midst of these difficulties, we investigate how the peaceful coexistence gradually settled, electoral rules were expanded and the results were accepted. As a result, disputes began to comply with regulatory standards and the demands of influential groups were arranged. Anyway, the representative system was shaped, the legitimacy strengthened and institutions acquired functionality, stimulating social progress.

Keywords: Sergipe. State Formation. Dominant Groups.



1 José Ibarê Costa Dantas, *Doutor Honoris Causa* pela UFS, exerceu a presidência do IHGSE no período de 19.12.2003 a 19.01.2010, é autor de obras sobre a História de Sergipe.

A Carta Régia de 1820 e a Reação da Bahia (1820-1822)

Esta primeira fase abrange o período de 1820-1822, constituída pela tentativa de emancipação política de Sergipe.

A Revolução de 1817 expressou o descontentamento das Províncias do Nordeste com a política de D. João VI. Não obstante a derrota dos revolucionários, o Monarca empreendeu uma reforma administrativa no sentido de aliviar as tensões. Sergipe, que participara das lutas pela independência ao lado da legalidade, foi formalmente emancipado.

Mas a assinatura da Carta Régia de D. João VI logo foi neutralizada pela reação da Bahia, que aderiu à Revolução no Porto, depôs o governador nomeado pelo rei e reincorporou Sergipe ao seu domínio. Com o retorno de D. João VI a Portugal, embora deixasse aqui seu filho D. Pedro I, a transição facultou a resistência da Bahia.

Foi um momento em que os interesses de proprietários portugueses e seus aliados se mostraram muito fortes, em face das grandes ligações econômicas existentes entre Sergipe e Bahia. Era um tempo de insegurança e incerteza, mesmo depois que D. Pedro I enviou uma esquadra comandada por Labatut no sentido de debelar a resistência da Bahia sob o comando do general Madeira de Melo.²

As tropas de Labatut atravessaram o Rio São Francisco, marcharam até Laranjeiras (SE) e estiveram em São Cristóvão (SE). Ali, o militar francês substituiu o governante e foi para Cachoeira (BA), centro da resistência dos brasileiros. Enquanto o conflito perdurava na Bahia, a instabilidade política prosseguia em Sergipe, gerando arbitrariedades e intraquilidade.³

A Conquista da Autonomia Política (1822-1824)

Quando D. Pedro I confirmou a autonomia de Sergipe em 05.12.1822, parte da população mobilizou-se no sentido de reconquistar a emancipação. Foi um momento de rearranjo de forças, em que os portugueses perderam terreno e os sergipanos procuraram formar seu governo. A aclamação da Junta Governativa (03.03.1823) em São Cristóvão foi um fato significativo dentro desse processo. Houve reações por parte do comandante das Armas, José de Barros Pimentel, que havia sido influente no período anterior, entretanto ele teve de ceder.⁴

Mas a construção de uma ordem política que organizasse as instituições representativas revelou-se problemática diante das divergências internas e dos conflitos. Quando a Corte ordenou a realização de eleições

2 Ver Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.

3 Cf. Maria Thetis Nunes. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra-INL, 1978.

4 Cf. Felisbela Freire. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977.



para a Junta Governativa e para representante na Constituinte Nacional, os incidentes do pleito voltaram a dificultar a formação do sistema representativo. Dessa forma, a instabilidade predominou até a posse do primeiro presidente nomeado pelo Imperador, um experiente sergipano, o brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira.⁵

A Difícil Institucionalização (1824-1835)

A partir de 1824 até 1835, vivemos uma fase de institucionalização da ordem política dentro do ordenamento jurídico, que promanava do governo central como a Constituição outorgada (1824), a criação da Guarda Nacional (1831), além da formação da Regência Trina decorrente da abdicação de D. Pedro I.

Já no período regencial, foi editado o Ato Adicional que se acrescentava à Constituição, ensejando novas interpretações de tendências centralizadoras. Os Conselhos Gerais foram substituídos pelas Assembleias Legislativas, mas as Províncias tenderiam a perder prerrogativas. Apesar do controle de tendência conservadora, Sergipe vivenciou avanços significativos em meio a dificuldades. Basta lembrar de alguns dos problemas encontrados pelo primeiro presidente nomeado pelo Imperador. Ao tentar sanear as finanças, por exemplo, constatou-se que, em fase anterior, no intuito de conquistar o apoio dos proprietários, fora criada uma tropa de primeira linha que remunerava generosamente seus membros, dificultando o equilíbrio das finanças públicas.⁶

Quando o novo presidente tentou acabar com esse privilégio, despertou muitos descontentamentos. Como se não bastasse, seu secretário Rebouças, uma espécie de operador no governo, expressando ideias abolicionistas, despertou a ira dos proprietários que se juntaram e tentaram depor o presidente que teve de deixar a capital. Ao controlar a situação, houve prisões, processos, e a situação ficou insustentável, abreviando sua saída para 15.02.1825.⁷

Os governantes que lhe sucederam revelaram-se em geral mais conciliadores e realizadores, mas nem por isso deixou de haver manifestações antilusitanas, revoltas de escravos e de índios. Ademais, as divisões internas entre os proprietários, fracionados entre corcundas e liberais, como grupos partidários nascentes, ainda pouco afeitos à convivência civilizada, geraram tensões que rebentariam em 1836.⁸

5 Ver Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000, p. 79.

6 Cf. Vanessa dos Santos Oliveira. *O Governo de Manoel Fernandes da Silveira e as Dificuldades para Consolidação da Autonomia Sergipana (1824)*. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

7 Cf. Vanessa dos Santos Oliveira. *Ob. Cit.*, 2004.

8 Ver Antonio José da Silva Travassos. *Memorial Histórico da Província de Sergipe*. Aracaju: SEC, 2004.



A Eleição de 1836, a Revolta de Santo Amaro e a Crise Política (1836-1842)

O quarto período (1836-1842) atravessou a segunda fase das regências e foi marcada por sedições, entre as quais a Revolução Farroupilha (1836) e a Sabinada na Bahia (1837-1938).

Em Sergipe, a competição que vinha se travando entre dois grupos de proprietários, envolvendo interesses políticos e econômicos, entre os quais o controle do escoamento do açúcar, exacerbou-se com as tentativas de elevar a povoação de Maroim à vila, em detrimento de Santo Amaro.

A fraude eleitoral escandalosa de 1836 agravou as dissensões. Os opositores, sem alternativas, partiram para o confronto e, quando se encontraram em situação vantajosa, aceitaram a trégua para negociação. Os governistas inesperadamente desencadearam novos ataques, invadiram a vila de Santo Amaro, saquearam-na e dedicaram-se à repressão dos derrotados.⁹

Era uma cisão das elites econômicas e políticas, que resultou no estabelecimento de novo domínio sob a marca da coerção, impôs grandes constrangimentos políticos e desorganizou as instituições nascentes, configurando uma fase de atraso e estagnação. A crise foi de tal ordem ao ponto de Sergipe ficar sem representação na quarta legislatura da Câmara dos Deputados.¹⁰ Nesse tempo, Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1802-1884) era a figura de maior destaque pela dominação forte de governante despótico, exercendo grande controle sobre praticamente toda a província. Associado com Bento de Melo Pereira, o Barão de Cotinguiba, e o influente José Pinto de Carvalho, ele montou um grupo forte e passou a dirigir a política sergipana com apoio dos regentes nacionais.

Com a ascensão de D. Pedro II, dentro do movimento da Maioridade, somente no segundo ministério, em 1842, decidiu atender às reclamações dos sergipanos, indicando para presidente Anselmo Francisco Pereti (1842-1944) com a finalidade de “reabilitar a malfadada Província.”¹¹

Transição Forçada (1842-1852)

No momento em que ocorriam as Revoltas Liberais em Minas Gerais e São Paulo (1842), o Imperador indicava governantes com o objetivo de melhorar a administração pública provincial e enfraquecer a liderança de

9 Cf. F. A. Carvalho Lima Júnior. Revolução de Santo Amaro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, fascículos III e IV, v. II, 1916.

10 Aurélio Vasconcelos de Almeida. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju, Funcaju, 1 vol., 2000, p.145.

11 Aurélio Vasconcelos de Almeida. *Ob. cit.*, 2000, p.131.

Boto. Mas os governos reformadores encontraram dificuldades¹² diante da força política do líder do grupo dos rapinas, como passou a ser chamado o Partido Legal após o saque da vila de Santo Amaro.

Quando a situação se manifestava desfavorável para Almeida Boto, este exercitava manobras políticas. Tentava conciliar-se com tradicionais adversários e fazia alianças impensáveis, demonstrando grande empenho em manter-se governista.

Enquanto, no plano nacional, a Revolução Praieira (1848) e a abolição do tráfico intercontinental de escravos davam sinais de inquietação social e de algumas mudanças, internamente as lutas entre políticos continuavam, como ocorreu em Itabaiana, e Almeida Boto resistia em ceder o controle da política de Sergipe.

Ampliando sua intervenção, o governo imperial tentou controlar a representação sergipana na Câmara dos Deputados, vetando alguns candidatos e recomendando outros. Mas houve rebeldias, entre as quais a do então presidente da Província, Zacharias de Góis e Vasconcelos (1815 - 1877), que se elegeu deputado geral fora do esquema ministerial.

Era uma indicação de que a força do Monarca era limitada diante da influência do patronato local.

O Domínio Conservador (1852-1862)

Durante a década de 1850, marcada pelo predomínio de ministérios conservadores, a Província de Sergipe viveu um surto de modernização com a mudança da capital, mas também passou por duas grandes crises: a de epidemia de cólera, que dizimou parte da população, e a proporcionada por secas, que teve como consequência a carência de gêneros alimentícios.¹⁵

Dentro da estrutura de poder local, o Barão de Maroim (1809-1890), apoiado por alguns ministros, foi a figura dominante, merecendo aqui um destaque especial. Descendente de família de senhores de engenho, João Gomes de Melo vivenciou a experiência de comerciante na Bahia e, ao retornar para Sergipe, casou-se com viúva proprietária de amplo patrimônio. Dispondo de grande cabedal, articulou-se nacionalmente, fez amizades influentes, recebeu o título de barão (1848), mudou de partido várias vezes e, com a ascensão do gabinete conservador em 1852, foi ajudado pelo presidente da Província, José Antonio de Oliveira Silva, que o protegia e perseguia seus adversários.¹⁴

12 Anselmo Francisco Pereti, Manoel Vieira Tosta, Antônio Joaquim Álvares do Amaral, Joaquim José Teixeira, Zacharias de Góis e Vasconcelos e Amâncio João Pereira de Andrade.

13 Cf. Maria da Glória Santana de Almeida. *Nordeste Açucareiro (1840-1875)*, desafios num processo do vir a ser capitalista. Aracaju: UFS-SEPLAN-BANESE, 1993.

14 Ver Aurélio Vasconcelos de Almeida. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju, Funcaju, 1 vol., 2000, p. 198-199.



Nessa conjuntura, o Barão candidatou-se a deputado geral em 1853 e elegeu-se sucessivamente até 1861, quando foi escolhido senador vitalício. Nesse meio tempo, manifestou-se contra a política de Conciliação Nacional e influenciou na mudança da capital sergipana em 1855.

Sendo vice-presidente, com a morte por cólera-morbo do gestor operoso Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855), o Barão passou a administrar a Província por cinco meses enquanto a epidemia dizimava a população sergipana.

Apesar da sua astúcia como político, que sabia utilizar seus recursos, não foi escolhido senador vitalício, cargo ao qual concorreu em 1857. Contrariado, viajou à Europa e, ao retornar no ano seguinte, encontrou a esposa morta. Eleito senador vitalício em 1861, foi acusado da morte de uma enteada no mesmo ano. Respondeu a processo, quando deixou patente sua inocência, e passou a residir no Rio de Janeiro, mas continuou com influência na política local, sobretudo nos períodos de domínio do partido conservador, quando procurava promover interesses dos sobrinhos.¹⁵

A gestão da ordem liberal-representativa era mesclada de práticas patrimonialistas, enquanto se confundiam interesses privados com os públicos.

O Interregno Liberal (1862-1868)

Apesar das tendências patrimonialistas, os perfis dos partidos políticos plasmavam-se com algumas diferenciações. Os liberais defendiam a soberania popular, o Senado eletivo, a descentralização e a extinção do Poder Moderador; enquanto os conservadores manifestavam-se favoráveis à centralização e a manutenção do Poder Moderador com todas as suas prerrogativas políticas e administrativas.¹⁶

Pouco tempo depois da ascensão dos liberais, formou-se a Liga Progressista (1864-1868), como partido que aglutinou liberais descontentes e conservadores dissidentes, no sentido de amenizar as tensões políticas que se acumulavam na luta parlamentar. Mas, em Sergipe, desconhecemos essa fusão, ainda que temporária. Os opositoristas perderam os cargos, assim como vários funcionários simpatizantes dos adversários perderam empregos.

Essa foi a prática da experiência parlamentarista no Império. Sem o estatuto da estabilidade funcional da máquina pública, toda vez que havia alternância de poder, a administração provincial sofria grande alteração. Os presidentes de Província, que, no Segundo Reinado, eram pessoas de

15 Cf. Ibarê Dantas. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1908). O patriarca do Serra negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju. Criação, 2009.

16 Ver Raimundo Faoro. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. vol. I. Porto Alegre, São Paulo; Globo-EUSP, 1975, p. 322 e URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

fora, nomeadas pelo Imperador, ajudavam a fazer as derrubadas para favorecer o partido governante.¹⁷

Nessa conjuntura, as principais lideranças liberais eram três. O primeiro, Antonio Dias Coelho e Melo (1822-1904), de linhagem de uma das famílias mais prósperas e prestigiadas da Província. Quando D. Pedro II esteve em Sergipe, em janeiro de 1860, não obstante o domínio dos conservadores, visitou o Engenho Escurial de Antonio Dias Coelho e Melo, que depois (1867) seria agraciado com o título de Barão de Estância e mais tarde chegaria a senador vitalício. O segundo, José de Barros Pimentel (1817-1893), foi um parlamentar que exerceu vários mandatos. O terceiro, José de Faro Rolemberg, embora fosse um proprietário rural de família tradicional, filho do Barão de Japarutuba, recusou o título de Barão e revelou-se o mais esclarecido dos três, inclusive em relação ao trabalho escravo.

No conjunto, foi uma fase de pequenas realizações, pois a declaração de guerra com o Paraguai, em 1864, absorveu muitas energias, inclusive na arrematamento de “voluntários”, caçados à força, muitas vezes em dias de feira.

O Retorno dos Conservadores (1868-1878)

Quando, em 1868, D. Pedro II dissolveu o gabinete liberal que contava com maioria na Câmara dos Deputados, provocou uma cisão na seara dos luzias, como também eram chamados os liberais, que passaram a ter duas facções: moderados e radicais. Os conservadores retornaram ao governo e ficaram mais dez anos, porém o ambiente político emitia sinais de mudanças. O referido grupo radical optou pela causa republicana, assinou o manifesto de 1870, enquanto as críticas ao Poder Moderador, que eram uma constante entre os liberais, se acentuaram. Ademais, o debate sobre a escravidão ampliou-se, levando à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871.

Em Sergipe, o domínio dos conservadores processou-se de forma repartida. O Barão de Maroim (1809-1890), que fora a liderança predominante na década de 1850, teve de coexistir partilhando a dominação com outras forças políticas. Como, desde 1855, a lei eleitoral estabelecia a divisão da Província em círculos, cada um dos distritos elegia um representante na Câmara dos Deputados. Em cada área firmou-se uma liderança específica. Quando havia mais de um chefe num mesmo distrito, passavam a disputar entre si. Nos pleitos da década de 1870, o Barão de Maroim ainda pretendeu controlar mais de um círculo em proveito de seu sobrinho Menezes Prado, mas foi impedido pela influência de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909), que disputava o mesmo espaço. Enquanto isso, no sul

17 Cf. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

da Província, João Dantas Martins dos Reis (1830-1890) tornou-se a personalidade predominante.¹⁸

Apesar das disputas internas, o jogo partidário ganhava autonomia.¹⁹ As interferências do poder central reduziam-se à indicação dos presidentes da Província e ao atendimento das nomeações para os cargos públicos, o que não era pouco.

Os Liberais Divididos (1878-1885)

Na segunda metade dos anos setenta do século XIX, a proposta por eleição direta ganhou muita aceitação. A votação em dois turnos, exercida desde o início do Império, exigia determinada renda apenas dos votantes do segundo grau, ou seja, daquele grupo que fora selecionado no primeiro escrutínio para eleger os candidatos. Com a ascensão dos liberais, D. Pedro II convidou o arguto político liberal baiano José Antonio Saraiva (1823-1895) a apresentar projeto de reforma eleitoral que se transformou, em 1881, em lei. Como o sistema generalizou a exigência da renda que antes era restrita aos votantes do segundo grau, tal norma resultou na redução dos votantes. Por isso, a lei recebeu muitas críticas, embora cumprisse um dos princípios do Partido Liberal.²⁰

Em Sergipe, como de praxe, os conservadores foram demitidos, mas o que marcou esse período foi a briga interna entre os liberais. O chefe partidário Antonio Dias Coelho e Melo, o Barão de Estância, além de estar com relações cortadas com o ex-parlamentar José de Barros Pimentel, teve problemas de relacionamento com vários correligionários, inclusive com o cunhado, comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto.²¹

No que se refere ao trabalho escravo, o movimento abolicionista prosperou com Francisco José Alves (1826-1896), que criou a Sociedade Libertadora Pai Tomaz e encontrou solidariedade de alguns políticos.²² Mas entre os liberais, sabemos apenas do jovem Sancho de Barros Pimentel e do senhor de engenho José de Faro Rolemberg como simpatizantes da abolição. Tudo indica que diante da escravidão, os liberais de Sergipe, no conjunto, pouco diferiam dos conservadores.²³

18 Cf. Ibarê Dantas. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1908). O patriarca do Serra negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju. Criação, 2009.

19 Ver F. A. Carvalho Lima Júnior. Memória sobre Legislativo, em Sergipe (1824 a 1889). *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 8, 1929.

20 Ver Sérgio Buarque (dir). *O Brasil Monárquico* (vol. 5 a 7). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

21 Este período pouco conhecido é mais um que continua à espera da investigação dos historiadores locais.

22 Ver Maria Nely Santos. *A Sociedade Libertadora: "Cabana do Pai Thomaz", Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: J. Andrade, 1997.

23 Cf. Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Reordenamento do Trabalho: Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.



Os Conservadores Numa Fase de Decadência (1885-1888)

Nos anos 1880, as discussões sobre a abolição do trabalho escravo se acentuaram, os liberais dividiram-se e demonstraram escassa objetividade para encaminhar a questão. Diante desse impasse, o Imperador chamou o Barão de Cotegipe, um escravocrata convicto, mas conservador arguto, para organizar o ministério que aprovou a Lei dos Sexagenários, como mais um passo no caminho da abolição.²⁴

Em Sergipe, ao tempo em que os liberais eram demitidos, o referido Barão atendia os pleitos dos conservadores, em geral no sentido de ocupar a máquina pública sem sinais evidentes de melhoria nos métodos de operar a política. Apenas, dentro do Partido Conservador, surgiam novas lideranças, como o padre Olympio de Souza Campos (1853-1906) e o bacharel José Luis de Coelho e Campos (1843-1919), que foram eleitos para representar a Província no parlamento nacional.²⁵

Entre os oposicionistas, começam a despontar também alguns intelectuais na colaboração de jornais e na defesa dos ideais republicanos. Orientados por Sílvio Romero, escritor de prestígio que vivia no Rio de Janeiro, lançaram manifesto, tentaram organizar um novo partido, mas os resultados eleitorais foram fracos.²⁶

Quando foi decretada a abolição, a maioria do patronato sergipano utilizava-se de cativos como sua principal força de trabalho.²⁷

Faltando poucos meses para a proclamação da República, o Imperador chamou os liberais para organizar um novo gabinete.

Em Sergipe, os liberais ainda estavam se organizando para definir as diretrizes administrativas quando os militares intervieram, pondo fim à ordem monárquica parlamentarista.

Conclusões

Apesar da emancipação de Sergipe em relação à Bahia, a institucionalização do Estado, a modernização dos meios de produção e dos costumes políticos se processaram de forma lenta. As dissensões internas, que vinham crescendo desde os anos vinte, resultaram na revolta de 1836, que retardou a convivência política formalizada.

24 Ver Wanderley de Araújo Pinho. *Cotegipe e seu tempo*. Primeira fase: 1815-1867. São Paulo: Nacional, 1936.

25 Cf. Ibarê Dantas. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1908). O patriarca do Serra negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju. Criação, 2009.

26 Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

27 Cf. Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Reordenamento do Trabalho: Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.



O governo imperial ampliou sua intervenção vetando candidatos ao parlamento e fazendo expressas recomendações aos presidentes da Província, mas os resultados foram limitados. A força da elite política, formada basicamente de proprietários de engenhos, era uma realidade inegável.

O grande avanço social foi a extinção do trabalho escravo dentro de um movimento nacional. É certo que o jogo partidário contribuiu para socializar as elites dentro do sistema representativo. Mas a participação política deixou muito a desejar. O controle do poder permaneceu circunscrito ao jogo formal das elites políticas.

Apesar disso, o sistema parlamentarista com voto distrital inibiu a afirmação de dominação autocrática duradoura, como ocorreu no período regencial com a figura de Sebastião Gaspar de Almeida Boto.

As dominações partidárias, além de serem partilhadas entre duas, três ou até quatro lideranças, sucediam-se, comportando alternância de poder e evitando a consolidação de oligarquias estratificadas, como iria ocorrer na Primeira República.



A Fundação de um Lugar: Riachão do Dantas, suas Tramas e seus Sujeitos (1836-1870)

Rosana Oliveira Silva¹
Claudefranklin Monteiro Santos²

Foundation for a Place: Riachão do Dantas, Plots its and their Subjects (1836-1870)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo ser um estudo sobre as origens da cidade de Riachão do Dantas-SE. As tramas que envolvem esse momento de fundação do local são entendidas como intimamente interligadas. Desta forma, analisaremos as ações e trajetórias dos sujeitos fundantes para entender a constituição do lugar, embasados pela documentação disponível, tais como a escritura de doação das terras, inventário, documentos de nomeação de cargos e caderno de anotações genealógicas. O recorte temporal compreende a construção da capela nas terras de João Martins Fontes, segunda metade do século XIX, e a elevação da povoação a condição de freguesia, em 1856, e posteriormente, a criação da Vila do Riachão, em 1870.

Palavras-chave: Riachão do Dantas – Sujeitos – História.

Abstract

This article aims to be a study of the origins of the city of Riachão do Dantas-SE. The plots involving this site foundation of time are seen as closely intertwined. Thus, we analyze the actions and trajectories of the founding subject to understand the constitution of the place, based the available documentation, such as the deed of donation of land, inventory positions appointment documents and genealogical notes notebook. The time frame includes the construction of the chapel in the grounds of John Martins Fontes, second half of the nineteenth century, and the elevation of the village parish status in 1856, and later, the creation of Vila do Riachão in 1870.

Keywords: Riachão do Dantas – Subjects – History.

1 Rosana Oliveira Silva. Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR). E-mail: rosanabitenfurt@hotmail.com.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR). E-mail: franklinmonteiro@oi.com.br



A povoação do Riachão do Dantas teve sua origem em meados do século XIX em terras da fazenda Riachão pertencente a João Martins Fontes. As primeiras habitações foram edificadas as margens do Riacho da Limeira, que segundo João Dantas Martins dos Reis³ seria o responsável por dá nome a cidade. De acordo com João Oliva Alves as primeiras incursões ao território datam dos primórdios da colonização de Sergipe, entretanto as terras permaneceram por muito desabitadas.

A região, todavia, permaneceu até o início do século XIX, como zona de propriedade de criação de gado e engenho de açúcar, sem o aparecimento de aglomerados humanos com formas de vidas em comum⁴.

A mesma tese é compartilhada por Arivaldo Fontes ao afirmar que “[...] mal havia Cristóvão de Barros efetuado a conquista de Sergipe, começaram as doações de sesmarias nas terras que hoje pertencem ao município de Riachão do Dantas⁵”. Desta forma, é importante atentar para o fato de que a povoação do Riachão somente efetivar-se-ia a partir da construção da capela, e que antes deste acontecimento a área era considerada erma e inóspita.

Mesmo com a presença de algumas fazendas na região, a exemplo da dos padres carmelitas em Palmares e de Maria Samba no Povoado Bonfim, a área não atraía grande contingente populacional, o que segundo Fontes devia-se ao não desenvolvimento do comércio, verdadeiro formulador de áreas urbanas.

A história da povoação do município gira em torno da construção da capela dedicada a Nossa senhora Amparo. Segundo Arivaldo Silveira Fontes em *Figuras e Fatos de Sergipe*, mesmo residindo em Itabaianinha o proprietário da fazenda Riachão manda construir em suas terras uma casa de oração dedicada a esta santa. E muda-se para a mesma por volta de 1836, onde morreria anos mais tarde.

Após o falecimento de João Martins Fontes em 1848, considerado o fundador do Riachão do Dantas, entra em cena a figura de seus herdeiros que se reúnem na Vila do Lagarto e oferecem a capela e terras onde esta se encontrava edificada, em doação a Nossa Senhora do Amparo:

Aos 28 de abril de 1853, na vila do Lagarto, a cuja jurisdição, como já foi dito, pertenciam as terras do Riachão, reuniram-se, em casa do capitão-mor Joaquim Martins Fontes,

- 3 REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, vol. XX, nº 24, 1960. p. 175.
- 4 ALVES, João Oliva. Riachão do Dantas. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX. p. 422.
- 5 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.p.115.



juntamente a ele e sua mulher D. Ana Maurícia da Silveira Fontes, o comandante superior Antonio Martins Fontes e sua mulher, D. Maria Francisca da Costa Fontes, o tenente-coronel Domingos José de Carvalho Oliveira e sua mulher, D. Ana Francisca da Silveira Carvalho, o tenente-coronel João Dantas Martins dos Reis e sua mulher, D. Mirena Maria da Silveira Dantas, o coronel Joaquim da Silveira e sua mulher, D. Micaela Maria do sacramento, o tenente-coronel José Martins da Silveira Fontes e sua mulher, D. Quitéria Maria de Magalhães, Paulo Freire de Mesquita e sua mulher, D. Maria Francisca da Silveira, todos herdeiros de João Martins Fontes e ali passaram uma escritura, perante o tabelião de ofício da vila, doando a Nossa Senhora do Amparo os terrenos que lhes pertenciam por herança e que compreendem a área onde hoje se localiza a cidade de Riachão do Dantas⁶.

Em 27 de abril de 1855 o presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa sancionou a Resolução N^o 419 criando assim a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, desmembrando-a da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto⁷. Em 20 de agosto de 1856, a freguesia foi aprovada canonicamente. Cabe destacar a atuação do primeiro pároco da nova freguesia, o padre João Batista de Carvalho Daltro (1828-1910) que enfrentou um paroquiado bastante turbulento.

Nove anos após a criação da freguesia, Riachão foi elevado à categoria de vila pela Resolução Provincial N^o 666 de 23 de maio de 1864. Porém, devido a reveses políticos a resolução foi suprimida e a freguesia voltou a pertencer às terras lagartenses. Fontes afirma que essa elevação só foi possível devido à influência do Coronel Dantas⁸. Entretanto, no ano seguinte devido à subida do Partido Liberal ao poder – o Cel. João Dantas Martins dos Reis fazia parte do Partido Conservador - revogou-se o ato emancipatório e em 15 de maio de 1865, através da Revolução N^o 730, a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão tornou a pertencer ao município de Lagarto.

O Partido Conservador reassume o poder e em 09 de maio de 1870 ocorreu à emancipação política definitiva de Riachão do Dantas. Através da Resolução N^o 888 cria-se o município de Riachão. Convém lembrar que a Vila do Riachão surge com a mesma função das demais vilas em Sergipe no século XIX, segundo afirma José Silvério Leite Fontes estas vilas

6 Alves, João Oliva. Riachão do Dantas. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX. p.423.

7 Os limites da nova freguesia são destacados por Felisbello Freire. Ver: FREIRE, Felisbello. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAH. 1995. pp.98-99.

8 O coronel João Dantas Martins dos Reis era neto de João Martins Fontes. Foi residir em Riachão após a morte de seu avô, fundando o Engenho Fortaleza. O coronel Dantas, como ficou conhecido, tornou-se figura influente na política sergipana.



funcionavam “[...] como centros religiosos e administrativos de uma sociedade rural, diversificadamente estruturada em áreas geoeconômicas, ricas e prósperas, tendo por fundamento o açúcar e o gado⁹”. Segundo este mesmo autor, o fenecer do século XIX representa amplas evoluções na vida urbana do Estado “[...] no começo da centúria apenas 1 cidade e 7 vilas. Agora, 12 cidades e 25 vilas[...]”¹⁰. Leite Fontes analisa os avanços econômicos e sociais trazidos pelo século XIX, à luz de documentos históricos e relatos de observadores chegando à conclusão de que “O século XIX termina, assim, com indícios de progressos e de aceleração no ritmo de intensificação da vida urbana”¹¹. Em 15 de dezembro de 1938, a vila do Riachão foi elevada a condição de cidade por uma lei federal que determinava que toda sede de município fosse elevada a esta categoria.

É necessário atentar para o fato de que a história do atual município de Riachão do Dantas é repleta de “idas e vindas” e inserida num lento processo de transformação ocorrido durante o século XIX. Desta forma ressaltamos o papel da igreja que teve grande importância na ocupação do território, mas também o desempenho econômico da Província de Sergipe. Assim como, se faz necessário lembrar o momento político em que se vivia notadamente marcado pelas rivalidades entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, que também foram responsáveis por alterações, já demonstradas, ocorridas no processo emancipatório.

Sujeitos Históricos: suas atuações na política Riachãoense

A fundação do município de Riachão do Dantas foi marcada pela atuação de sujeitos que se tornaram personalidades importantes para entender esse processo. Um dos objetivos deste trabalho é justamente conhecer e entender o papel de alguns dos personagens envolvidos no processo de fundação política do Riachão do Dantas, a guisa da documentação disponível, procurando decifrar as engrenagens jurídicas e cartoriais envolvidas.

Esse momento histórico de fundação do município teve a participação fundamental dos herdeiros de João Martins Fontes, alguns com uma atuação destacada, outros participaram somente para efeitos jurídicos. Neste trabalho destacaremos o desempenho de João Martins Fontes (Fundador do Riachão), Joaquim Martins Fontes (filho do fundador do Riachão), Paulo Freire de Mesquita (testamenteiro) e João Dantas Martins do Reis (personagem principal na luta pela emancipação política do Riachão).

9 FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas em Sergipe no século XIX. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 33, 2000-2002. p. 140.

10 Ibidem. p. 145.

11 Ibidem. p. 152.

Como já foi esclarecida, a origem da cidade está ligada a construção da capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo em terras de João Martins Fontes, considerado por muitos o “Fundador do Riachão”, este homem é o primeiro personagem que necessitamos analisar a trajetória. Entretanto, faz-se necessário esclarecermos aqui que o fim deste artigo não é escolher atores sociais para biografá-los: mas sim, como foi definido por José D’Assunção Barros “[...] a vida está sendo examinada em função de um problema [...]”¹², e em nosso caso temos a vida sendo analisada em função da atuação destes sujeitos no processo de fundação política do Riachão do Dantas.

Desta forma, optamos por inserir este trabalho nas discussões em torno da Micro-história, particularmente no gênero historiográfico italiano que surgiu com a publicação da coleção “Microstorie” sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. A micro-história surgiu por volta dos anos de 1970 em um contexto de crise das ideologias definido como pós-modernismo, entretanto cabe destacar que esta logo se difundiu para além dos círculos italianos, e transformou-se em uma nova modalidade historiográfica. Ao defini-la Levi diz que “[...] a micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes¹³”.

O desafio do micro-historiador torna-se grandioso diante dos embates apresentados pela História, entretanto o objeto de estudo deste não necessita ser uma abordagem micro recortada “[...] a comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla¹⁴”.

O objeto de estudo do micro-historiador engloba desta forma, uma gama de temas muitos variados.

[...] Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar¹⁵.

Este é um dos objetivos que propomos aqui, buscar compreender as especificidades dos sujeitos fundantes, sem heroicizá-los, mas sim tentando inseri-los no contexto que envolve as tramas e história da fundação de Riachão do Dantas.

12 BARRÓS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 161.

13 LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 135.

14 BARRÓS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010. p.153.

15 Ibidem, p.153.



João Martins Fontes

Arivaldo Silveira Fontes ao analisar a trajetória do “velho Fontes” o define como “figura singular a desse fazendeiro e político da então vila do Lagarto¹⁶”. João Martins Fontes nasceu em 23 de Junho de 1762. Filho do Capitão-mor das ordenanças Antônio Martins Fontes e dona Mariana Brandão de Barros. Antes de se estabelecer na Fazenda Riachão, residia no seu Engenho Campo da Barra na freguesia de Itabaianinha. O que se conhece da origem de Fontes reporta-se a sua atuação durante o processo de independência do Brasil, onde este atuou no auxílio das tropas do General Pedro Labatut.

O genealogista Ricardo Teles Araújo ao enveredar pela linhagem dos Martins Fontes demonstra que o sangue político corre nas veias da família. Segundo Araújo, João Martins Fontes nasceu em Lagarto.

[...] irmão de Barnabé Martins Fontes e do Ten. Antônio Martins Fontes. Seu pai, Antônio Martins Fontes, aparece como Cap. Mor do Terço da Ordenança da vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 1787. Seu avô paterno, obteve uma sesmaria no rio Vaza-Barris, em 1732 e descenderia de Gaspar Fontes, sesmeiro do Vaza Barris, em 160.¹⁷

Araújo utiliza documentos disponíveis no arquivo do IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe) e baseia seus escritos na pesquisa já desenvolvida por Arivaldo Silveira Fontes, centrando seus estudos na linhagem familiar de João Martins Fontes. O texto apresenta poucas novidades, trazendo mais uma compilação do que já foi dito a respeito do “velho Fontes”.

O auxílio dado por João Martins Fontes a Labatut, segundo Arivaldo Fontes foi fornecido através de “[...] voluntários, mantimentos suficientes e mais 13 cavalos para condução do General e sua comitiva¹⁸”. Fontes atuou ainda como Juiz Ordinário Presidente da Câmara e como vereador de São Cristóvão, então capital da província. Foi somente com idade já avançada que viera a residir na Fazenda Riachão, mandando construir a casa de oração em devoção a Nossa Senhora Amparo. Falecera em 07 de Julho de 1848, sendo sepultado na mesma capela que mandara construir. Após sua morte seus herdeiros fizeram a doação das terras e da casa de oração que lhes pertenciam em nome da santa de devoção do falecido Fontes, para que esta viesse a torna-se matriz.

16 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.p.129.

17 ARAÚJO, Ricardo Teles. Capitão-mor Antonio Martins Fontes. In: *Revista do IHGSE.*, Aracaju, nº35, 2006. p. 211.

18 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. p.130.



Infelizmente pouco se sabe da trajetória de João Martins Fontes, pois sua memória foi relegada ao esquecimento e os louros de sua conquista na fundação do povoado do Riachão foram apagados pela atuação de outros personagens que viriam a atuar posteriormente na construção da história do lugar. Entretanto, é inegável sua importância, uma vez que foi a partir da constituição do povoado dentro de suas terras que se desenvolveu a fundação do espaço urbano físico do Riachão.

A doação das terras pertencentes a João Martins Fontes ocorreu em 28 de abril de 1853 por parte de seus herdeiros na vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, na casa do Capitão-mor Joaquim Martins Fontes (filho de Fontes). A passagem da escritura de doação da capela em favor de Nossa Senhora do Amparo declarava o seguinte:

Tendo no inventario de seu pai, e sogro e avo João Martins Fontes sido descripta e avaliada em trezentos mil reis a casa de morar, o Oratório, ou casa de oração, anexa a mesma, com duzentos e quarenta braças de terra, e sendo partilhada com igualdade entre eles outorgantes, estes para o fim de ser erecta em capella a referida casa de Oração com a denominação que já tem de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, e de hoje para sempre fazem doação a bem da mesma erecção, da referida casa de morar, casa de oração, e terras, que são duzentas e quarenta braças, as quais principião fazendo pião no meio do corpo principal da casa de Oração seguindo para um outro lado com cento e vinte braças e largura pegará do cruzeiro a onde esta a cerca da pasto do herdeiro Paulo Freire de Mesquita com a mesma largura ate o fim da terra da parte do sul com as braças que tiver, dentro dos quais acha-se edificada a casa de oração e todo o povoado ficando igualmente pertencendo a mesma doação dotal tanque grande feito pelo pai, sogro e Avô dos doadores os quais fazem a presente doação a bem da fabrica, dispesas de erecção e ornamentos da capella e quando pelos rendimentos anuaes do terreno do avo não se possa acorrer a todas essas despesas, todos os doantes obrigão-se por suas pessoas e bens, e pelos seus herdeiros a fazerem anualmente bôa a quantia de vinte quatro mil reis para o dito fim enquanto a dita capella não passar a categoria de Matriz.¹⁹

Nas terras de propriedade João Martins Fontes foi onde se desenvolveu a povoação do Riachão com a construção das primeiras habitações em torno da capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo que este mandara edificar.

19 Transcrição feita da Escritura de Doação de João Martins Fontes, 1853. Acervo do Arquivo da Arquidiocese de Salvador (Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugenio de Andrade Veiga- Universidade Católica de Salvador).



Diante da doação das terras surgem novos personagens no enredo desta história. O que destacaremos a seguir, foi um político influente da Província de Sergipe e entrou para história do Riachão devido a sua atuação no processo jurídico de doação das terras de seu falecido pai, falamos de Joaquim Martins Fontes.

Joaquim Martins Fontes

A figura de Joaquim Martins Fontes é um dos principais nomes que podemos destacar na doação das terras. Nasceu no atual município de Itabaianinha em 27 de julho de 1798. Filho de João Martins Fontes e Ana Francisca da Silveira. Sua trajetória pessoal e política foram analisadas por Arivaldo Silveira Fontes e Armindo Guaraná, sendo posteriormente, homenageado postumamente por Epifânio Dória em texto escrito para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe sobre seu centenário de falecimento.

Segundo Armindo Guaraná, Martins Fontes durante os primeiros anos da Independência do Brasil “[...] figurou como um dos políticos mais em evidência em Sergipe²⁰”. Atuou em inúmeros cargos políticos, sendo Capitão-mor das Ordenanças da vila do Lagarto, comandante superior da comarca da Estância, membro do Conselho do Governo, Presidente da Câmara Municipal e Juiz de Órfãos ainda do Lagarto, deputado provincial em vários biênios e deputado geral na legislatura de 1834-1837, desempenhou o cargo vice-presidente da Província por quatro vezes nos períodos de (23 de julho a 28 de agosto de 1839); (de 08 de agosto a 19 de outubro de 1840); (de 30 de abril a 15 de junho de 1841) e pela quarta e última vez de (1º de julho a 16 de novembro de 1841). Foi condecorado com as insígnias de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, com a comenda da ordem de Cristo e com o Oficialato da Rosa²¹.

Arivaldo Silveira Fontes traça a caminhada política de Joaquim Martins Fontes desde os seus primórdios, chegando a afirmar que a nomeação dele para Capitão-mor das Ordenanças do Lagarto deveu-se a sua atuação nas lutas pela independência. É notável no texto de Silveira a sua imparcialidade ao escrever sobre o homem público que Martins Fontes foi, pois ao afirmar que “[...] da sua carreira pública nem tudo merece louvores²²” o autor abre brechas para reconhecer os erros que Martins Fontes cometeu, entretanto posteriormente reconhece que “[...] dando um balanço nas suas atividades há sempre um saldo positivo [...] 23”.

20 GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Segipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925. p 284.

21 Ibidem, p. 284.

22 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. p.137.

23 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. p.137.



Por parte do povo, Martins Fontes teve seu trabalho reconhecido como afirma Arivaldo Fontes “repetidas vezes o escolheram para seu representante na Câmara Municipal de Lagarto, nos Conselhos e Assembleias Provinciais e na Assembleia Geral²⁴”. Porém no meio político teve desapontamentos. A contrariedade deveu-se em partes a pedidos de reconhecimento de sua atuação nos idos da independência que por vezes lhe foram negados. Após enfrentar estas decepções Martins Fontes retira-se da política indo residir no município de Laranjeiras onde falecera em 20 de agosto de 1860.

Como forma de homenageá-lo Epifânio Dória escreveu em 1960, texto sobre seu centenário de falecimento o destacando como um homem que “[...] logrou desfrutar de grande influência na política de seu tempo [...]”²⁵. Dória faz um rápido apanhado sobre a vida pessoal e política de Martins Fontes, entretanto também não apresenta novidades, pois se baseia em estudos feitos por Arivaldo Silveira.

Sobre a vida pessoal, Dória destaca que Martins Fontes “[...] foi muito prolífero deixando crescida descendência legítima e natural²⁶”. Quanto ao seu papel na política do Estado, o autor o descreve como tendo sofrido “[...] duras contundências dos que lhe eram adversos, mas isto é uma fatalidade comum a quantos se deixa atrair pelas seduções da política partidária²⁷”.

Não se sabe ao certo, entretanto estima-se que a doação das terras do Riachão tenha sido feitas no período em Joaquim Martins Fontes começava a afastar-se da política sergipana, pois apenas sete anos após esta ter ocorrido, ele viera a falecer. Deixando desta forma, as terras que pertenceram ao seu falecido pai elevadas a condição de freguesia, a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão.

Paulo Freire Mesquita

A figura de Paulo Freire de Mesquita surge nos documentos analisados na elaboração deste trabalho como sendo o testamenteiro de João Martins Fontes. Segundo Arivaldo Silveira, Mesquita “era o proprietário do Engenho ‘Salgado’. Exerceu cargos de governança no Lagarto e no Riachão. Ele faleceu cego, no seu engenho a 09 de dezembro de 1876²⁸”. Mesquita era genro de João Martins Fontes, casado com Dona Maria Francisca da Silveira (1815-1892).

24 Ibidem. p.137.

25 DÓRIA, Epifânio. Capitão-mor Joaquim Martins Fontes. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, vol XIX, n° 24, Edição especial, 1920. p.98.

26 Ibidem, p.100.

27 Ibidem, p.100.

28 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d’Ávila Bertaso, 1992. p.142.



Paulo Freire de Mesquita aparece novamente em trabalho recente do historiador Ibarê Dantas, *Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros*. A obra é um resumo biográfico, como o próprio autor define, da vida de quatro membros de sua família que se dedicaram a vida rural, sem contanto deixar de lado as atividades públicas e privadas. A referência a Paulo Freire de Mesquita deve-se ao fato de este ter acolhido em sua fazenda um dos biografados David Martins de Góes Fontes (1820-1904).

Foi justamente neste último ano (1855) que David Fontes deixou Laranjeiras, afetada pela cólera morbus, e foi acolhido no Engenho Riachão por seu proprietário Paulo Freire de Mesquita. Este senhor mais conhecido como Paulo Lebre, era um dos herdeiros de João Martins Fontes e sogro de dois irmãos de David: José Martins de Freitas Góes, que vivia em Riachão, e Salvador Martins Fontes, então fazendeiro do Lagarto²⁹. [grifo nosso].



Faz-se necessário abrir um parêntese aqui, para explicar a diferença de nomenclatura dada ao Engenho de propriedade de Paulo Freire de Mesquita. O citamos por duas vezes, a primeira fala em Engenho Salgado e a, segunda em Engenho Riachão. Esclareçamos antes tudo, que se trata de um só engenho que se chamava Riachão até determinado momento da história do lugar e posteriormente, passou-se a chamar Salgado, nomenclatura que prevaleceu. O Engenho veio a pertencer à Mesquita após seu casamento com Maria Francisca da Silveira como forma de herança estipulada por seu sogro. Formulamos aqui a hipótese que a mudança de nomenclatura possa ter acontecido justamente neste momento de troca de proprietário, porém esclarecemos que é somente uma hipótese, baseada nas informações obtidas, mas que não se encontram confirmadas por documentos. Haverá aqueles que levantaram aqui uma afirmação: “A história não se faz de suposições”, porém um grande historiador contrariando todas as máximas escreveu: “[...] Na verdade imaginar uma outra história é o único meio de encontrar as causas da história real³⁰”.

Um fato a destacar sobre a doação das terras do Riachão, é que área que foi doada para Nossa Senhora do Amparo fazia parte daquilo que seria a herança de Paulo Freire de Mesquita, desta forma coube a ele a solicitação do inventário de seu falecido sogro. Vejamos a seguir a transcrição do documento de Petição de Inventário:

29 DANTAS, Ibarê. *Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros*. Aracaju: Criação, 2013, p. 36.

30 PROST, Antonie. *Doze Lições sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2008. p.158.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Órfãos.

Diz Paulo Freire de Mesquita Junior que sendo falecido seu sogro João Martins Fontes em companhia do supplicante, e achando-se esse em par dos bens que deixou o finado, vem requerer a Vossa Senhoria o procedimento do inventario visto que há no casal herdeiros, órfãos, netos. Requer a Vossa Senhoria marque dia para procedimento de inventário _____ todos os herdeiros que são constantes da relação que com este offerece.

Villa do Lagarto
17 de Fevereiro de 1853
Paulo Freire de Mesquita Junior.³¹

O documento confirma a afirmação de que a parte doada a Nossa Senhora do Amparo já lhe pertencia por herança e demonstra o empenho de Mesquita na solicitação do inventário de seu sogro. A esta petição segue-se um levantamento de todos os herdeiros do inventariado.

Infelizmente as referências à pessoa de Paulo Freire de Mesquita são poucas, somente nos cabe destacar sua atuação no processo de doação das terras do Riachão na função de testamenteiro de seu sogro.

João Dantas Martins dos Reis

Dentre os quatro personagens da história riachãoense destacados por este trabalho, João Dantas Martins dos Reis (neto e afilhado de João Martins Fontes) foi o que mais deixou fontes de sua existência, devido sua atuação política. Vejamos os primeiros relatos feitos por Arivaldo Fontes sobre o Comendador João Dantas, como ficaria conhecido.

[...] Nasceu em Camuciá, município de Itapicuru, a 18 de maio de 1830. Fez os primeiros estudos em Jeremoabo e na Estância. Em 1851, já casado com D. Mirena Maria da Silveira Carvalho, construiu o engenho 'Fortaleza' (antes sítio 'São João da Fortaleza'). Desde cedo militou na política da Província de Sergipe³².

O coronel e posteriormente, Comendador Dantas era filho de João Dantas dos Reis e Mariana Francisca da Silveira. Teve como irmãos Cícero Dantas Martins³³ - que entraria para história com alcunha de

31 Petição de Inventário. Arquivo do Judiciário de Sergipe. Fundo RDA/C. 2º of. Serie cível. Sub-serie inventário. N.º. cx 01. N.º geral 4880.

32 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992, p.141.

33 Cícero Dantas Martins nasceu em 28 de junho de 1938, na fazenda Caritá, na freguesia de São Batista de Jeremoabo de Sertão de cima. Herdeiro de uma longa tradição política e de um grande patrimônio em terras tornou-se um dos maiores latifundiários do Nordeste.

Barão de Jeremoabo, Benício Dantas Martins e Francisca Dantas da Silveira Carvalho.

Foi um vulto ilustre da política sergipana e “[...] o grande batalhador pela autonomia do Riachão³⁴”. Atuou em diversas frentes na política da Província, sendo membro ativo do Partido Conservador. Figura muito emblemática para história de Riachão do Dantas, o Comendador Dantas surge como o responsável pela emancipação política da vila, separando-a das terras lagartenses. Desempenhou cargos de representação em Riachão e Lagarto atuando como vereador, presidente da Câmara Municipal, Juiz de Paz, Suplente de Juiz Municipal. Delegado. Sobre um de seus cargos temos documento que comprova a sua nomeação.

O presidente da Provincia nomeia o cidadão João Dantas Martins dos Reis para o cargo de 1º Suplente do Juiz Municipal e de Orfãos do termo do Lagarto, em cujo exercício entrará, quando lhe competir, prestado o juramento do estilo, em virtude do presente que vai competentemente assignão, sellado com o sello das Armas Imperiaes, se registrará nos livros da Secretaria da Presidencia, e onde mais tocar.

Palácio do Governo de Sergipe, 02 de novembro de 1854.
Ignacio Joaquim Barbosa³⁵.

Entretanto, o Comendador não se restringiu a assumir somente cargos de representação, em cargos políticos atuou como deputado provincial, Deputado Geral e ainda Presidente e Vice-presidente da Província. Vejamos:

[...] Foi deputado Provincial nas legislaturas de 1856-57, 1860-61, nas de 1870 a 79 e finalmente de 1882 a 1887. Nas ultimas eleições para Deputado Geral (1889) candidatou-se ao posto, mas sobreveio a proclamação da Republica. Ocupou a Presidência da Assembleia Legislativa por varias vezes. Foi Vice-presidente da Província nomeado a 1º de setembro de 1855. Por duas vezes exerceu a presidência (19 de setembro a 27 de outubro de 1855 e de março de 5 a 19 de março de 1888)³⁶.

Anteriormente, já destacamos de que forma se deu a influência do Comendador Dantas no processo de elevação de Riachão a condição de vila. A Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão foi elevada à categoria de vila em 23 de maio de 1864. No entanto, devido a disputas políticas entre o partido Conservador e o Partido Liberal a resolução foi suprimida e a freguesia voltou a pertencer às terras lagartenses (o Partido

34 FONTES, Op. Cit. 141.

35 Transcrição de documento de nomeação de João Dantas Martins dos Reis para o cargo de 1º suplente do Juiz Municipal e de Órfãos de Lagarto. In: Arquivo do IHGSE, Fundo João Dantas Martins dos Reis. Cx. 418 029. (manuscrito).

36 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.p.141.

Liberal chegou ao poder – como já dissemos o Cel. João Dantas Martins dos Reis fazia parte do Partido Conservador - revogou-se o ato emancipatório e em 15 de maio de 1865, a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão voltou a pertencer ao município de Lagarto). Mas o Partido Conservador reassume o poder e em 09 de maio de 1870 ocorreu à emancipação política definitiva de Riachão do Dantas.

O complemento “Do Dantas” acrescido ao nome do Riachão teria ocorrido em homenagem ao Comendador Dantas, pois a população do lugar passou a identificar a localidade como o Riachão dos Dantas em homenagem a este homem público que tantos benefícios fez pela comunidade. João de Oliva Alves relata o porquê da escolha de “do Dantas” como complemento:

Na escolha do designativo (do Dantas) introduzido para alterar o topônimo, influiu, ao mesmo tempo, o propósito de homenagear um dos maiores benfeitores da terra [João Dantas Martins dos Reis] e o próprio costume de grande parte da população principalmente da classe do povo, que já vinha chamando o lugar pela forma de “Riachão Dantas”.³⁷

Foi somente em 31 de dezembro de 1943 através do Decreto Estadual Nº 377, que se estabeleceu o nome do município como Riachão do Dantas. Alteração foi feita devido a uma lei federal que modificava os nomes dos municípios em que houvesse duplicidade.

João Dantas Martins dos Reis faleceu em 14 de outubro de 1890 em seu engenho Fortaleza, na cidade que o adotara e o colocara junto ao panteão de seus filhos mais ilustres. Segundo o Desembargador João Dantas Martins dos Reis, o falecimento de seu avô rendeu notas nos mais diversos jornais do Estado, a exemplo de *O Republicano*, *Gazeta de Sergipe* e *O Correio de Sergipe*. Vejamos trechos de alguns deles transcritos pelo autor.

O primeiro refere-se a sua atuação em prol de Riachão do Dantas:

A sua localidade prestou benefícios que estavam ao alcance de suas forças, sempre com a melhor bôa vontade, como apregoam vivamente os múltiplos melhoramentos que realizou em prol da igreja matriz do Riachão³⁸.

A seguir temos o impacto do falecimento na região onde se tornara tão célebre:

37 Alves, João de Oliva e MENEZES, José Alves de. Riachão do Dantas. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX. p. 422.

38 O Republicano, de Aracaju, de 16 de Outubro de 1890. In: REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, vol. XX, nº 24, 1960.p. 184.

No sul do Estado o desaparecimento do coronel Dantas torna-se muito sensível, pois era ali que o ilustre morto exercia inteira e incontestável a sua direção política.

Pesames a família³⁹.

As notas dos jornais demonstram o forte impacto da morte do Comendador Dantas na sociedade sergipana, especialmente em Riachão, local que escolhera para viver e que o recebeu também no apagar de sua vida. A exaltação de suas qualidades políticas e traços morais são uma constante nas descrições dele feitas.

Considerações finais

Quatro homens, quatro histórias de vida que atuaram em momentos e de formas diferentes na história do Riachão. Porém, aqui se faz necessário resolver os questionamentos que este trabalho se propôs, são eles: Quem eram estes sujeitos? Quais tramas envolvem os sujeitos fundantes do Riachão? E em que momento da história do município eles se encontram e se afastam?

Propomo-nos a descortinar fatos da vida destes quatro homens que atuaram na história do Riachão e assim o fizemos. Já sabemos que todos eles tinham em comum o sangue político correndo em suas veias, herdado de seus antepassados. Faziam parte de uma mesma família cuja genealogia é complexa, devida a falta de informações sobre alguns de seus parentes.

Vejamos a relação de parentesco entre eles:

<p>João Martins Fontes__ casou-se com ___Ana Francisca Silveira 1º núpcias</p> <p style="text-align: center;">Joaquim Martins Fontes (filho)</p> <p style="text-align: center;">Mariana Francisca da Silveira (filha)_____ João Dantas dos Reis(genro)</p> <p style="text-align: center;">João Dantas Martins do Reis (neto).</p> <p>João Martins Fontes__ casou-se com___ Maria Francisca da Silveira 2º núpcias</p> <p style="text-align: center;">Maria Francisca da Silveira (filha)_____Paulo Freire de Mesquita (genro).</p>

Nota-se a típica família patriarcal do século XIX girando em torno de João Martins Fontes (filho, neto e genro). Conclui-se desta forma, que a fundação, povoação e a instituição da política do lugar estiveram reservadas inicialmente a esta única família. Sobre as tramas que envolvem essa família podemos perceber que os herdeiros agiram em comum acordo para cumprir o último desejo do patriarca de doar suas terras a Nossa Senhora do Amparo. Não há nos documentos analisados nenhuma menção a desavenças familiares referentes à doação.

39 Gazeta de Sergipe, de 16 de outubro de 1890. Idem, p.186.

O encontro destes sujeitos históricos se dar efetivamente em função de estabelecer no Riachão a elevação da capela a condição de matriz e posteriormente, a elevação da povoação a condição de freguesia e vila, respectivamente.

Estes homens, cada um a seu modo e em seu tempo, influenciaram na história de Riachão do Dantas. João Martins Fontes mandando construir a capela e dedicando-a a Nossa Senhora do Amparo, Joaquim Martins Fontes e Paulo Freire de Mesquita, fazendo a doação da capela e das terras a eles pertencentes por direito de herança a santa de devoção de seu pai e sogro, respectivamente. E por fim, João Dantas Martins dos Reis que atuaria na política do Estado em prol de benesses para o município que escolhera para residir.

A análise destes sujeitos históricos optou por não ser biográfica, mas reveladora de fatores que enfoquem a história de Riachão. Como inicialmente definimos, nosso objetivo foi o de buscar as especificidades de cada um destes personagens para compreender desta forma, as tramas fundantes do município. Para tanto foi necessário enveredarmos por suas trajetórias pessoais, já que elas não destoam do propósito do nosso trabalho.



Musa Sancristovense: quadras populares contra a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, 1855

Amâncio Cardoso dos Santos Neto¹

58



Resumo

A transferência da capital de Sergipe, da colonial São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, pela Resolução nº 413, de 17 de março de 1855, marca profundamente tanto a memória coletiva quanto a historiografia local. Este artigo tem como objetivo analisar três quadras ou poemas populares, de caráter bairrista, os quais são uma das formas de protestos mais veementes contra a mudança da capital sergipana. O método empregado é o da análise do discurso. Assim, pretende-se examinar a influência que as quadras tiveram no processo de mudança político-administrativa. Além disso, com a análise, pode-se penetrar em parcela do mundo simbólico sergipano do oitocentos e entender os significados explícitos e/ou subjacentes expressos pelas trovas populares. Esses versos declamados por anônimos no século XIX e coligidos pelos folcloristas no século XX, explicita a indignação popular e o repentino atrito entre o governo, que pregava medidas de conciliação na política, e os moradores da antiga capital; que alegavam a inconstitucionalidade daquela Resolução oficial.

Palavras-Chave: História de Sergipe; Folclore político; Trovas populares; Análise do discurso.

Abstract

The transfer of the capital of Sergipe, from colonial São Cristóvão for the village of Santo Antônio do Aracaju, by resolution nº 413, of March 17, 1855, mark deeply both the collective memory as the local historiography. This article aims to analyze three blocks or popular poems, parochial in character, which are one of the most vehement protests against the change of Sergipe capital. The method employed is that of Discourse Analysis. Thus, we intend to examine the influence that the courts had in the process of moving the capital. In addition, with analysis, can penetrate into the symbolic world of Sergipe portion of the eight hundred and understand the meanings underlying and/or explicit expressed by popular ballads. These verses sung by anonymous in the 19th century and collected by folklorists in the 20th century, explains the popular outrage and the sudden friction between the Government, which preached conciliation measures in politics, and residents of the former capital; who claimed the unconstitutionality of that official Resolution.

Keywords: History of Sergipe; Political folklore; Popular ballads; Discourse analysis.

1 Mestre em História pela UNICAMP e Professor do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Sergipe.

Introdução

A transferência da capital de Sergipe, da colonial São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, em 17 de março de 1855, marcou profundamente tanto a memória quanto a historiografia locais. Neste sentido, a mudança da capital sergipana “alcançou em nossa História a maior e a mais viva repercussão”.²

No entanto, o que ficou registrado oficialmente contra a ação governamental foram os ofícios de representação e protesto da Câmara de Vereadores de São Cristóvão, aprovados unanimemente e enviados aos deputados provinciais; ao presidente da província Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855) e ao Imperador D. Pedro II (1825-1891), solicitando a rejeição do referido projeto.³ Eles escreveram que não podiam ser “indiferentes ao clamor público e à dissolução que observam na mesma cidade”, e que compartilhariam “dos dissabores dos seus concidadãos” contra a mudança da capital.⁴

Com relação à população, o que se sabe é que o povo reclamou nas ruas, rogou pragas, disse injúrias, bradou improperios declamados em quadras de cunho bairrista contra a então nova capital, que seria construída nas praias desertas do Aracaju.

Vários estudiosos do assunto relataram que a população manifestara alguma resistência, mas não a ponto de obstruir o processo de transferência. Sobre esse assunto Clodomir Silva (1892-1932) escreveu: “a grita que a mudança causou foi terrível, formidável mesmo...”. Silva ainda registrou que o episódio deixou São Cristóvão “dolorida de angústia quando Inácio Barbosa arrancou do seu seio, aos clamores do povo, os cofres e os arquivos”.⁵

Outro estudioso do tema, Enock Santiago (1892-1957), também defendeu que Inácio Barbosa, ao promover e sancionar o projeto de mudança da capital, com o apoio dos deputados, venceu “viva oposição”. Já Manuel dos Passos de Oliveira Teles (1859-1939), anotou que João Bebe Água (1823-1896), símbolo do bairrismo sancristovense, teria organizado uma reação reunindo 400 homens armados na praça da Matriz, mas não obtiveram êxito. Por outro lado, o historiador José Calasans (1915-2001) afirmou que o povo de São Cristóvão “não foi além dos protestos legais formulados pela Câmara e das manifestações irônicas das ruas (aludindo aos versos)”. Seu argumento se sustenta na edição do *Correio Sergipense* (jornal oficial), de 23 de maio de 1855,

2 SANTIAGO, Enock. Mudança da capital. Aracaju, *Revista de Aracaju*, v. 06, 1957. p. 23-36.

3 Ata da Câmara Municipal de Aracaju, Sessão extraordinária de 28 de fevereiro de 1855. In *Revista de Aracaju*. Aracaju, Ano I, nº 01, p. 175.

4 SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p. 128.

5 SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p. 83.



que elogiou o caráter pacífico da população de São Cristóvão com respeito à mudança da sede provincial.

Ao contrário dos autores citados, Felisbello Freire (1858-1916) asseverou em sua obra de 1891 que o povo de São Cristóvão “ficou indiferente ao atentado, e consentiu facilmente na realização dos planos oficiais”. Entretanto, muitos estudiosos concordam que de alguma forma os sancristovenses reagiram contra o ato do governo em 17 de março de 1855.⁶

Seja como for, no início do século XX, foram coletadas sete quadras populares de caráter bairrista, as quais teriam sido recitadas por moradores nas ruas da antiga capital.⁷ Esses versos manifestariam os sentimentos de hostilidade à Resolução nº 413 que elevava o povoado Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade e capital.

As quatro primeiras quadrinhas foram compiladas e apresentadas no Jornal “Correio de Aracaju”, de 18 de março de 1913, por Clodomir Silva, sob o pseudônimo de “Vinicius”.⁸ Logo depois, Enock Santiago (1892-1957) apresentou mais três numa conferência que proferiu em 1915, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e publicou na Revista do mesmo instituto em 1916.

Em 1942, aquelas quadras foram reapresentadas pelo pesquisador José Calasans, às quais acresceu notas com base nos dois primeiros folcloristas.⁹ No ano de 1957, o Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida trouxe a lume, mais uma vez, as trovas sancristovenses, também se apoiando nos dois primeiros estudiosos. O padre era fervoroso defensor do projeto de Inácio Barbosa, e sobre tais quadras julgou que elas são “interessante documentação grotesca dos acontecimentos, dando-nos uma ideia do despeito de que se achavam possuídos os adversários da nova Capital”.¹⁰

6 Confira SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p.132; SANTIAGO, Enock. Mudança da capital. Aracaju, Revista de Aracaju, v. 06, 1957. p.36; TELES: 2013, p. 63; CALASANS, José. 2. ed. Aracaju e outros temas sergipanos. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, p. 107; ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. Esboço biográfico de Inácio Barbosa. Aracaju: J. Andrade, 2003. p.59. v. 3; FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 371.

7 Quadra, na versificação, é uma estrofe composta de quatro versos; também chamada de quadrinha.

8 VINICIUS. De Soslaio. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de março de 1913, nº 840, p. 02. O historiador José Calasans foi informado, por um colega de redação de Clodomir Silva, de que este usava o pseudônimo de Vinicius nos idos de 1913, quando contribuía na redação do *Correio de Aracaju*.

9 CALASANS, José. *Contribuição à história da capital de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1942. Veja também sobre as quadras populares outro texto escrito originalmente em 1944 de CALASANS, José. Temas da província: Subsídios para o cancioneiro histórico de Sergipe. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992. (segunda edição de 2013, pela editora UFS e IHGSE).

10 ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: J. Andrade, 2003. p. 68. v. 3.

Estes estudiosos esboçaram anotações às quadras ou identificaram seus personagens e, com isso, apontaram caminhos para análises. Assim, eles deixaram pistas e sugestões aos novos pesquisadores. Seguindo seus passos, tentaremos responder os seguintes problemas: Que influência as quadras tiveram no processo de mudança da capital? De que modo as quadras podem servir de meio para penetrar em parcela do mundo simbólico sergipano à época? E ainda; que significados explícitos e/ou subjacentes expressam as trovas populares?

Para percorrer os indícios deixados pelos versinhos, recorreremos aos seguintes testemunhos coevos: aos jornais, pareceres, ofícios, relatório, carta, relato de viajante e outros versos populares. Ademais, é necessário perceber que apesar das quadras serem importantes testemunhos históricos, o próprio José Calasans advertira, àquele que se aventurasse a ser “exegeta do folclore político”, que ficasse atento aos “interesses mesquinhos e inconfessáveis” inerentes à poesia popular. Diríamos mais, inerentes a qualquer fonte histórica. Neste sentido, acredita Calasans, essa produção “pode constituir uma arma de luta política”.¹¹

Da Poesia Popular

Antes de examinarmos três, dos sete versos sancristovenses, vejamos alguns dos principais trabalhos de levantamento da verve oral do folclore poético sergipano dos séculos XIX e XX.

Sergipe possui tradição na produção de versos populares. A partir da segunda metade do século XIX, esses poemas se constituíram em objeto de pesquisa no âmbito do folclore linguístico ou poético. O trabalho de maior fôlego e expressão foi o de Sílvio Romero (1851-1914), “Cantos Populares do Brasil”, de 1883, com segunda edição de 1897. Ele coligiu 82 (oitenta e dois) versos com temas gerais; e com sua contundência característica, escreveu a um amigo: “se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esses rincões ...”.¹²

Depois de Sílvio Romero, Clodomir Silva foi o mais importante compilador de versos da cultura oral e popular. Ele trouxe para o registro escrito quatro das sete quadras contra a mudança da capital. Além disso, deu significativa continuidade ao trabalho de Romero, ao reunir 100 (cem) trovas em “Minha Gente, costumes de Sergipe”, de 1926, com segunda edição ampliada em 1962. Os dois fazem parte da primeira geração de estudiosos do tema.

11 CALASANS, José. Subsídios para o cancionário histórico de Sergipe. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. 2. ed. São Cristóvão: São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 169.

12 ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985. p. 18.

Depois dos precursores, surgem outros pesquisadores do folclore poético sergipano, a exemplo de Garcia Moreno. Ele publicou “Aspectos do maconhismo em Sergipe”, de 1946; quadras coligidas junto aos usuários da maconha. A obra versa sobre as superstições e modos de usar a erva em versos populares.

Além dele, temos José Calasans que compilou versos relativos à cultura de beber cachaça. Assim, em 1943, ele publicou “Aspectos folclóricos da cachaça”; e em 1951 veio a lume “Cachaça, moça branca”. Diversificando o tema de sua pesquisa, ele publicou na Revista de Aracaju “Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe”, em 1944. E na mesma revista, agora em 1951, Calasans publicou “Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe”. Oito anos depois, em 1959, ele nos traz “A Guerra de Canudos na Poesia Popular”, capítulo de seu livro “No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos”.

O terceiro dessa leva é Severino Uchoa, que compilou interessantes versos da lírica popular publicados em revistas e jornais de Aracaju em 1951 e 1952. E por fim, temos José de Carvalho Déda (1898-1968), com “Brefáias e Burundangas do Folclore Sergipano”, de 1967, onde compila, entre outros, algumas trovas, repentens e desafios.¹³

Os temas coligidos por todos estes pesquisadores de fontes orais versam sobre variados aspectos. Tratam do amor lírico, do trabalho, das crenças e superstições, das drogas, do cotidiano, dos folguedos e brinquedos infantis, da história e da política regionais.

Desses dois últimos temas tratam as quadras declamadas pelos moradores de São Cristóvão. Algumas esgarceiam as autoridades políticas responsáveis pela mudança da capital; e outras detratam Aracaju, como um lugar onde não se presta para habitação humana. São essas últimas que serão focos da análise.

As quadras contra a mudança da capital eram cantadas ou declamadas pelas ruas e becos por moradores insatisfeitos. Afinal, Câmara Cascudo, numa nota ao livro de Romero (1985), afirmou acertadamente que “por essas canções o povo das cidades e das vilas vivia seu desejo e personalizava seu pensamento”.¹⁴ Os cantos populares foram recolhidos pelos pesquisadores, mas poucos conseguiram coligir as músicas dessas quadras populares. Assim, perdemos o ritmo ou o desenho melódico que acompanhavam muitas quadrinhas coligidas

13 CARVALHO-NETO, Paulo de. *Folclore sergipano*. 2. ed. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994. p. 21-50. Sobre o livro de Carvalho Déda, ver CARDOSO, Amâncio. *Preciosas brefáias do folclore sergipano*. Aracaju Magazine, agosto de 2002. p. 18-19.

14 In ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985. p. 175.

desde Sílvio Romero, advindas do século XVIII, atravessando o XIX e alcançando o século XX.¹⁵

Da Musa Sancristovense

Passemos agora para a leitura e análise das três quadras declamadas pelo povo de São Cristóvão contrário à mudança da capital para o então povoado de Santo Antônio do Aracaju. A primeira é a seguinte:

“São Cristóvão passageiro
Santo de grande milagre
Pelo amor dos sergipanos
Fazei voltar a cidade”.¹⁶

(Variante):

“São Cristóvão passageiro,
Santo de **fazer** milagre
Pelo amor dos sergipanos
Fazei voltar a cidade”.¹⁷

Nessa quadrinha, o apelo ao santo solicitando o retorno da capital para a velha cidade do riacho Paramopama, São Cristóvão, ocorre com certeza pelo fato de haverem esgotados os canais de comunicação entre os representantes do povo e as instituições oficiais (o poder central imperial e os poderes executivo e legislativo provinciais). Essas instâncias não atenderam às solicitações da Câmara de Vereadores de São Cristóvão, em 1855, que lhes emitira ofícios e representações, lhes pedira a anulação da transferência da capital e lhes demonstrara a inconstitucionalidade da Resolução 413. Pois a reunião dos deputados, para discutir e votar o projeto de mudança, ocorreu fora da antiga capital e obedeceu a uma convocação de Inácio Barbosa, reunindo-se no povoado Santo Antônio do Aracaju.¹⁸

15 O historiador Robert DARNTON, no livro *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, analisou poemas populares de protestos contra a monarquia e as questões públicas da França em meados do século XVIII, difundidos por diversos meios, inclusive orais. Ele tentou reconstituir as melodias desses poemas com a ajuda de fontes e especialistas em musicologia da Biblioteca Nacional da França. Assim, o leitor/ouvinte tem uma versão musical aproximada da dimensão oral das trovas de protestos que fluíam pelos circuitos de comunicação do Antigo Regime.

16 As quadras deste artigo foram compiladas de CALASANS, José. Subsídio para o cancionário histórico de Sergipe. Aracaju, *Revista de Aracaju*, n. 02, p. 45-62, 1944. Nesta obra, Calasans também apresenta as variantes, as quais foram repetidas e negritadas aqui.

17 Essa variante foi coligida por Clodomir Silva e publicada em seu *Álbum de Sergipe*, de 1920. Negrinho nosso.

18 A Câmara de São Cristóvão, presidida por Inácio de Paula Madureira, escreveu ao imperador D. Pedro II no dia 30 de abril de 1855; ao presidente da província no dia 28 de fevereiro; e na mesma data aos deputados provinciais. Ver FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 373-376.



Segundo os vereadores sancristovenses, a reunião ali realizada feria o artigo 5º do Ato Adicional à Constituição de 1824, votado em 1834, o qual determinava que o local de reunião das Assembleias Provinciais deveria ocorrer nas capitais das províncias e as seguintes em locais designados por atos legislativos provinciais. E este procedimento legal de fato não ocorrera.¹⁹

Apesar dessa e de outras alegações contra a mudança da sede de governo, os camaristas não tiveram seu pleito atendido nem pelas autoridades imperiais nem tampouco pelas provinciais. Para aumentar a pressão sobre as autoridades, os vereadores condenaram o presidente Inácio Barbosa de ser “o único culpado responsável”, caso houvesse derramamento de sangue pelas ruas da cidade colonial, por conta da insatisfação popular com a transferência da capital.²⁰

Fig. 1 – Joaquim José Pereira, um dos vereadores de São Cristóvão em 1855.



O venerando ancião Joaquim José Pereira — o unico sobrevivente dos que assignaram o protesto da Camara de S. Christovam.

Fonte: SILVA: 1920. p. 127.

19 No dia 12 de agosto de 1834, os membros da Câmara dos Deputados do Império estabeleceram um conjunto de mudanças que afetaram diretamente as diretrizes da Constituição de 1824. Nesse dia, o chamado Ato Adicional aprovou uma série de mudanças que refletiam bem o novo cenário político, agora sem a intervenção do poder régio, representadas pelas alas liberal e conservadora.

20 SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p. 128.



Os Edis de São Cristóvão também não sensibilizaram Sua Majestade Imperial através de ofício enviado em 30 de abril de 1855, ou seja, um mês e meio depois de consumada a transferência. Daí o apelo do povo pedindo a intervenção do santo que dá nome à velha urbe do Vaza-Barris – “São Cristóvão passageiro...” – para que fizesse o milagre de fazer “passar” ou voltar a cidade e capital ao seu antigo sítio, separada de Aracaju pelo rio Poxim. Com esse pedido, o povo fez uma analogia entre o retorno da capital e a hagiografia do santo católico.

São Cristóvão foi um mártir católico; viveu provavelmente na Síria e morreu durante o reinado do imperador romano Décio (249-251). Reza a tradição que, por ser alto e forte, aceitou a tarefa de ajudar pessoas a passarem por um rio perigoso. Por conta disso, temos a alusão de “passageiro” na poesia popular. Certo dia, ele fez a passagem em seus ombros de uma criança que se revelou ser o Cristo. Ele se convertera e desde então adotou o nome Cristofhoros (Cristóvão), que em grego significa “O que carrega Cristo”. Por conta disso, São Cristóvão é invocado por fiéis antes de uma jornada. No caso da mudança da capital de Sergipe, a jornada não é de ida, mas de retorno, de Aracaju para São Cristóvão –, ou melhor, da bacia do rio Sergipe/Poxim para o Vaza-Barris/Paramopama. Ou seja, se pelas vias terrenas não foi possível abortar o ato da mudança, os católicos sancristovenses apelaram para o santo milagreiro. Daí os versos “Santo de fazer milagre/ Fazei voltar a cidade”.

Fig. 2 - S. Cristóvão e Menino Jesus passando um rio.



Fonte: <http://pnsgvilhena.blogspot.com.br/p/comunidade-sao-cristovao.html>

O retorno da cidade, à época, era representado pela volta dos Cofres da Fazenda Provincial e dos Arquivos do Poder Executivo que foram transferidos para Aracaju sob as pragas lançadas por velhas de São Cristóvão, as quais nem abriam suas portas para não presenciarem a afrontosa mudança, que certamente traria insegurança para essas antigas moradoras, que agora tão somente espreitavam pelas rótulas os carros de boi a conduzirem cofres e arquivos do governo.²¹

No entanto, além da Fazenda Provincial e dos Arquivos, outras instituições já haviam sido instaladas em Aracaju, como estratégia de preparar o “golpe” ou o ato da mudança; são elas: a Subdelegacia, o Posto dos Correios, a Mesa de Rendas e a Alfândega. Por isso, não era sem razão a súplica dos sancristovenses ao poder do santo milagreiro para que fizesse “voltar a cidade”.

Vejamos agora a segunda quadra bairrista.

“Aracaju não é
Vila nem povoação
É umas casinhas de palha
Cobertinhas de melão”.

(Variante)

“Aracaju não é cidade
Nem **também** povoação
Tem casinhas de palha
Forradinhas de melão”.²²

Os inocentes versos dessa quadra invertem o projeto de capital do futuro, moderna, portuária, plana e com novas construções apregoadas pelos defensores da Resolução 413. A descrença num lugar precário - “não era vila, nem cidade, nem povoação” e sim uma praia deserta -; que não conseguia sair do papel, tinha certo fundamento para aqueles que possuíam suas herdades na antiga capital. Pois a especulação do preço dos terrenos da nascente Aracaju, aliada à pobreza da maioria e ao ceticismo inicial na concretização da mudança, contribuiu para a formação de uma cidade de casas de palha, paralela àquela construída paulatinamente pelos parques investimentos da administração pública. Contrariava-se, desse modo, a ideia de progresso civilizatório que inspirou os discursos em favor da mudança da capital.

Na realidade, foram diversos os incômodos enfrentados pelos primeiros migrantes que se instalaram nas praias do Aracaju. A insegurança era patente. Este foi o caso do comerciante, José Teixeira da Cunha, pro-

21 FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.p.

22 Variante colhida em 1938 por José Calasans.

cedente da cidade de Laranjeiras. Em junho de 1855, três meses após a mudança, sua “casinhola coberta de palha”, na rua da Aurora (atual rua da Frente), fora roubada. Levaram-lhe dinheiro e papéis.²³ Nos primeiros anos da cidade, até os mais aquinhoados habitaram em casas de palha, talvez por dificuldade de transporte de material ou por escassez de mão-de-obra especializada em alvenaria, cuja carestia excessiva foi assinalada em 1860 pelo governo.²⁴

Além de homens do comércio, funcionários públicos também passaram por aperreios imobiliários na nova capital. Em 1856, por exemplo, o presidente da província relatou que se sentia comovido pela sorte dos empregados “habitando empequenos ranchos de palha”.²⁵ Esta situação se verificava devido ao alto valor dos aluguéis que corroíam os salários. Prova disso é que, em março de 1860, uma notícia veiculada pelo *Correio Sergipense*, jornal oficial, atentava para “uma grave compressão” que há muito pesava sobre os habitantes de Aracaju. Essa compressão era o “elevadíssimo” preço do aluguel das casas que, dizia a folha, absorviam “os lucros do indivíduo” expondo-o a privações.²⁶

Assim, a cidade projetada para servir de símbolo urbanístico e de prosperidade conviveu, até o século XX, com “casinhas de palha” como rezava a quadrinha popular. Com isso, a própria administração provincial admitiu que expôs seus funcionários, ex-moradores de São Cristóvão, à insegurança e insalubridade por residirem em precárias condições de moradia em Aracaju. Por isso, uma das formas de protesto foi circular trovas populares, que denunciavam a situação e a indignidade daqueles que foram forçados a virem trabalhar e morar nas dunas da nova capital.

Em situação semelhante aos funcionários de baixo escalão, servidores de outros níveis também sentiram dificuldades habitacionais em Aracaju dos primeiros anos. Tem-se o exemplo do juiz Antônio Joaquim da Silva Gomes, que adiou sua transferência de São Cristóvão para a nova capital a espera de melhores condições de moradia. Ele escrevera ao Imperador, em março de 1856, as razões por que não transferira sua residência e o Cartório do Juízo dos Feitos da Fazenda, diante das repreensões do governo local. Um dos motivos foi a falta de “casa decente”, argumentou o magistrado.²⁷

23 *Correio Sergipense*. Aracaju, junho de 1855. p. 04.

24 GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatório do presidente*. Bahia: Typ. Provincial, 15 de agosto de 1860.

25 MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório com que foi entregue a administração da Província no dia 27 de fevereiro de 1856...* Aracaju: Tipographia Official, 1856. (BPED, DS-1437).

26 *Correio Sergipense*. Aracaju, março de 1860. p. 04.

27 CARTA manuscrita de Antônio J. da S. Gomes a D. Pedro II. Aracaju, 14 março 1856. Cópia do Arquivo Nacional, Seção dos Ministérios, cota IJ1 392. Acervo do PDPH/DHI/UFS, caixa 136.



Por “casa decente”, traduza-se: habitações confortáveis e salubres, ou ainda, que não fossem de palha ou cobertas por elas. Moradias de palha representavam no imaginário da época a materialização da inferioridade social. Até hoje, uma das acepções para a expressão “de palha” é: algo ordinário, reles, ruim, sem valor.²⁸ Ainda no século XIX, a casa de palha estava associada a taperas indígenas, a mocambos de escravos fugidos e casebres de desvalidos livres, ou seja, ao que se considerava de escória social.

Quanto à expressão diminutiva “casebre de palha”, estampada em alguns anúncios de jornal da época, sugere uma depreciação do substantivo ou um arremedo de moradia. Desse modo, as palhoças eram consideradas socialmente indecentes, portanto, insalubres e contrárias ao ideal de civilização europeu cultivado pela elite social no século XIX; a exemplo do juiz Silva Gomes que fez o que foi possível para não vir morar nas “casinhas de palha forradinhas de melão”, como aquelas presentes na quadra em análise.

Seguindo este pensamento, o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884) também criticou a presença de casas de palha, ou cobertas por ela, quando visitou Aracaju no ano de 1859. Ele escreveu quena recente capital via-se “uma horrível aglomeração de casas cinzentas, de barro, com telhados de palha de coqueiro”.²⁹

Certamente, dentre estas casas de palha descritas por Avé-Lallemant estaria a de dona Joana de Paula Evangelista. Ela pediu concessão à Câmara de Aracaju, em 1857, para colocar telha numa casinha que havia construído entre outras “de palha” de sua propriedade. A Câmara deferiu o pedido de D. Joana, desde que ela se compromettesse a arcar com as despesas de demolição de suas casinhas de palha.³⁰ Nesse contexto, ela seria uma das moradoras da nova capital, insatisfeita com a situação urbana, que trovejava pelas ruas a referida quadra que dizia que ali “não era uma cidade, nem também povoação...”.

Por fim, a terceira quadra sancristovense também detrata Aracaju e demonstra a insatisfação dos moradores da cidade colonial com as precárias condições de sobrevivência na nova capital.

Eis a terceira quadra bairrista:

“As águas de São Cristóvão
Só parecem de cristal
As águas de Aracaju
Só parecem rosargal”.

28 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *NovoDicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: NovaFronteira. 1986, p. 1251.

29 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da BA, PE, AL e SE-1859*. São Paulo: Edusp; BeloHorizonte: Itatiaia, 1980, p. 335. (1ª edição alemã de 1860).

30 ATAS da Câmara de Aracaju. Requerimento de Joana de Paula Evangelista. Sessão de 11 de setembro de 1857.



Esta quadra compara a qualidade da água das duas cidades. Da velha capital, abona a boa qualidade potável de seu líquido precioso. Quanto à água de Aracaju, ela é desqualificada assemelhando-se ao rosargal, nome popular do veneno arsênico.

Apesar do exagero retórico da trova, a situação da nova capital estava próximo da calamidade quando o assunto era água potável consumida por uma população trasladada por determinação governamental.

Em 1855, Aracaju não possuía fonte limpa de água potável. O Barão de Maruim (1809-1890), que administrou a província entre setembro de 1855 e fevereiro de 1856, substituindo o então recém falecido Inácio Barbosa, ordenou o projeto e serviço de beneficiamento de três fontes ao engenheiro José Xavier Garcia de Almeida. Porém, o trabalho foi interrompido no auge da epidemia de cólera, em novembro de 1855. Esta grave epidemia ceifou a vida de muitos trabalhadores e consumiu recursos financeiros dos cofres públicos para combatê-la, embora não se conhecesse, à época, a sua cura definitiva.³¹ No entanto, assim que se normalizou a situação, as obras de beneficiamento foram arrematadas e seu andamento autorizado. Mas, conforme relatos de época, a efetivação do serviço não foi satisfatória.³²

Três anos depois, em 1858, numa tentativa de melhorar o abastecimento de Aracaju, o governo autorizou o contrato para canalizar água do rio Pitanga através de aqueduto de ferro, ou louça, até os chafarizes que seriam posteriormente construídos. Depois, pretendia-se inutilizar as fontes públicas e impedir a construção de outras após a obra.³³ Porém, este intento foi protelado durante todo o século XIX. Assim, a emergente capital só possuiria uma rede de abastecimento de água canalizada no século XX, em 1909.³⁴ Portanto, a falta de beneficiamento d'água potável e a má conservação de fontes públicas foram tormentos vividos pelos primeiros aracajuanos.

No ano de 1859, por exemplo, o engenheiro Francisco Pereira da Silva, encarregado das obras públicas, denunciou a má conservação das fontes d'água de Aracaju. Ele asseverou que as fontes do “Barão” e da “Arueira” estavam em péssimo estado, “cheias de imundícies e arrombadas”. O engenheiro reputou a precariedade das fontes não só ao tempo chuvoso, mas, sobretudo, aos “escravos que conduzem água”. Pereira da Silva re-

31 Sobre a história, em Sergipe, da epidemia de cólera de 1855, ver: SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. *Sob o Signo da Peste: Sergipe no Tempo do Cólera, 1855-1856*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Social).

32 ALMEIDA, José Xavier Garcia de. *Relatório*. Aracaju, 25 de janeiro de 1856. p. 02; anexo n. 11. (Biblioteca Pública Epiphânio Dória-Documentação Sergipana, doravante BPED-DS,1437).

33 RESOLUÇÃO n. 539 de 12 de julho de 1858. *Collecção das leis, decretos e resoluções...* . Aracaju: Typ. Provincial, 1859. p. 94-96. (BPED-DS, 11).

34 “Abastecimento de Água”. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, n. 3129, 29 de outubro de 1909. p. 01. (Hemeroteca da BPED, 65).



clamou que, além de sujá-las, os escravos aguadeiros “entenderam que deviam destruí-las e fazer junto delas seus pagodes”.³⁵

A “destruição” das fontes pelos escravos condutores de água, conforme denúncia do engenheiro Pereira da Silva, pode simbolizar uma forma de rebeldia contra a condição servil a que estavam submetidos, desde quando tais fontes eram locais estratégicos numa povoação incipiente e idealizada a partir de um projeto das elites escravocratas. Entretanto, seria contraditório destruir um local que serviria para encontros, divertimentos ou cultos. Ou talvez, a denúncia servisse de pretexto para imputar aos escravos a deficiência na administração das fontes pelo governo, cujo um dos representantes era o denunciante, responsável pelas obras da província.

Talvez isto explique porque dois dias após a denúncia do dr. Pereira da Silva o inspetor de saúde pública de Sergipe, dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque (1829-1886), criticasse com vivacidade a situação das fontes. Pois não considerava como tal “uma escavação fechada por uma cerca de madeiras ou anteparo de terra, ou um muro mal construído”. Nestas fontes, declara ainda o inspetor de saúde, as águas são revolvidas, cobertas de uma crosta de barro no verão ou tão barrentas e espessas que “bem se pode confundir com águas de lavagens”.³⁶ Era indigno, para o dr. Pedro Autran, que pessoas se servissem de um bem tão precioso para a vida em fontes com as condições por ele descritas.

Ainda em 1859, o médico e viajante alemão, Robert Avé-Lallemant (1812-1884), o mesmo que se horrorizou com a aglomeração de casas de palha numa capital de província, confirmou o depoimento das autoridades citadas. Ele anotou, com veemência, que o “grande defeito de Aracaju é a falta de boa água potável”. Disse o médico alemão que os moradores apanhavam “a água da chuva”, pois a que se tinha para beber era ruim, amarela, cor de ouro, e quase não se podia bebê-la. O viajante também atribuiu às águas do Aracaju “influência decisiva” numa série violenta de acessos de febre de que foi vítima.³⁷

Em 1862, confirmando a opinião dos testemunhos, o então presidente da província, Joaquim Jacinto de Mendonça, considerou a água que jorrava das fontes de Aracaju à época como “impura e de péssima qualidade”.³⁸ Sete anos depois, em 1869, outro presidente da província, Dionízio Rodrigues Dantas (1832-1880), também confirmou os relatos quanto às condi-

35 SILVA, Francisco P. da. *Relatório das obras públicas*. Aracaju, 26 de fevereiro de 1859. p. 04. (BPED-DS, 1438).

36 ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Relatório da salubridade pública*. Aracaju, 28 de fevereiro de 1859. p. 03. (BPED-DS, 1438).

37 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*, 1859. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 335.

38 MENDONÇA, J. J. de. *Falla com que foi aberta a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléia*. Aracaju: Typ. Provincial, 1862. p. 21. (BPED-DS, 1439).



ções das fontes e à qualidade das águas potáveis de Aracaju. Ele escrevera aos deputados que a única água de que se serve a população da capital é extraída de escavações aleatórias e, por conseguinte, estagnada; sem o menor asseio. Tal água, afirmara o presidente, “deve infalivelmente ser a origem de males”.³⁹ Outro testemunho, o Imperador D. Pedro II, quando visitou Aracaju em 1860, também relatou sobre a qualidade da água potável. Ele estranhara, assim como o doutor Avé-Lallemant, a tonalidade de sua cor. O monarca anotou que as águas potáveis da nova capital eram escuras, como se estivessem enferrujadas. D. Pedro II observou que “o povo bebe das bicas públicas ou cacimbas onde a água é cor de xerez [um tipo de vinho tinto]”.⁴⁰

A coloração das águas aracajuanas, anotada por Avé-Lallemant e pelo Imperador, ficou timbrada, de forma depreciativa, no imaginário popular desde 1855, como vimos na quadra bairrista: as “água de Aracaju/ Só parecem rosargal”. Rosargal, na verdade, é uma corruptela de rosalgar, nome vulgar do realgar. Palavra de origem árabe (rahjal-ghar). Denomina o “pó das minas” ou o sulfeto de arsênico, mineral amarelado ou avermelhado. No Nordeste brasileiro, uma pessoa loura ou muito ruiva recebe a alcunha de rosalgar, referência à cor avermelhada dos cabelos semelhante àquele mineral. Ademais, o sulfeto é um composto de enxofre e tem cheiro característico que incomoda o olfato.⁴¹

Conforme o saber popular, o diabo cheira a enxofre. Logo, tal odor representaria o mal; a moléstia e, portanto, a presença da morte. Este veneno já era citado em outras quadras populares, como nesta recolhida por Sílvio Romero em Sergipe e publicada em 1883: “Eu já fui da tua mesa/ O melhor prato de sopa;/ Já hoje sou rosalgar,/ Veneno pra tua boca” (ROMERO, 1985). Como já foi dito, o arsênico é uma substância venenosa, sua ingestão seria letal. Ou seja, as águas de Aracaju eram assim representadas pela poesia popular sancristovense de 1855, como um líquido saído das profundezas do inferno.

39 DANTAS, Dionízio R. *Relatório...*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1869. p. 10. (BPED-DS, 1443).

40 “DIÁRIO do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860”. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. XXII, n. 26-A, p. 64-78, 1962-1965. Citação p. 65.

41 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Verbetes rosalgar; realgar, arsênico e sulfeto. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1522; 1456; 176; 1627, respectivamente.



Conclusões

As quadras bairristas contra a mudança da capital do Estado de Sergipe, em 17 de março de 1855, foi uma forma de representar a insatisfação popular através da poesia contra um governo intransigente. Pois Inácio Barbosa preparou o processo de transferência de uma cidade centenária para um lugar ermo e impróprio para habitação, sem consultar os vereadores de São Cristóvão, e, conforme demonstraram, infringindo a ordem constitucional.

A população da antiga capital foi pega de surpresa quando a Assembleia Provincial aprovou a Resolução 413, o que dificultou os meios de interferência legal ou a organização de uma revolta popular. Assim, o povo improvisou versos depreciativos que circularam por redes nas ruas; de boca em boca.

As quadras expressam a insatisfação popular, mas não têm pretensão de ameaçar a ordem constituída, como igualmente ocorrera na Paris do século XVIII, onde uma rede de comunicação fora formada por poemas que denunciavam clandestinamente os protestos do povo com a Corte de Luís XIV.⁴² Apesar disso, tanto os poemas contra a monarquia francesa quanto as quadras bairristas sancristovenses revelam o poder da palavra oral e da poesia para transmitir mensagens ao povo de forma eficaz; bem antes da internet e numa sociedade semialfabetizada.

Viu-se, assim, que os moradores de São Cristóvão foram expostos ao infortúnio, num lugar sem água potável de boa qualidade e sem residência adequada ou improvisada, deixando imóveis, amigos e parentes na centenária cidade.

Diante disso, as quadras são a viva expressão simbólica, ao mesmo tempo irônica e lúdica, da resistência e da indignação do povo contra a mudança abrupta da capital. Veiculados pelos poetas anônimos, os versos de protesto ecoaram de boca em boca e ainda ressoam no imaginário de moradores de São Cristóvão, os quais louvariam mais uma vez o “santo passageiro” se fizesse o milagre de “voltar a capital” para a velha urbe; mesmo passado mais de um século e meio.



42 DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O Patrimônio Organístico Sergipano: o Encontro da Música com sua História

Thais Fernanda Vicente Rabelo¹

Resumo¹

Esse artigo apresenta um estudo histórico musical em torno dos órgãos de tubos de Sergipe, procurando abordar elementos como procedência, relação entre o contexto histórico e o mecenato no Vale do Cotinguiaba e principais características dos instrumentos. Fundamentada na Musicologia Histórica e na Organologia, essa pesquisa nos direciona ao Sergipe Imperial, ao mecenato e busca pela ratificação de poder e, sobretudo, à existência de um patrimônio histórico musical ainda pouco conhecido, que revela a importância do órgão de tubos, não apenas na história da música ocidental, mas também no cenário sergipano.

Palavras-chave: Órgão Histórico. Musicologia. Sergipe.

Abstract

This paper presents a historical and musical study about Sergipe's pipe organs, addressing elements such as origin, the relation between the historical context and patronage in the Vale do Cotinguiaba. Grounded in the Historical Musicology and Organology, this research leads us into Sergipe's imperial period, pursuit of the influent landowners of the past for political ascension, and, mainly, the existence of a historical and musical patrimony almost unknown, that reveals the pipe organs importance, not only at the history of Western music, but also in Sergipe's scenario.

Keywords: Historic pipe organs; Musicology; Sergipe.



1 Mestre em Musicologia histórica pela Universidade Federal da Bahia (2014). Licenciada em Música pela Universidade Federal de Sergipe (2011). Técnica em Música (habilitação em piano) pelo Conservatório de Música de Sergipe (2007) e atualmente desempenha função de harpista na Orquestra Sinfônica de Sergipe.

Introdução

Sabemos que, a nível nacional, apesar de as primeiras referências documentais ao órgão de tubos no Brasil remeterem à chegada dos portugueses no território ultramar luso americano, o estabelecimento oficial do órgão só aconteceu através do Alvará Régio no ano de 1559 que criava o primeiro cargo de tangedor de órgão na Sé de Salvador-BA². No século XIX, com a chegada da Família Real na colônia e a abertura dos portos as nações amigas em 1808, por ordem do príncipe regente D. João VI, o comércio exterior tornou-se mais dinâmico, o que contribuiu para com a importação de órgãos provenientes da França, Inglaterra e Alemanha. Durante muito tempo os órgãos desempenharam importante função, sobretudo no âmbito da Igreja Católica. Mesmo após do Concílio Vaticano II o órgão permanece como instrumento oficial da Igreja, conforme se afirma no Capítulo VI: “O órgão de tubos ocupa lugar de destaque na Igreja Latina como instrumento musical tradicional, cujo som dá um brilho particular às cerimônias da Igreja e ajuda a mente a se elevar a Deus³”. Apesar disso, boa parte desses órgãos encontra-se negligenciada, quando não, sofrendo péssimos reparos por falta de profissionais qualificados para a ação, o que contribui ainda mais com sua deterioração e ruína definitiva.

Há ainda que se mencionar a relação entre o órgão de tubos e a ratificação de poder, seja ele político ou econômico. O instrumento, de engenharia complexa e imagem imponente, fora durante muito tempo símbolo de poder e meio para realização de acordos políticos. Essa prática remonta à Idade Média, a exemplo dos órgãos enviados de Constantinopla aos imperadores merovíngios e carolíngios. Dom François Bedos de Celles menciona, em seu tratado *L'Art du Facteur d'orgues*⁴ (1776-1778) o órgão com o qual o imperador Constantino Copronimo presenteou o rei Pepino, o Breve, em torno do ano 757 e o órgão que Constantino Curopalata enviara a Carlos Magno em 812. No contexto lusitano isso também ocorria, sobretudo quando se objetivava estabelecer acordos políticos. Um exemplo disso são os órgãos enviados pelos reis de Portugal aos governantes das regiões onde almejavam estabelecer entrepostos comerciais. De acordo com Azevedo⁵:

Quando contatos com novos mundos eram abertos pelos navegantes portugueses, os órgãos não eram esquecidos e o cronista Gaspar Correia quando descreve a embaixada es-

2 DINIZ, Jaime C. *Organistas da Bahia 1750-1850*. Rio de Janeiro. Tempo brasileiro: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. p. 17.

3 VATICANO II: mensagens, discursos e documentos. Tradução de Francisco Catão. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 171.

4 BEDOS DE CELLES. *L'art du Facteur d'orgues*. Paris: Leonce Laget, fac-simile da edição de 1766.

5 AZEVEDO, Carlos de. *Baroque organ cases in Portugal*. Amsterdam: Frits Knuff, 1972. p. 7.



pecial de Dom Rodrigo de Lima ao Imperador da Etiópia em 1519, menciona um Manuel de Éguas que teria levado um ou mais órgãos como um presente. Em 1519 um presente semelhante foi dado ao rei de Vishnayagar, vizinho de Goa⁶.

Também em Sergipe, particularmente na Região do Vale do Cotinguiba, esse costume foi observado. A pesquisa revelou um mecenato particular nessa região, que teve como foco o órgão de tubos e como mecenas personalidades da aristocracia sergipana, que representavam as principais vertentes econômicas do Estado: economia açucareira, pecuária e comércio.

A existência de órgãos de tubos em Sergipe não é do conhecimento de muitos. No entanto, é fato que o Estado já contou com, pelo menos, três órgãos, dos quais somente dois subsistiram ao tempo. No século XIX três instrumentos foram doados a diferentes cidades sergipanas, na mesma região do Vale do Cotinguiba. Quanto à procedência, os instrumentos encontram-se relacionados à abertura dos portos e ao contexto eclesiástico, uma vez que chegaram à Sergipe na segunda metade do século XIX (os instrumentos não proveem da metrópole portuguesa e foram instalados nos principais templos católicos daquelas cidades). Algumas fontes de natureza oral sugerem a existência, no passado, de órgãos de tubos em outras cidades sergipanas. A hipótese, no entanto, não pode ainda ser confirmada e segue em estudo.

Nesse sentido, o presente artigo, que advém de uma pesquisa maior e anterior⁷, tem o objeto de apresentar um estudo sobre o patrimônio organístico sergipano através de uma abordagem histórico musical, apresentando um estudo em torno da procedência desses instrumentos, características técnicas e sua atual situação. É importante ressaltar também que, apesar de serem aqui apresentadas algumas características dos instrumentos, não é intenção desse artigo centrar-se no estudo organológico dos mesmos, nem tampouco, na descrição de elementos mais ligados à linguagem musical. Esses elementos podem ser conferidos na já referida dissertação. Além disso, por meio desse estudo, almejamos uma maior divulgação de tal patrimônio, sobretudo dentre a comunidade acadêmica e demais interessados no assunto, bem como esperamos que possa vir a contribuir para com os estudos na área, ainda escassos.

6 *Texto original: When contacts with new worlds were opened up by Portuguese navigators, the organs were not forgotten and the chronicler Gaspar Correia when describing the special embassy of Dom Rodrigo de Lima to the Emperor of Ethiopia in 1519, mentions on Manuel de Mares who had carried one or more organs as a present. In 1522 a similar gift was made to the king of Vishnayagar, neighbour of Goa.*

7 *Esse estudo advém da dissertação de mestrado intitulada "Estudo Histórico e Organológico em Torno do Órgão de tubos de Laranjeiras". RABELO, Thais Fernanda Vicente. *Estudo Histórico e Organológico em Torno do Órgão de tubos de Laranjeiras*. 2014. 161p. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Música – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.*



O Mecenato no Vale do Cotinguiba:

Na segunda metade do século XIX a economia sergipana baseava-se na pecuária, na produção açucareira e no plantio do algodão. De acordo com Nunes, a criação de gado fora pioneira na província e manteve sua importância ao longo dos séculos, desde o período da colonização. O historiador sergipano Felisbello Freire sintetizou o desenvolvimento econômico de Sergipe através de sua conhecida afirmação “Antes do Sergipano ser lavrador, foi pastor”⁸. Segundo Dantas, o desenvolvimento socioeconômico sergipano se deve à criação de gado, desde a divisão das sesmarias. As primeiras fazendas de Sergipe Del Rey surgiram com os colonos que começavam a se instalar no sertão⁹. A pecuária teria largo desenvolvimento em Sergipe até o início do século XIX quando a produção açucareira começou a ganhar impulso. O crescimento no número de engenhos de açúcar começa a ser notado a partir de 1856, período em que a província contava com 756 engenhos, tendo o número ampliado para 840 no ano de 1889, quando o regime imperial brasileiro teve fim.¹⁰

A concessão de títulos nobiliárquicos também é um aspecto a ser considerado nesse contexto. Entre os anos de 1848 e 1872 vários títulos foram concedidos a proprietários de engenho em Sergipe pelo então Imperador D. Pedro II, a exemplo de João Gomes de Melo – Barão de Maruim (1848), Bento de Melo Pereira – Barão da Cotinguiba (1849), Coronel Domingos Dias Coelho e Mello – Barão de Propriá (1860), José Inácio Accioli – Barão de Aracaju (1872), Felisberto de Oliveira Freire – Barão de Laranjeiras (1872). Também vários membros do clero eram proprietários de engenho e constituíam a “espinha dorsal do sistema dominante, possuidores de engenhos, fazendas e escravos”¹¹.

Sobre o período em questão observamos um fenômeno muito particular: o mecenato no Vale do Cotinguiba. Região promissora do Estado, na segunda metade do século XIX, o Vale do Cotinguiba sedeu a doação de três órgãos de tubos, todos doados naquele mesmo período, por personalidades da aristocracia sergipana, a três templos católicos. As cidades contempladas com os imponentes e onerosos instrumentos foram Laranjeiras, Maruim e Aracaju, cidades de grande relevância no cenário político, econômico e cultural de Sergipe.

8 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*. 3.ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 214.

9 DANTAS, Orlando Vieira. *Vida Patriarcal em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 18.

10 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II: 1840/1889*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2006. p. 45.

11 NUNES, *Ibid.*, p. 50-51.



O órgão de Laranjeiras consiste em um instrumento inglês, de marca Bryceson e foi doado à Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus pelo Senhor de Engenho Felisberto de Oliveira Freire, que posteriormente (como já mencionado) viria a receber o título de Barão de Laranjeiras, pelo então Imperador D. Pedro II. Felisberto de Oliveira Freire era dono de engenhos em Itaporanga d’Ajuda, a exemplo do Engenho Belém, no qual residia. Esta informação suscita um questionamento à pesquisa. O que motivara a doação do Engenheiro Felisberto Freire a Laranjeiras? A questão pode ser compreendida quando se observa a relevância de Laranjeiras no cenário sergipano, quando do Segundo Império. A cidade foi elevada à categoria de vila e em 1848 se tornou cidade através da Resolução n. 209¹². Devido à sua localização geográfica, à margem esquerda do rio Cotinguiba, o comércio foi favorecido.

Na época em que a capitania de Sergipe adquiriu autonomia política, Laranjeiras se impunha como centro principal do comércio importador, mantendo comunicação direta com a Europa, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro através de brigues, bergantins, patachos, sumacas, “cutterz”. Rica, opulenta, com mais de 850 fogos e sua população excedendo a 3.000 habitantes¹³.

Quanto ao desenvolvimento cultural, entre os anos de 1830 e 1860 foram fundadas duas escolas femininas, sendo uma pública e outra particular. Também neste período foi criado o Colégio do Coração de Jesus (onde eram ministradas aulas de Gramática Latina, Francês, Filosofia, Retórica) e o internato masculino (pelo qual passavam os filhos da aristocracia rural, com o objetivo de ingressarem no curso Superior do Império). A comunicação impressa também se destacou. Entre 1841 e 1880 onze jornais laranjeirenses circulavam. Entre eles: *Monarquista Constitucional* (1841), *O Triunfo* (1844), *Pedro II* (1844), *O Telégrafo* (1848), *O Observador* (1851-1853), *O Horizonte*, *O Laranjeirense*, *O Republicano* (na década de 1880)¹⁴.

De acordo com Prado Sampaio¹⁵, ao abordar o cenário cultural de Laranjeiras:

Rival de Estancia, Laranjeiras é um centro notavel de grandes talentos. É patria de poetas como Bittencourt Sampaio, Pedro Moreira e João Ribeiro: d’alli se partiu o maior pintor sergipano, Horacio Hora, que morreu nimbado de justa reputação europeia; e é, finalmente, o berço de musicos dignos de

12 NUNES, *ibid.*, p. 222.

13 NUNES, *ibid.*, p. 221.

14 NUNES, *ibid.*, p. 222.

15 SAMPAIO, Prado. *Sergipe artistico, litterario e scientifico*: Memoria apresentada pelo Governo do Estado de Sergipe, sob a administração do Exm. Sr. Coronel Manoel Corrêa Dantas, á Exposição Ibero-Americana de Sevilha. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 63.

figurar entre os mais distintos do Brasil, taes como Manoel do Carmo, que improvisava ao seu trombone antigo as symphonias que mais tarde fixava no papel, Manoel Bahiense e o seu discipulo Francisco Avelino, João Belizário Junqueira, compositor, violinista e cantor emerito; Samuel de Oliveira e Francisco Hora, irmão de Horacio Hora e outros inspirados musicistas, pianistas os dois ultimos inscriptos e principalmente flautista o segundo.

Nesse sentido, consideramos como válida a hipótese de que a importância da cidade de Laranjeiras no cenário Sergipano tenha conduzido à escolha de Felisberto de Oliveira Freire.

Figura 1 - Retrato do Barão de Laranjeiras



Fonte: Acervo pessoal da família Freire, Fazenda Belém, Itaporanga d'Ajuda (SE).

Outra informação relacionada a Felisberto Freire merece ser considerada nesse contexto. Trata-se da *Carta do Barão de Laranjeiras a João Dantas Martins dos Reis*, datada de 24 de fevereiro de 1885, solicitando o apoio para a criação de uma cadeira de Francês e outra de Música na Escola Normal. Chamamos a atenção para uma possível preocupação do já então Barão com o ensino da música no principal centro de estudo da província, assim como uma eventual relação entre esta preocupação e a doação de um instrumento à matriz. A falta de maiores informações a respeito de Felisberto de Oliveira Freire não nos permite afirmar até que ponto sua relação com a música teria influenciado na doação do órgão de Laranjeiras. Ainda no que tange ao motivo da doação do órgão a Laranjei-



ras mencionamos também o fato de uma possível promessa feita ao Sagrado Coração de Jesus, por Felisberto de Oliveira Freire, que, tendo sido atendido, teria realizado a doação¹⁶. Esta justificativa, porém, não pode ser corroborada com nenhuma outra informação até o momento.

Ainda não foi possível determinar uma data exata para a chegada do instrumento na Matriz de Laranjeiras. No entanto, a informação mais satisfatória quanto a isso refere-se à primeira vez que o instrumento foi tocado na Matriz. De acordo com Oliveira¹⁷:

Aos vinte e quatro dias do mês de Março do ano de mil oitocentos e sessenta e nove, pela vez primeira tocou na Matriz do Sagrado Coração de Jesus o grande Órgão, dádiva do Tel. Cel. Felisberto de Oliveira Freire, depois, Barão de Laranjeiras em virtude do Decreto Imperial de vinte e nove de Fevereiro de Mil oitocentos e setenta e dois. O Sagrado Coração de Jesus abençoe o doador [...].

O instrumento encontra-se instalado no coro da Matriz de Laranjeiras e permanece em funcionamento. Desde sua instalação é utilizado como instrumento de acompanhamento para as celebrações litúrgicas da Matriz.



16 BISPO, Evandro de Jesus. Sobre o órgão de tubos da igreja matriz de Laranjeiras. Aracaju. 08 fev. 2013. Entrevista concedida a Thais Fernanda V. Rabelo. p. 12.

17 OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *História de Laranjeiras*. 2. ed. Aracaju: Casa Ávila: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação de Sergipe, 1981. p. 115.

Figura 2 – Órgão da matriz de Laranjeiras



Quanto as principais características físicas/materiais, consiste em um instrumento de pequeno porte. A caixa é simples, não apresentando elementos decorativos. Os quinze tubos da entonação ficam expostos na parte frontal do órgão. Possui cinco registros dispostos horizontalmente sobre o espelho do teclado manual. Apresenta dois teclados sendo um manual e um de pedal. O manual apresenta a extensão de C-f^{'''}, totalizando 54 teclas (Fig. 27). O *pédalier* (pedal) possui 25 teclas e uma extensão que vai do C-c[.]

Atualmente o órgão de Laranjeiras, apesar de permanecer em funcionamento, necessita de restauro. O instrumento apresenta desgaste na madeira causada por infestação de cupins, além de problemas relativos à afinação, pressão do ar, dentre outros. É utilizado no Novenário do Sagrado Coração de Jesus (celebração religiosa mais importante da cidade e que conta com a participação do instrumento desde sua instalação).

No que se refere ao órgão de tubos de Maruim, pode-se dizer que o mesmo fora doado à Igreja Nosso Senhor Dos Passos (matriz de Maruim) pelo Cônsul Otto Schramm (Figura 3), comerciante alemão então residente naquele local. Não se pode compreender essa doação sem mencionar

a imigração alemã na Província de Sergipe. De acordo com Nascimento (2006, p. 160), os primeiros imigrantes alemães chegaram nesta província no ano de 1839 e fixaram-se na região do Cotinguiba. Em Maruim, os Schramm “ganharam maior visibilidade após a criação da casa A. Schramm & Co., dedicada à exportação de açúcar e importadora de mercadorias industriais e outros manufaturados”¹⁸. O poderio econômico possibilitado pelo êxito nos negócios faria dos Schramm importantes figuras públicas no cenário maruinense (Figura 3). Segundo Nascimento:

O poderio econômico dos Schramm colocou a família no centro de tomada de decisões do poder político local, chegando um deles a ocupar a função de Cônsul da Alemanha em Sergipe. Essa inserção social era alimentada pela reputação de mecenas que obteve Otto Schramm e que deixou marcas em benfeitorias como a doação do relógio e do órgão de tubos da Igreja matriz maruinense, ambos procedentes de Hamburgo¹⁹.

O mecenas alemão seria apontado também por alguns historiadores como o criador do Gabinete de Leitura de Maruim. Segundo consta no *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* (1869), Otto Schramm ingressou no corpo consular estrangeiro a 13 de fevereiro de 1862. Sua imagem de benfeitor permearia a sociedade maruinense até a atualidade. Segundo o memorialista Joel Aguiar “[...] os Schramm exerceram em Maruim benéfica influência e a opulência do seu viver, como também a generosidade dos seus gestos ainda hoje são conhecidos. O cônsul Otto Schramm foi para Maruim um símbolo de rara cultura e um edificante exemplo de que o trabalho tudo vence”²⁰.

18 PASSOS Sobrinho, 2000 *apud* NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 35, p. 151-178, 2006. p. 160.

19 NASCIMENTO. *Ibid.* p. 162.

20 AGUIAR, Joel. *Traços da História de Maruim*. 2. ed. Aracaju: Secretaria do Estado da Cultura – Governo de Sergipe, 2004. p. 27.

Figura 3 - Cônsul alemão Otto Schramm, segunda metade do século XIX.



Fonte: Aguiar²¹

A cidade de Maruim também se destacava naquele período, principalmente sob o aspecto econômico, com maior ênfase ao crescimento do comércio na região. Foi elevada à categoria de Vila no ano de 1833, tornando-se cidade no ano de 1854. De acordo com Nunes²²:

A localização geográfica tornaria Maruim um dos mais importantes núcleos urbanos da Província de Sergipe na segunda metade do século XIX. O porto situado às margens do rio Ganhamoroba, afluente do rio Sergipe, tornou-se o centro de convergência da produção açucareira da região do Cotinguiba.

Esse crescimento comercial, através do trapiche, atraiu muitos imigrantes europeus, de modo especial na segunda metade do século XIX. A imigração também contribuiu para o rápido desenvolvimento da cidade. Segundo Aguiar (2004, p. 55), a imprensa também mostrou-se pródiga em Maruim, que teve vários jornais, a exemplo de *A Justiça* (1863), *O Maroinense* (1886/1894), *O Clarim* (1888), a *Revista Literária* (1890/1892) e *O Progresso* (1895/1901). Aguiar destaca o desenvolvimento intelectual que se notava entre os maruinenses. A fundação do Gabinete de Leitura foi uma mostra desse fato. Fundado em 1877, o Gabinete reunia em sua essência o ideal do progresso. Dotado de investimentos literários, fora também o centro de discussão dos pensadores

21 AGUIAR. *Ibid.* p. 153.

22 Nunes. *Ibid.* p. 229.



da época de modo que “em apenas dois anos de instalação já contava com 677 obras em 1076 volumes”²³.

O órgão de tubos, no entanto, não subsistiu ao tempo. As pesquisas mostraram que o instrumento encontrava-se no coro até 1995, aproximadamente. Tratava-se, pois, de um instrumento alemão. Apesar da inexistência do instrumento, uma fotografia do antigo órgão ainda no coro da igreja nos permite conceber uma ideia do instrumento, sobretudo quanto a sua envergadura, como se observa a seguir:

Figura 4 - Antigo órgão de tubos no Coro da Matriz de Maruim



Fonte: Cruz e Silva²⁴.

Tratava-se, conforme se observa, de um instrumento de médio porte, instalado no coro da igreja, de frente para o altar. Segundo alguns depoimentos de pessoas da própria paróquia (que optaram por não serem identificadas) o instrumento era utilizado para acompanhar as cerimônias religiosas e possuía características semelhantes ao órgão de Aracaju.

O órgão de Aracaju foi doação do Barão de Aracaju, o fazendeiro José Inácio Accioli do Prado. A informação encontra-se na placa anexa à parte frontal do órgão: “Anno 1881. Donativo do Barão de Aracajú à Igreja Matriz de Aracajú”. A informação sobre o título de baronato de José Accioli encontra-se mencionada tanto no *Almanak Administrativo, Mercantil e In-*

23 AGUIAR. *Ibid.* p. 93.

24 CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. *Inventário Cultural de Maruim*: Edição comemorativa aos 140 anos de emancipação política da cidade. Aracaju: Secretaria Especial de Cultura, 1994. p. 95.

*dustrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro*²⁵ quanto no *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Neste último consta: “ARACAJÚ. (Barão de) José Ignacio Accioli do Prado. Falleceu na Província de Sergipe, em 28 de Março de 1904, com 80 annos de idade. Era fazendeiro e criador abastado, na Província de Sergipe. CREAÇÃO DO TITULO: Barão por decreto de 28 de Agosto de 1872”²⁶.

A doação do órgão da catedral de Aracaju, assim como se observou nas outras duas, está relacionada ao contexto histórico, ou seja, a relevância da cidade em Sergipe no Segundo Império. Aracaju foi criada intencionalmente para substituir São Cristóvão na qualidade de capital de Sergipe. Idealizada pelo então presidente provincial Inácio Joaquim Barbosa, a nova cidade não obteve grande desenvolvimento nos primeiros anos após sua fundação em 1855. No entanto, no final do regime imperial, Aracaju avançaria em seu processo de desenvolvimento, tornando-se o centro de gravitação da vida econômica e cultural de Sergipe²⁷. Seu crescimento econômico propiciado pela acentuada atividade mercantil viria a trazer o declínio das cidades promissoras que lhe rodeavam, a exemplo de Maruim e Laranjeiras. Nunes ilustra o cenário aracajuano na seguinte descrição:

Situada à margem direita do rio Sergipe, “de elegante e pitoresca vista”, abrigava uma sociedade escravocrata, hierarquizada e desigual; uma cidade onde famílias de senhores de engenho, magistrados, engenheiros, médicos, farmacêuticos, industriais, comerciantes, negociantes, eclesiásticos, professores, escrivães, solicitadores dividiam as mesmas ruas que tinham nomes das localidades do interior, com pessoas de camadas inferiores, negros escravos e libertos²⁸.

Tratava-se, portanto, do mais novo centro urbano de Sergipe que começara a crescer de fato a partir da década de 1870. Além do comércio, também os aspectos culturais e educacionais mostravam-se prósperos na jovem capital, o que se pode perceber através da criação de importantes centros educacionais como o Atheneu Sergipense no ano de 1870 - dedicado aos meninos que almejavam chegar às Academias do Império, e da Escola Normal - para as moças que aspiravam ser professoras; a instalação dos teatros Sociedade União e Teatro Particular São Salvador e o Gabinete Literário Sergipano em 1866²⁹. Deste modo, ao contrário de São Cristóvão que decaía em nível de desenvolvimento econômico e social, a

25 ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CÔRTE E DA CAPITAL DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1873. p. 56.

26 ARCHIVO NOBILIARCHICO BRASILEIRO. Suíça: La concorde, 1917. p. 50.

27 Nunes. *Ibid.* p. 236.

28 Nunes. *Ibid.* p. 238.

29 Nunes. *Ibid.* p. 238.



nova capital não só viria a crescer acentuadamente com sua localização geográfica favorável, mas viria também a influenciar sobre o declínio dos antigos núcleos promissores vizinhos a ela.

O órgão de Aracaju é Alemão e assim como o fora o órgão de Maruim, também foi fabricado na cidade de Hamburgo. É um instrumento de marca Ch. H. Wolfsteller cuja fabricação data de 1881. Possui o fole, instalado na lateral do instrumento. No entanto, assim como o de Laranjeiras, posteriormente foi-lhe acrescido um sistema elétrico de bombeamento de ar.

Figura 5 - O órgão da Catedral de Aracaju.



Trata-se de um instrumento de médio porte. A caixa do órgão, mais refinada que a do órgão de Laranjeiras, tanto ao nível da estruturação arquitetônica como da decoração, apresenta alguns ornamentos, como a lira dourada que se encontra na parte frontal superior do mesmo e outros elementos decorativos. Possui oito registros (responsáveis pelas combinações sonoras do instrumento), dois teclados, sendo um manual simples e um pedal. Atualmente o instrumento, que nunca foi restaurado, encontra-se desativado e em situações precárias. A pesquisa em torno deste instrumento motivou-nos a dar início ao processo de restauro junto à catedral. O mesmo se encontra em andamento.

Figura 6- Detalhe da decoração do órgão na parte frontal superior do instrumento.



Considerações Finais:

É válido ressaltar a carência de fontes (sobretudo documentais) e a dificuldade de acesso a estas no que se refere à música sob o ponto de vista histórico. Concordando com o pensamento de que a “ignorância é a mãe de todos os erros”, torna-se necessário o estudo e sua divulgação para a comunidade, de forma que, ciente de seu patrimônio, possa cobrar-lhe o devido valor.

O estudo em torno dos órgãos de tubos de Sergipe nos revela parte importante da história da música sergipana, bem como apresenta-nos o contexto histórico de Sergipe, mais especialmente da região do Vale do Cotinguiba e sua relação com o próprio objeto de estudo. O órgão de tubos de Laranjeiras, por exemplo, ressalta a forte economia açucareira da região, a importância dos Senhores de Engenho. Ao mesmo tempo, o órgão de Maruim, em concordância, evoca a força no comércio daquela cidade, a presença alemã na região e a influência desses imigrantes sobre a mesma, não apenas no aspecto econômico, mas também cultural. Por sua vez, a doação do órgão à catedral metropolitana de Aracaju está diretamente relacionada à importância daquela capital e à busca pela ratificação de poder da aristocracia local, reforçando assim o órgão de tubos como símbolo de poder.

A pesquisa nos apresenta um valoroso patrimônio que, infelizmente, tem se degradado com o tempo e a falta de cuidados necessários. Neste sentido, faz-se urgente a restauração desses instrumentos que subsistiram ao tempo, que são símbolo de uma época, que foram e que são relevantes para a sociedade sergipana. Instrumentos que se encontram praticamente emudecidos (como o instrumento de Aracaju), porém ainda assim permanecem avivando a cultura local e contando a sua história.



Abrem-se as Portas da Sala de Reuniões do Atheneu Sergipense (1871-1875)

Maria Edna Santos¹

88



Resumo

Este artigo analisa as reuniões realizadas pela Congregação do Atheneu Sergipense, estabelecimento de Ensino Secundário fundado em Aracaju (SE) em 1870, entre os anos de 1871 a 1875. Esta delimitação temporal compreende a atuação da primeira mesa administrativa presidida por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. Para tanto, foram utilizadas fontes disponíveis no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, entre elas: Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, o Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano (1925) e a legislação educacional da Província de Sergipe. Para tanto, este trabalho está pautado no conceito de *Cultura Escolar*, conforme Felgueiras (2010). Com isto, cabe salientar que as reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense eram realizadas a partir das demandas da instituição ou por questões educacionais alheias a ela.

Palavras-chave: Atheneu Sergipense; Congregação; Reuniões.

Abstract

This article analyzes the meetings held by the Congregation of Atheneu Sergipense, secondary education establishment founded in Aracaju (SE) in 1870, between the years 1871 to 1875. This time delimitation comprises the performance of the first administrative board chaired by Manuel Luiz Azevedo D ' Araújo. Therefore, sources were used available at the Centre for Education and Memory Atheneu Sergipense and the Historical and Geographical Institute of Sergipe, including: Congregation of the Minutes Book of Atheneu Sergipense, Bio-bibliographical Dictionary Sergipe (1925) and the educational legislation Sergipe Province. Therefore, this work is guided by the School Culture concept as Felgueiras (2010). With this, it should be noted that the meetings of the Atheneu Sergipense Congregation were made from the demands of the institution or by others educational issues to it.

Keywords: Atheneu Sergipense; Congregation; Meetings.

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e graduação em Pedagogia pela mesma Universidade

O Sr. Professor secretário do Atheneu, a quem dou comissão, abra, numere e rubrique o presente livro destinado as actas da Congregação do mesmo Atheneu. Directoria Geral da Instrucção Publica.

O Director da Instrucção
Manuel Luiz Azevedo D' Araújo²

(Ata de Abertura de 20 de maio de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS)³.

Nesta passagem registrada na Ata de abertura do Livro, feita pelo então Diretor Manuel Luiz Azevedo D' Araújo no dia 20 de maio de 1871, dá ao secretário a função de abrir, numerar e rubricar as Atas das reuniões⁴. Esse direcionamento foi dado a Raphael Archanjo de Moura Mattos⁵, então secretário, nomeado a exercer essa função na eleição realizada no dia 5 de janeiro de 1871. Embora a Ata de Abertura date do mês de maio, as reuniões começaram a ser realizadas em 5/1/1871.

Para a presente pesquisa, analisei 23 Atas contando com a da Abertura. Atas correspondentes ao período ao qual me debrucei (1871-1875), anos da atuação da primeira mesa administrativa formada pelos seguintes membros: Manoel Luiz Azevedo D'Araújo (Diretor) e os lentes Antônio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valladão, Justiniano de Mello e Silva, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel, Thomaz Diogo Leopoldo, Tito Augusto Souto de Andrade, Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de Azevedo Cardoso e Manuel Francisco Alves de Oliveira. Tais participantes deliberavam tanto sobre os assuntos relacionados ao Atheneu Sergipense, como ao ensino primário provincial. No Quadro 1 apresento o número de reuniões realizadas ano a ano.

- 2 Neste tipo de transcrição direta respeitei a grafia da época para maior fidelidade ao documento.
- 3 CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE. (CEMAS) *Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)*. Aracaju., Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.
- 4 Conforme salienta Alves (2005): “[...] Os atos e papéis oriundos das sessões secretas deveriam ser escritos por um professor que, por eleição anual de seus pares, prestaria obrigatoriamente a função de secretário da Congregação, registrando as atas daquele ano” (ALVES, 2005, p.69).
ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2005.
- 5 Na mesma Ata do dia 20 de maio de 1871, Raphael Archanjo de Moura Mattos apresenta a sua aceitação diante da função de secretário, dizendo: “Servirá este livro para n'elle serem lançadas as actas da Congregação do Atheneu Sergipense, e vai numerado e rubricado em suas diferentes folhas com a seguinte rubrica: M. Mattos = de que uso, levando no fim o termo do encerramento” (Ata de Abertura de 20 de maio de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).



Quadro 1 – Número de reuniões realizadas pela Congregação do Atheneu Sergipense, 1871 a 1875

Ano Letivo	Número de Reuniões
1871	08
1872	04
1873	03
1874	07
1875	01
Total	23 Atas

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 48IFASS01 - CEMAS).

Uma observação importante a ser feita é com relação às reuniões do ano de 1875. Seria anormal, levando em conta as atividades desenvolvidas pelos congregados, que tenha havido uma única sessão durante todo este ano, e o é, pois aconteceram três sessões, porém, no quadro aparece apenas uma por conta do marco temporal aqui delimitado referir-se ao período ao qual Manuel Luiz Azevedo D'Araújo esteve na condição de Diretor. Somente a Ata do dia 3 de fevereiro de 1875 foi analisada, sendo a última a que pude constatar a assinatura deste membro, as seguintes já são apresentadas sob a presidência de Feliciano Eusébio⁶ e, logo em seguida, de Manuel Pereira Guimarães⁷.

Nota-se que o maior número de reuniões foi realizado nos anos de 1871 e 1874, oito e sete sessões respectivamente. E não foi por acaso. No primeiro ano houve mais reuniões justamente pelo fato de estarem adequando questões referentes ao Estatuto da instituição e eleições de comissões que seriam responsáveis tanto pela confecção do Estatuto, como pelos horários das aulas e escolha dos compêndios⁸ que seriam adotados

6 Nas fontes consultadas não localizei os dados referentes à vida pessoal e profissional deste Diretor. Apenas uma Ata encontra-se sob a presidência deste, mas sem informações pessoais ou profissionais.

7 Nasceu na cidade de Propriá-Se em 14 de março de 1840 e faleceu em 27 de outubro de 1879. Filho de Antônio José Pereira Guimarães e Isabel Maria de Medeiros Guimarães. Iniciou os seus estudos Preparatórios na sua terra natal, indo concluí-los em Recife, onde fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito. Em Aracaju exerceu os seguintes cargos: Promotor da Comarca, representante da Província na Câmara dos Deputados, deputado provincial de 1874 a 1875, Diretor da Escola Normal do Atheneu Sergipense, Presidente da Câmara Municipal, Diretor do Hospital de Caridade, Presidente efetivo da Sociedade Emancipadora 25 de março, e atuou também como advogado de alguns dos seus conhecidos (GUARANÁ, 1925). GUARANÁ, Armindo. *DiccionarioBio-bibliografico Sergipano*. Rio de Janeiro, 1925.

8 Compêndios: como eram chamados os livros e obras no século XIX.

e, em 1874, por conta da separação dos cursos de Humanidades e Normal⁹, uma vez que ambos permaneceram com os mesmos professores, sendo necessária uma reorganização dos horários das aulas e alterações nos Planos de Estudos¹⁰.

E quanto às reuniões que ocorreram durante os anos de 1872 e 1873, foram assuntos mais corriqueiros, a exemplo do abono das faltas dos alunos, eleições de secretários da instituição e comissões. Com isto, este contato com as Atas me fez conhecer o Atheneu Sergipense por “dentro”. Questões administrativas e pedagógicas eram debatidas, resoluções aconteciam na mesma proporção dos embates que eles travavam, mas um ponto é indiscutível: estavam todos reunidos em prol do bom funcionamento da instituição, como era de se esperar de um conjunto de professores que já possuíam experiência anterior no magistério.

No próximo tópico apresento, com base em exemplos, os assuntos mais frequentes tratados pelos partícipes da Congregação do Atheneu Sergipense, com o propósito de analisar aquilo que me foi “dado” ao analisar esse conjunto de Atas das reuniões.

Pontos se Pautas

Corroborando com o pensamento de Felgueiras (2010)¹¹, para quem as atividades desenvolvidas por determinados indivíduos são formadas tanto por objetos físicos ou por ideais, caracterizando assim, a sua *cultura*, o presente tópico traça as ações realizadas pelos congregados durante as reuniões do Atheneu Sergipense. Tais ações, presentes nos pontos de pautas, refletem tanto o trabalho realizado por eles quanto as suas relações sociais

- 9 Sobre as questões e mudanças que houve com a separação dos cursos de Humanidades e Normal e adoção de Regimento próprio da Escola Normal do Atheneu Sergipense, consultar o trabalho de Santos (2013) publicado na Revista Tempos e Espaços em Educação: SANTOS, Maria Edna. A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a Ação do Regulamento de 1874. In: *Revista Tempos e Espaços em Educação*. v. 6, n. 11. Jul/dez. 2013. Santos (2013) afirma que mesmo após a separação dos cursos de Humanidades e Normal há a necessidade de defini-la como “Escola Normal do Atheneu Sergipense”, pois embora estivesse o curso recebido uma nova denominação, Regulamento e prédio próprio, a Escola Normal tinha no seu corpo docente os mesmos professores do antigo curso Normal e as suas decisões eram tomadas no próprio Atheneu Sergipense. Assim, a Escola Normal de Sergipe tem a sua gênese nesta “Casa de Educação Literária” (ALVES, 2005). Para um maior aprofundamento sobre as escolas normais brasileiras consultar: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2008.
- 10 Alves (2005) define os Planos de Estudos como: “[...] conjunto das matérias e a carga horária semanal distribuídas nos anos dos cursos, passando a denominar-se depois, pela bibliografia, programa de ensino, grade curricular e finalmente currículo” (ALVES, 2005, p. 13).
- 11 FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

na condição de partícipes de uma mesma organização. Relações significativas e que permitiram o levantamento de algumas considerações.

Para uma melhor visualização dos pontos de pautas discutidos durante as reuniões dos membros da Congregação, apresento uma sequência de quadros demonstrativos especificando os anos, dias e assuntos tratados em cada sessão. Cada ponto mostra a pluralidade de assuntos abordados e debatidos entre aqueles que formaram a primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense, entre eles o Diretor, o secretário e os professores.

Quadro 2 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871

Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
5 de Janeiro de 1871	- Eleição do secretário na conformidade do art. 28 do Regulamento de 24 de outubro de 1870. Eleito Raphael Archanjo de Moura Mattos com dois votos ¹² ; - Confecção dos Estatutos do Atheneu Sergipense. Banca nomeada para esta função: Thomaz Diogo Leopoldo e Geminiano Paes de Azevedo.
12 de Janeiro de 1871	- Aprovação da Ata da sessão anterior; - Aprovação dos capítulos de 1º ao 9º do Estatuto e discussão sobre os capítulos seguintes (10,11 e 12); - Apresentação dos compêndios de Pedagogia por Ignácio de Souza Valladão ¹³ ; Aprovados. - Manuel Luiz Azevedo D’Araújo propôs a abertura do Atheneu Sergipense para o dia 3 de fevereiro do corrente ano ¹⁴ .
3 de Fevereiro de 1871	- Ata de Instalação do Atheneu Sergipense. - O Presidente da Província e o Diretor da Instrução Pública (Manuel Luiz) proferiram um eloquente discurso de abertura da instituição ¹⁵ .

Continua...

12 Houve empate com Geminiano, neste caso, Moura Mattos foi escolhido pelo método chamado por eles de “sorte”, onde o voto de minerva ficava a encargo do Diretor.

13 Para esta apresentação, Valladão viajou até a Bahia. Os compêndios que ele apresentou eram os mesmos adotados na Escola Normal da Província baiana. Na Ata não especifica quais foram esses compêndios (Ata da reunião de 12 de janeiro de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

14 Para isto, Manuel Luiz mandou ofício ao presidente da Província solicitando a sua aprovação. Propunha uma missa de abertura às 10h da manhã, uma guarda de honra e que enviassem convites a todos os chefes da Repartição Pública, sendo esta sugestão aprovada, o diretor nomeou a seguinte comissão para os convites: Thomaz Diogo Leopoldo, Antônio Diniz Barreto e Ignácio de S. Valladão; e para a comissão de recepção: Tito Augusto S. de Andrade, Geminiano Paes de Azevedo e Moura Mattos. E Geminiano também como orador. (Ata da reunião de 12 de janeiro de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

15 Dia festivo e com a presença dos professores; do Diretor; do Presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior; o Conselho Literário; chefes da Repartição Pública; Chefe de polícia; Juiz de Direito da Comarca; militares; Comissão do Gabinete Literário; e professores públicos do Ensino Primário (Ata da instalação do Atheneu Sergipense de 03 de fevereiro de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).



Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
30 de março de 1871	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura da Ata de Instalação; - Leitura dos Estatutos; - Abono de faltas dos alunos; - Tito Augusto S. de Andrade solicita uma releitura dos Estatutos por não ter estado presente na ocasião da apresentação;
1 de Junho de 1871	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura do ofício encaminhado por Antônio Diniz Barreto justificando a sua falta; - Abono de faltas dos alunos; - Apresentação do relatório de comportamento e aproveitamento dos alunos do professor Ignácio de Souza Valladão; os demais lentes¹⁶ também apresentaram seus relatórios; - Sancho de Barros Pimentel solicita mais uma correção dos Estatutos. Pedido aprovado. - Justiniano de Mello e Silva solicitou informações sobre as matrículas nas suas aulas de Inglês; pedido atendido.
3 de Agosto de 1871	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura dos ofícios encaminhados por Justiniano, Sancho de B. Pimentel e Tito A. S. de Andrade justificando as respectivas faltas; - Abono das faltas dos alunos.
14 de Novembro de 1871	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e aprovação da Ata anterior; - Apresentação da proposta de reformulação do Estatuto; - Informações sobre os alunos que perderam o ano – por disciplina; a Congregação resolveu que essas informações seriam publicadas na imprensa; - Geminiano apresentou a relação dos estudantes das suas aulas que julgava habilitados a prestar os Exames de Preparatórios; o Diretor solicitou que os demais professores fizessem o mesmo; - Discussão sobre os dias dos Exames Finais e eleição das bancas examinadoras.
1 de Dezembro de 1871	Observação: Neste dia não houve sessão por número insuficiente de presentes.

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01- CEMAS).

Com base no Quadro 2, elaborado a partir das Atas das reuniões, verifiquei que os assuntos mais frequentes discutidos entre os partícipes da Congregação do Atheneu Sergipense durante o primeiro ano de funcionamento do estabelecimento dizem respeito ao ajustamento e alteração das normas internas (confeção dos Estatutos), abono de faltas dos alunos, leitura de ofícios dos próprios membros, apresentações dos relatórios de comportamento e aproveitamento dos alunos, composição de bancas examinadoras para os Exames Finais, apresentações de alguns compêndios a serem adotados, eleição de secretário, dentre outros assuntos de cunho administrativo e pedagógico.

16 Lentes: como eram também chamados os professores no século XIX

legas, pois não lhe eram diminuídas as tarefas do magistério, o que o fazia assumir um maior encargo, mais um dever” (ALVES, 2005, p. 69). Essas eleições eram realizadas durante a primeira reunião de cada ano. Verifiquei que em 1872 não houve tantos problemas pedagógicos, a exemplo das solicitações de abonos de faltas dos alunos e escolhas de compêndios – exemplos correntes nos anos anteriores -, em contrapartida, houve uma questão puramente administrativa, sendo assunto exclusivo da reunião do dia 7/3/1872: o pedido de Justiniano de Mello e Silva, que visava a mudança do horário das suas aulas. Segue Quadro 4 correspondente ao ano de 1873.

Quadro 4 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1873

Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
1 de fevereiro de 1873	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição do secretário da Congregação, sendo eleito o professor Geminiano Paes de Azevedo com quatro votos, contra dois votos do professor Ignácio de S. Valladão; - Formulação do horário das aulas do ano letivo de 1873; - Solicitação do Diretor para que os professores apresentassem seus programas de trabalhos escolares obedecendo ao prazo de 15 dias, para que fossem discutidos pela Congregação;
10 de julho de 1873	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e aprovação da Ata da sessão antecedente; - Leitura dos ofícios emitidos pelos professores Justiniano de M. e Silva e Tito Augusto S. de Andrade sobre o não comparecimento à reunião (motivos de saúde); - Abono das faltas dos alunos¹⁸; - Indicação do professor Raphael Archanjo de Moura Mattos para casos de substituição do lente catedrático nos Exames Finais caso este não pudesse comparecer. Geminiano Paes de Azevedo fez algumas ponderações sobre esta questão e solicitou adiamento, pois esta decisão implicaria numa reforma do Estatuto.
14 de novembro de 1873	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e aprovação da Ata anterior; - Discussão sobre o abono das faltas dos alunos¹⁹; - Validação dos Exames de Preparatórios na Província de Sergipe;

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

No ano de 1873, assim como nos anteriores, houve, no início do ano, a eleição do secretário, além de outras questões de cunho pedagógico, como abono de faltas; e administrativas como a formulação dos horários

18 Requerimento dos alunos Roque Dias de Pina, Olympio Pereira D’Araújo, Josino Fernando da Luz, Manuel dos Passos D’Oliveira Telles, José Calasans dos Santos e Austriliano Lopes de Leão, das aulas de Francês e Aritmética (Ata da reunião do dia 10 de julho de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

19 Requerimentos dos alunos do Curso Normal, sendo: Eutychio de Novaes Lins, Francisco José de Goes Júnior e José Cufustino de Moraes. Pedido deferido (Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

das aulas. Mas houve também a validação dos Exames de Preparatórios em Sergipe, fato que marcou o ensino secundário sergipano, tendo como palco o Atheneu Sergipense. Segue transcrição da Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1874.

Em virtude do ato do governo geral que validou os Exames de Preparatórios nas Províncias do Império, e tendo desfavorecer-se aos mesmos exames neste estabelecimento em época que não está muito remota, a Congregação deliberou que houvesse somente exame das matérias que constituem o Curso Normal, e para logo tratou-se da eleição dos examinadores respectivos, dando em resultado o seguinte: para Grammatica Philosophica, o lente da cadeira²⁰, e os professores Geminiano e Valladão; para Pedagogia, o lente da cadeira, e os professores Tito e Geminiano; para Geographia, o lente da cadeira, e os professores Tito e Geminiano; para Arithmetica, o lente da cadeira, e os professores Moura Mattos e Valladão (Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Assim, tanto as disciplinas quanto as mesas examinadoras dos Exames de Preparatórios em Sergipe foram escolhidas e formadas pelos professores do/no Atheneu Sergipense (OLIVEIRA; TELES, 2007)²¹ Alguns trabalhos sobre esses Exames no Brasil e, especificamente, em Sergipe, têm abordado essa questão apresentando somente os “males” provocados por este Regime ao ensino secundário, a exemplo dos estudos de Haidar (2008)²² e Nunes (2008; 1999)²³. Ambas definem os Exames de Preparatórios como uma “limitação” da educação da época, em que os estabelecimentos de ensino por todo o país “restringiam” as suas disciplinas e conteúdos aos Exames exigidos nos Preparatórios. Isto resulta a um quase esquecimento do que representou este Regime para a instituição e para os seus candidatos. Mas estes são pontos que serão analisados em trabalhos futuros.

O que interessa aqui é a tomada de decisão por parte dos congregados, seja sobre a validação dos Exames de Preparatórios na instituição, dando um caráter ainda mais peculiar ao Atheneu Sergipense, seja so-

20 Cadeira: como também eram chamadas as disciplinas escolares no século XIX.

21 OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor Pereira. Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios. *Ponta de Lança: Revista de História, Memória e Cultura*. 2007 ©. p. 121/138.

22 HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

23 NUNES, Maria Thetis. 1999. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. 2. ed. São Cristóvão, SE: Editora da UFS.
NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Ovidio Teixeira, 2008.



bre assuntos mais corriqueiros e de “fácil” resolução. Com isto, no ano de 1873 embora tenha ocorrido apenas três reuniões, os pontos de pauta discutidos podem ser considerados marcos na história do Atheneu Sergipense, devido ao grau de importância da adoção de um novo Regime que deveria ser seguido por todas as Províncias que ofertavam o ensino secundário. No que segue a ordem anual, apresento o Quadro 5 com os pontos de pautas discutidos durante o ano de 1874.

Quadro 5 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874

Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
31 de janeiro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição do Secretário da Congregação, em que Justiniano de M. e Silva obteve cinco votos, contra um de Geminiano Paes de Azevedo; - Apresentação da adoção do compêndio de Aritmética de Macêdo Costa. O Diretor nomeou os professores Tito Augusto S. de Andrade, Raphael Archanjo de Moura Mattos e Ignácio de Souza Valladão para julgarem o respectivo parecer.
5 de março de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do ofício do professor Ascendino Ângelo dos Reis que solicita a convocação da Congregação para tratar da mudança do horário da sua aula; - Requerimento de aluno²⁴; - O professor Ascendino Ângelo dos Reis pediu a palavra, tratando mais uma vez do seu pedido. A Congregação discutiu e resolveu não alterar o horário que se achava em vigor.
30 de abril de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura do ofício do professor Justiniano de M. e Silva em que explica o não comparecimento (Não especifica o motivo); - O professor Ignácio de S. Valladão pediu a palavra, porém, não especifica quais foram as suas ponderações; - Reforma do horário das aulas em virtude da divisão das aulas de Geografia, Aritmética, Geometria e Pedagogia e criação da cadeira de Retórica; - O professor Raphael Archanjo de Moura Mattos se pronunciou contra o horário de Retórica e Pedagogia, por entender mais conveniente o inverso do estabelecido, pois, segundo ele, alguns empregados públicos pretendiam se matricular nas aulas de Retórica e o horário determinado não lhes seria favorável²⁵.

Continua...

24 Petição do aluno do 1º ano do Curso Normal, Olympio Pereira D’Araújo, sobre o abono das suas faltas. A Congregação decidiu encaminhar o requerimento ao poder competente, pois o aluno tinha mais de 40 faltas (Ata da reunião do dia 5 de março de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 48IFASS01 - CEMAS).

25 Na Ata não esclarece se este assunto foi debatido entre os congregados, após esta ponderação o Diretor deu a reunião por encerrada.

Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
7 de maio de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura do ofício do professor Ignácio de S. Valladão no qual justifica a falta (não específica); - Requerimentos dos alunos em que se mostram insatisfeitos com os horários das aulas, fato que implicou na frequência dos mesmos; o Diretor, juntamente com os congregados, fizeram as seguintes alterações: Inglês das 07h às 08h:30min; Geografia e Gramática Racional das 09h às 10h:30min; Francês, História e Pedagogia das 10h:30min às 12h; Latim e Religião das 12h às 14h; e Geometria e Retórica às 15h.
4 de setembro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da Ata anterior; - Leitura do ofício do professor Tito Augusto S. de Andrade sobre a sua ausência, pois se encontrava com moléstia; - Leitura do ofício do professor Geminiano Paes de Azevedo sobre os maus comportamentos de um aluno durante as suas aulas²⁶; - O Diretor juntamente com a Congregação decidiram aplicar a pena ao aluno decretada pelo Art. 73 do Regulamento da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870²⁷.
1 de outubro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da Ata anterior; - Abono de faltas (não especifica quais foram os alunos que entraram com requerimento).
12 de novembro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha das bancas examinadoras dos Exames de Preparatórios; - O professor José João de Araújo Lima dá uma sugestão a respeito das datas dos Exames de Preparatórios; - Eleição do professor para redigir a memória histórica do Atheneu Sergipense; o professor Sancho de Barros Pimentel foi o eleito.

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

- 26 O professor Geminiano Paes de Azevedo solicitou a convocação de uma reunião da Congregação a fim de discutir sobre os procedimentos de um dos seus alunos. Não há o nome do discente especificado, foi registrado em Ata somente que o professor afirmou ter dado várias advertências e mesmo assim o aluno continuou com as mesmas atitudes, servindo de mau exemplo aos demais. O professor Ignácio de Souza Valladão defendeu o pedido do seu colega, concordando que a Congregação teria que resolver do modo que achasse conveniente (Ata da reunião do dia 4 de setembro de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).
- 27 Art. 73. As penas applicaveis aos alumnos das aulas secundarias e Atheneu Sergipense serão:
- § 1. Reprehensão em particular pelo professor respectivo.
 - § 2. Reprehensão publica na aula.
 - § 3. Reducção do delicto commetido a termo e publicação d'este na imprensa.
 - § 4. Limitação do numero de faltas toleradas legalmente.
 - § 5. Expulsão do estabelecimento, notada no livro de matricula e communicada ao Governo (Art. 73, p. 10, Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Histórico do IHGS.

Contando sete reuniões no total, o ano de 1874 apresentou sérias discussões entre os congregados. As reformulações dos horários das aulas que geraram insatisfações tanto dos professores como dos alunos, o mau comportamento de um discente durante as aulas do professor Geminiano Paes de Azevedo, fato que foi necessário encaminhar ao setor competente, uma vez que o professor já havia feito algumas advertências, eleição do secretário e escolha das bancas examinadoras dos Exames de Preparatórios, foram alguns dos principais temas abordados nas reuniões deste ano letivo que tanto definem a cultura do Atheneu Sergipense por meio destas atribuições, como também, os perfis dos seus representantes. Neste mesmo ano, a partir da reunião do dia 31 de janeiro, aparece pela primeira vez a presença de um novo membro da Congregação: o professor Ascendino Ângelo dos Reis, lente das cadeiras de Inglês e História, que permaneceu no cargo até 1877.

O ano seguinte, 1875, também foi marcado por assuntos importantes. Não houve a necessidade de um quadro expositivo, pois analisei somente a Ata correspondente ao dia 3 de fevereiro deste ano, sendo a última assinada por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. As Atas posteriores constam sob nova direção. Na última reunião comandada por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo teve como ponto de pauta principal o pedido do professor José João de Araújo Lima. Em sua fala, o professor solicita que o encargo atribuído a Sancho de Barros Pimentel para a construção da Memória Histórica do Atheneu Sergipense do ano de 1874 fosse revista, julgando conveniente a realização de outra eleição. Porém, na Ata não foi apresentado o resultado desta solicitação. Outro ponto foi a mudança dos horários das aulas de Retórica e Poética²⁸, para esta tarefa o Diretor nomeou os professores José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada e Geminiano Paes de Azevedo.

Uma observação importante é que não há uma Ata que trate da saída de Manuel Luiz A. D'Araújo do Atheneu Sergipense, nem mesmo um pronunciamento do próprio sobre essa questão²⁹. Em alguns momentos ele esteve ausente nas reuniões, a exemplo do dia 30 de abril de 1874, sendo substituído pelo professor Antônio Diniz Barreto. Na Ata registrada neste dia não foi apresentado o motivo que o fez se ausentar, embora fosse uma

28 Sobre a disciplina Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, consultar: SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. *Sob a lente do discurso: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)*/ Ana Márcia Barbosa dos Santos.- 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

29 Sobre a exoneração do Diretor foram localizados dados na imprensa local por meio do *Jornal do Aracaju* (1871-1875). A informação pode ser visualizada nas publicações feitas neste impresso durante todo o mês de maio de 1875. JORNAL DO ARACAJU, 1871-1875. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Histórico do IHGS.



prática entre os partícipes o envio de ofícios justificando as respectivas faltas, como se pode notar nos quadros expositivos. Enfim, é possível perceber as diversas situações e atividades desenvolvidas neste período de atuação da primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense e que hoje se mantêm “vivas” por meio da conservação do Livro de Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS), fonte principal desta pesquisa.

Diante disto, ao levantar e reconhecer as atividades desenvolvidas por este grupo de professores a partir dos pontos de pautas, percebi tanto as singularidades quanto, e principalmente, as suas ações coletivas. Estas ações visavam o bom andamento da instituição e formas de atender as demandas feitas pelos alunos e pela sociedade, pois, conforme salienta Felgueiras (2010), a *cultura escolar* não se define apenas ao “[...] espaço mas a atividade e a relação de dois grupos distintos: os mestres e os estudantes” (FELGUEIRAS, 2010, p. 22).

Portanto, diante das análises das Atas registradas nas reuniões entre os anos de 1871 a 1875, foi possível perceber o quão os membros que compuseram a primeira Congregação do Atheneu Sergipense estavam agindo em consonância com os acontecimentos da instituição e/ou alheios a ela, desenvolvendo diferentes posturas que os levavam a determinados consensos e/ou até os conflitos que por ora existiram, porém, este é um assunto que será tratado em pesquisas posteriores. Deste modo, o presente artigo contribui, principalmente, para a compreensão e composição de mais um fragmento da história do Atheneu Sergipense e para a História da Educação sergipana.



Estupro de uma Menor em Sergipe Oitocentista: Análise Filológica do Processo-Crime

Renata Ferreira Costa¹
Acácia Gardênia Santos Lelis²

Rape of a Minor in Nineteenth-Century Sergipe: Philological Analysis of the Criminal Process

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar uma análise filológica de um processo-crime de estupro de uma criança, ocorrido na vila de Santo Amaro das Brotas, na então província de Sergipe d'El Rei, em 1883. A partir do manuscrito original, salvaguardado no Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, cota Defloramento Cx. 01/1006, pretende-se explorar as funções substantiva e transcende da Filologia. Nesta, o texto passa a ser um instrumento que permite ao filólogo reconstruir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época, tornando possível analisar o *corpus* em suas dimensões histórica, social e cultural. Aquela, que se concentra no texto para editá-lo, abre caminho para a realização de uma edição semidiplomática fac-similar do manuscrito, como forma de preservação e divulgação das informações nele contidas.

Palavras-chave: Filologia. Processo-Crime. Sergipe Oitocentista.

Abstract

This article aims to present a philological analysis of a criminal process of child rape, which occurred in Santo Amaro das Brotas village, in the then province of Sergipe d'El Rei, in 1883. From the original manuscript, saved in the Archive of Judicial Court of the State of Sergipe, quota Defloramento Cx. 01,1006, it intends to explore the substantive and transcends functions of the Philology. In this, the text becomes an instrument that allows the philologist rebuild the spiritual life of a people or a community at one point in time, making it possible to analyze the *corpus* in its historical, social and cultural dimensions. The one that focuses on the text to edit it, opens the way for the realization of an semidiplomatic and facsimile edition of the manuscript, as a way of preservation and dissemination of the information contained therein.

Keywords: Philology. Criminal Process. Nineteenth-Century Sergipe.

1 Professora adjunta do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Sergipe (PHPB-SE) e do Grupo de Estudos Filológicos de Sergipe (GEFES). Membro do grupo de pesquisa Sergipe Oitocentista.

2 Advogada, Doutoranda pela Sociedade Superior Estácio de Sá na linha de pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos, Mestre em Direito pela PUC/PR, do Programa de Direito Econômico e Socioambiental, Especialista em Direito Processual pela Universidade Federal de Sergipe, Conselheira Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil/SE, Presidente Estadual do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM/SE), professora do Curso de Direito da Universidade Tiradentes/SE, professora do curso de Direito da Faculdade Pio Décimo e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Vice-presidente da Comissão da Criança, do Adolescente e do Jovem da OAB/SE, membro titular do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado de Sergipe- CEDM, integrante do grupo de pesquisa sobre a mulher e a família da Faculdade Tiradentes, como atuação na área do Direito de Família, da Infância e Violência Doméstica e Intrafamiliar. E-mail: <aglelis@infonet.com.br>



Introdução

A importância da pesquisa historiográfica reside no fato de contribuir para a recuperação de fatos da história esquecidos ou apagados pelo tempo e de se constituir como a chave para a construção ou o esclarecimento de aspectos da identidade nacional de um povo.

Desta forma, este artigo tem como objetivo trazer à tona um documento jurídico produzido em 1883, na vila de Santo Amaro das Brotas, na então província de Sergipe d'El Rei, que apresenta um caso de estupro de uma menina negra, de oito anos de idade, filha de escravos libertos, praticado por outro menor de idade, um mulato de doze anos incompletos.

A análise aqui empreendida parte dos pressupostos teóricos e práticos da Filologia, ciência que tem como objeto de pesquisa o texto escrito, manuscrito ou impresso, “com a finalidade de preservá-lo e interpretá-lo corretamente”³.

A partir do manuscrito original desse processo-crime, salvaguardado no Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, cota Defloração Cx. 01/1006, pretende-se explorar as funções substantiva e transcendente da Filologia.

A função substantiva, que se concentra no texto para editá-lo, restituindo-o a sua genuinidade, manifesta o caráter erudito do labor filológico e abre caminho, no caso em questão, para a realização de uma edição semidiplomática fac-similar do manuscrito, como forma de preservação e divulgação das informações nele contidas.

Na função transcendente, o texto passa a ser um instrumento que permite ao filólogo reconstruir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época, tornando possível analisar o *corpus* em suas dimensões histórica, social e cultural.

Inicialmente, relata-se o crime de estupro contra a menina Izidora, os trâmites do processo e a sentença proferida pelo juiz municipal, que decidiu pela condenação do réu, conforme o Art. 219 do Código Criminal do Império de 1830.

A partir do relato, descreve-se o contexto sociojurídico do crime de estupro e apontam-se as formas de controle social, os padrões de honestidade e moralidade, as diferenças de gênero e outras representações e práticas sociais intrínsecas à sociedade daquele período.

Posteriormente, apresenta-se uma análise filológica do texto documental, com a descrição material do manuscrito, um modelo de edição filológica, a semidiplomática fac-similar, e os aspectos do estado de língua do texto.

3 SILVA, Maximiano de Carvalho e. A Palavra Filologia e as suas Diversas Acepções: os problemas da polissemia. *Confluência* – Revista do Instituto e Língua Portuguesa, n. 23, 1º sem. 2002, Rio de Janeiro, p. 54.



O Relato de um Estupro Ocorrido em Sergipe Oitocentista

O resgate do passado nem sempre traz memórias agradáveis, especialmente quando suscita histórias de injustiça e de violência contra seres vulneráveis, como as crianças. É o que revela o processo-crime que registra o estupro de uma menina de oito anos de idade, no final do século XIX.

A partir da função transcendente da Filologia, que toma o texto escrito como “o mais fino instrumento histórico para penetrar na alma, no estilo dos séculos antigos”, como considera Tovar⁴, visando à busca da história sociocultural de um povo, foi possível resgatar um caso de violência sexual praticada contra uma criança no Brasil oitocentista.

O episódio aconteceu no dia 30 de agosto de 1883, na vila de Santo Amaro das Brotas, na então província de Sergipe d’El Rei, quando a menina Izidora, filha de escravos libertos pelo Fundo de Emancipação, a caminho de uma fonte para buscar água, foi surpreendida por Euclides Francisco do Nascimento, mulato de quase doze anos de idade, que, ameaçando-a com uma faca, estuprou-a.

O pai de Izidora, José da Aldeia, denunciou o ocorrido no dia 5 de setembro e o processo foi instaurado pelo delegado de polícia Argemiro Ferreira Santa Anna, tendo como escrivão Evaristo José do Nascimento.

Ao longo de quase dois meses, foram realizados todos os trâmites legais do processo: a convocação da vítima, do acusado e das testemunhas para o interrogatório, o exame de corpo de delito e a sentença final, seguindo as fases inquisitorial e jurídica.

A sentença do juiz municipal José Cupertino Dantas, datada de 28 de outubro de 1883, foi favorável à vítima, resultando, portanto, na condenação do réu Euclides às penas do Art. 219 do Código Criminal de 1830, segundo o qual quem “deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos”, estará sujeito às penas “de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta”.

Destaca-se que, nesse período, os meninos iniciavam sua vida sexual com escravas da propriedade de seu genitor, sem que houvesse o consentimento feminino. Essa conduta não era vista como ilícita, uma vez que as escravas eram consideradas coisas, de propriedade dos senhores, os quais tinham sobre elas o direito de usar e dispor. Assim, essa conduta era lícita e vista de forma natural, sem qualquer condenação moral. Nessa perspectiva, admitiam-se as relações sexuais de meninas escravas sem a sua aquiescência, de modo que não se identificava tal conduta como estupro.

4 TOVAR, 1944, p. 22 apud SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: Crítica Textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

O caso em análise, entretanto, uma vez que traz à cena uma menina negra, livre, não abrangia uma conduta lícita, autorizadora de uma relação sexual forçada. Desta forma, a conduta era caracterizada como ilícito penal, passível de sanção, como de fato ocorreu.

Embora o estupro de menor no período oitocentista fosse considerado um ato ilícito, não havia nesse período, segundo Silva⁵, uma disposição legal específica:

Até então, as descrições de crime de estupro constantes do Código Criminal de 1830 e do Código Republicano de 1890 não previam qualquer tipificação específica para o crime praticado contra menores de catorze anos, tampouco traziam hipóteses de agravamento de pena para tais situações.

A ausência de dispositivo legal específico decorria primordialmente de duas razões: a ausência de proteção especial à infância, que só veio efetivamente a acontecer com o advento da Constituição Federal de 1988, e as questões socioculturais, como a questão de gênero que envolve esse tipo de crime.

É interessante notar que o réu (ou seu advogado em seu nome) alegou isenção da penalidade por ser menor de 14 anos, conforme o Art. 10 § 1º do Código Criminal. No entanto, o juiz recorreu ao Art. 13 do mesmo código, segundo o qual “se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer [...]”, de modo que se expediu o mandado de prisão contra Euclides.

Ausentes a culpa e a responsabilidade da vítima, a punição do agressor era certa e com idêntico tratamento destinado aos adultos⁶. O tratamento jurídico adotado pelo Código Criminal de 1830 era uma relativa inimputabilidade penal para os menores de 14 anos, já que sua condição de inimputável prescindia de uma análise do discernimento do seu ato.

A legislação criminal permitia, assim, a aplicação de pena a qualquer criança que praticasse um crime, uma vez o Art.13 não estabelecia idade mínima para analisar o discernimento. Esse dispositivo era bastante questionado, por não reconhecer na criança sua condição de pessoa em desenvolvimento.

O processo-crime analisado revela não só o contexto jurídico de um crime sexual contra uma criança no final do século XIX, mas também se configura como uma importante fonte para o estudo do universo ao qual

5 SILVA, Danielle Martins. *O estupro de vulneráveis no Brasil: uma breve análise histórica, legislativa e do discurso jurisprudencial*, p. 4. Disponível em: <http://www.compromissoeatititude.org.br/wp-content/uploads/2014/06/DANIELLEMARTINSSILVA_oestuprodevulneraveisnobrasil.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2016.

6 *Ibid.*, p. 5.



pertencem as pessoas envolvidas no relato desse crime e das normas, imagens e atitudes sociais intrínsecas àquela sociedade.

Nessa perspectiva, é pertinente destacar que Izidora, filha de escravos libertos, não sabia ler nem escrever, e, apesar da tenra idade, já trabalhava, como fica evidente em seu interrogatório e no testemunho de Mathildes Maria do Espírito Santo, sua mestra.

Uma leitura desatenta poderia fazer pensar que o termo “mestra” se refere a Mathildes como professora de primeiras letras da menina. Contudo, a testemunha diz viver “de costuras” e ser analfabeta, além de ter sido ela a mandar a menina buscar água na fonte, momento em que se deu o estupro, reforçando a ideia de que Izidora estava sob a tutela de Mathildes como sua empregada ou para aprender tarefas domésticas.

Euclides, filho de uma mulata, diferentemente de Izidora, era alfabetizado e aprendiz de um ofício no que ele chama de “tenda” (loja ou oficina).

Esses dois protagonistas do processo jurídico são crianças negras, pertencentes a classes sociais subalternas, que, como tal, carregam as marcas de uma sociedade discriminatória, excludente e sexista.

Diz-se sociedade sexista porque, entre outras coisas, Euclides é referenciado com nome e sobrenome – “Euclides Francisco do Nascimento”, enquanto Izidora é conhecida apenas como “Izidora, filha de José da Aldeia”, de modo que a menina, para ser alguém, tem sua identidade associada a uma figura masculina. Além disso, apesar da diferença de idade entre Izidora e Euclides, há uma clara distinção entre a instrução oferecida a ela e a recebida por ele.

Verifica-se ainda, nesse documento, que, muito mais do que o crime praticado, o que está em questão é a honra da mulher, que representa, na verdade, a honra de sua família e da sociedade. Assim, como a notícia da “ofensa” de Izidora já havia se tornado pública, seu pai denuncia o crime como forma de recuperar a honra de sua filha e de sua casa. De acordo com Fausto⁷, “não se trata precipuamente de proteger a ‘honra’ como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido e da família”. Quanto a isso, é interessante notar que, no Código Criminal de 1830, o Capítulo II versa justamente sobre os “crimes contra a segurança da honra”.

Apesar de Izidora ser vítima, evidencia-se nos autos de perguntas o exame de seu comportamento social, com a finalidade de se comprovar a sua honestidade. Essa era uma exigência da jurisprudência da época, que, como afirma Fausto⁸, “traz estampada a marca de uma visão masculina, comum a toda a sociedade”. É assim, por exemplo, que é perguntado a Euclides se Izidora já havia participado com ele ou seus companheiros de

7 FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 175.

8 *Ibid.*, p. 185.



“brinquedos ocultos”, ou seja, mantido relações sexuais, o que foi negado. No entanto, em caso afirmativo, muito provavelmente a sentença teria sido diferente, porque o estigma da conduta da ofendida poderia indicar ter havido o seu consentimento no ato.

A leitura do processo mostra a exposição de crianças inseridas em uma sociedade que não reconhece, pelo menos não totalmente, a sua vulnerabilidade, trazendo à tona uma possível discussão quanto à responsabilidade comportamental da criança-vítima do abuso pela menção a sua possível experiência sexual. Há que se levar em conta ainda a questão da condenação do réu, menor de quatorze anos de idade, mas que teria agido de forma consciente, ou seja, com capacidade suficiente para discernir o certo do errado, “fator determinante de uma possível aplicabilidade das penas sobre menores que estivessem na faixa dos nove aos 14 anos”, conforme Santos⁹.

Desta forma, é patente que a representação da infância que se tem atualmente, como uma fase de ingenuidade, de inocência, de falta de maturidade, de um ser em formação, e que, portanto, requer cuidados, atenção e proteção é, segundo Cirino¹⁰, “fruto de uma invenção histórica e social”.

Vale a pena apontar ainda que o juiz investiu o acusado nas penas do Art. 219 do Código Criminal, relativo a casos de defloramento, que se configura como o desvirginamento de mulheres menores com o seu consentimento, mediante sedução ou falsas promessas. No entanto, como ficou provado, o crime sexual praticado se deu sem o consentimento da vítima e por meio de violência, o que deveria incutir no Art. 222 do mesmo código. Assim, o mais provável é que o juiz tenha levado em conta o fato de Izidora ser virgem e menor de dezessete anos, exatamente como inscrito no referido Art. 219.

Como foi possível observar, um processo-crime de estupro de uma criança ocorrido em Sergipe no final do século XIX pode revelar, mais do que o contexto jurídico do caso, a história social e cultural brasileira, marcada por controle social, padrões de honestidade e moralidade, diferenças de gênero e outras representações e práticas sociais e culturais intrínsecas ao período.

Edição e Análise Filológica do Texto

Pesquisadores de diversas regiões do Brasil e de outros lugares do mundo têm somado esforços, especialmente nos últimos 35 anos, na co-

9 SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e Criminalidade no Início do Século XX. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 216.

10 CIRINO, 2001, p. 20 apud BRANDÃO JR., Pedro Moacyr Chagas; RAMOS, Patrício Lemos. Abuso Sexual: do que se trata? Contribuições da Psicanálise à Escuta do Sujeito. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 71-84, p. 2010, p. 80.



leta e edição de documentos históricos, como o que se apresenta neste trabalho, objetivando constituir *corpora* diacrônicos para investigação linguística, principalmente no que concerne à variante brasileira da língua portuguesa. Entretanto, é evidente que a transcrição e disponibilização de um conjunto de fontes documentais, função substantiva da Filologia, não atende somente às demandas de linguistas ou filólogos, mas de diversas outras áreas do conhecimento, a exemplo da História, da Geografia, do Direito, da Sociologia e da Antropologia.

O resgate de documentação manuscrita, como salienta Acioli¹¹, é imprescindível para a interpretação do fato histórico, mas essa interpretação só é possível se o pesquisador tiver acesso ao texto original, o que nem sempre lhe é permitido ou preferível, ou a uma edição que seja fidedigna.

Edições filologicamente preparadas fornecem ao público-leitor textos com configurações grafemáticas mais acessíveis e livres de alterações realizadas pela ação do tempo ou por terceiros através de sucessivas cópias, enfim, textos que podem ser lidos e analisados com confiança, porque foram estabelecidos com rigor filológico. Esta é, então, a tarefa primordial da Filologia: o estabelecimento do texto,

[...] tarefa para que convergem directa ou indirectamente todos os esforços do filólogo, consistindo em preparar para uso do leitor uma cópia de determinado texto, geralmente sob a forma de edição crítica: por um lado são eliminados os erros introduzidos no decurso da transmissão textual e, por outro, são mantidos todos os traços que, sendo coerentes entre si e coerentes com o sentido e a natureza do texto (tal como o filólogo o entende), se presume sejam de origem autoral.¹²

O estabelecimento de um texto manuscrito, no entanto, não se dá somente através da edição crítica, como bem afirma Castro. Dentre as edições filológicas possíveis, a que melhor se adequa a uma reprodução fiel do original e facilmente legível a um público amplo é a semidiplomática, também chamada diplomático-interpretativa ou paleográfica, por apresentar um grau mediano de intervenções editoriais, como a modernização grafemática e o desenvolvimento das abreviaturas.

É interessante notar que a divulgação de edições semidiplomáticas se faz acompanhar, em geral, por seus respectivos fac-símiles, reproduções fotográficas ou digitalizadas dos textos. Segundo Paixão de Sousa, Kepler

11 ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFBA/FJN/Massangana, 1994, p. 1.

12 CASTRO, Ivo. O Retorno à Filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 515.



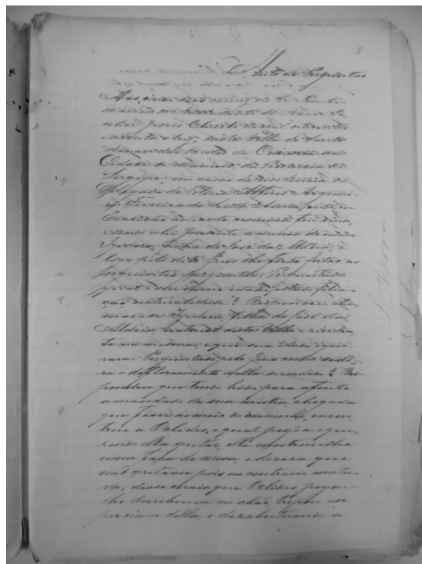
e Faria¹³, esse tipo de edição não serve como “fonte central nas pesquisas linguísticas, uma vez que nelas é necessário trabalhar o texto como sequências de caracteres, não como imagens”, mas sua divulgação é importante para que o leitor tenha acesso aos aspectos estruturais e paleográficos do texto original.

Desta forma, de modo a facilitar a interpretação do processo-crime de estupro da menina Izidora, realizou-se a edição semidiplomática fac-similar do manuscrito¹⁴, cujas normas baseiam-se nas “Normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos” do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)¹⁵.

Esse documento, depositado no Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, cota Defloração Cx. 01/1006, e que integra o *corpus* do projeto “*Corpus* Diacrônico do Português Sergipano” (UFS), sob coordenação da professora doutora Renata Ferreira Costa, consta de 58 fólios, em bom estado de conservação, com identificação de diferentes punhos, mas com predominância do punho do escrivão Evaristo José do Nascimento.

A seguir, apresenta-se a edição semidiplomática fac-similar dos fólios do auto de perguntas feitas a Izidora:

Figura 1 – Fólio 5 recto do Processo-Crime

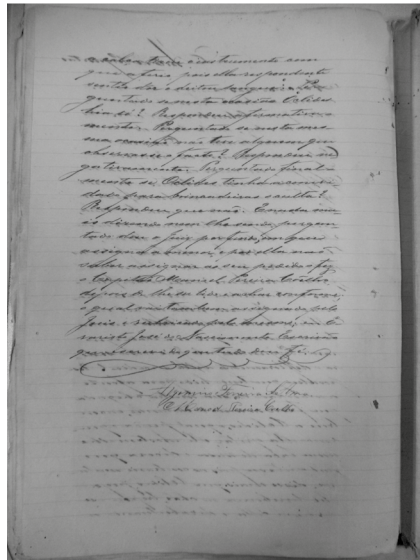


[fol. 5r] Auto de Perguntas
Aos cinco dias do mez de Setembro | do
anno do Nascimento de Nosso Se-| nhor
Jesus Christo de mil oito centos | e oitenta e
trez, nesta Villa de Santo | Amaro das Brotas
da Comarca da | Cidade Maroim, da
Provincia de | Sergipe; em casas
da residencia do | Delegado de Policia Alferes
Argimi=| ro Ferreira de Santa Anna, onde eu
| Escrivão adiante nomeado fui vindo, e
sendo ahi presente a menor de nome |
Izidora, filha de José da Aldéia, e | logo pelo
dito Juis lhe fôraõ feitas as | seguintes
perguntas: Perguntado | qual o seu nome,
idade, estado filia=| ção, naturalidade?
Respondeu cha-| mar-se Izidora, filha de
José da | Aldeia, natural desta Villa e residen-
| te na mesma, e que sua idade igno-| rava.
Perguntado pelo Juis como sede=| ra o
deflornamento a ella sucedido? Respondeu
que tendo hido para afonte | amandado de
sua mestra, chegada | que fosse ao meio do
caminho, encon-| trou á Oclides, o qual pegô
a e que-| rendo ella gritar, elle mostrou-lhe |
uma faca de mesa, e dicera que | não gritasse
pois ao contrario mata-| va, disse mais que
Oclides, pegou-| lhe derribou-a no chão,
trepou-se | por cima della, e dezabutuando a

Fonte: edição realizada por Renata Ferreira Costa (2016).

- 13 PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, Tania; SARDINHA, Tony Berber; PINTO, Marcia Veirano (Orgs.). *Caminhos da Linguística de Corpus*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. ii.
- 14 Por conta do limite de páginas estabelecido para a publicação deste artigo, apresentam-se apenas dois fólios do documento, a saber: fólios 5 recto e 5 verso.
- 15 Disponíveis na página do projeto: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb>>.

Figura 2 – Fólio 5 verso do Processo-Crime



[fol. 5v] [[a]] calça tirou o instrumento com | que aferio, pois ella respondente | sentio dôr e deitou sangue: Per-| guntado senesta occasião Oclides | hia só? Respondeu afirmativa=| mente. Perguntado se nesta mes-| ma occasião não teve alguém que | observasse o facto? Respondeu ne-| gativamente. Perguntado final=| mente se Oclides tinha aconvi-| dado parabrincadeiras oculta? | Respondeu que não. E nada ma-| is dizendo nem lhe sendo pergun-| tado deu o Juiz por findo, em que | assigna a menor, e por ella não | saber assignar ao seu pedido o fez | o Capitão Manoel Pereira Coêlho, depois de lhe ser lido e achar conforme; | o qualvai tambem assignado pelo | Juiz e rubricado pelo mesmo; eu Evaristo José do Nascimento. Escrivão | que escrevi do que tudo dou fé.

Argemiro Ferreira Santa Anna.
Manoel Peretra Coelho

Fonte: edição realizada por Renata Ferreira Costa (2016).

Embora não seja sua preocupação primordial, a Filologia, em seu sentido amplo (*lato sensu*), se dedica ao estudo científico de um estado de língua atestado por documentos escritos. Nessa perspectiva, apresenta-se a seguir uma descrição dos aspectos linguísticos do *corpus*.

O texto do processo foi produzido pelo escrivão Evaristo José do Nascimento, que apresenta grande habilidade de escrita e conhecimento da estrutura da língua portuguesa. No entanto, observam-se, em alguns momentos, desvios gramaticais e variação ortográfica, além de fenômenos linguísticos que parecem indicar referência à fala das testemunhas.

O estado de língua do texto representa características próprias do português do oitocentos, quando ainda não havia acontecido a primeira reforma ortográfica (1911 – primeira iniciativa de normalização e simplificação da escrita da língua empreendida pelo Estado) e usavam-se grafias etimológicas (ou pseudoetimológicas), justificando, de forma genuína ou imaginada, os vocábulos vernáculos através de seus antecedentes latinos ou gregos.

A ortografia portuguesa, segundo Coutinho¹⁶, nunca foi uniforme, havendo nos primeiros tempos uma grande tendência fonética que começou a receber complicações com a exigência de um maior conhecimento do latim para a leitura de escritores clássicos, o que abriu espaço para a influência etimológica. Com a ampliação do uso da escrita, houve a necessidade de se estabelecer uma periodização da ortografia, que se trata, em verdade, de um problema um tanto complexo, pois talvez não se possa falar em períodos que permitam esclarecer satisfatoriamente a evolução ortográfica.

16 COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 5. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962, p. 80.

Para a ortografia portuguesa foram estabelecidos três períodos, explicitados abaixo segundo as informações contidas em Coutinho¹⁷ e Williams¹⁸:

1. *Período Fonético*: coincide com o período do português arcaico, que vai dos primeiros registros escritos em português até o século XVI. O objetivo era dar ao leitor a impressão mais próxima possível da língua falada.

2. *Período Etimológico ou Pseudo-Etimológico*: inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, com a publicação da Ortografia Nacional, de Gonçalves Viana.

3. *Período Reformado ou Simplificado*: Tem início com a publicação da obra de Gonçalves Viana e se estende até os nossos dias. Caracteriza-se pela tentativa de dar à língua uma uniformidade gráfica de que nunca gozou.

É interessante notar que o “período etimológico ou pseudoetimológico” gerou uma série de contradições ortográficas, na medida em que o usuário da língua escrita via-se, conforme Buescu¹⁹, “dividido entre a tradição ou o costume ortográfico, a etimologia [...] e as realidades fonéticas da língua que presenciava e que procurava não ignorar”.

Desta forma, encontra-se no *corpus* analisado o reflexo dessas contradições ortográficas, ora representando grafias etimológicas (v.g. *villa*, *órphãos*, *anno*, *Christo*, *delicto*, *elle*, *assignado*, *auctor*, *ofendido*, *suplente*, *cousa*, *logar*, *Septembro*) ou pseudoetimológicas (v.g. *Ritta*, *houver*, *houvido*), ora representando realidades sonoras (v.g. *dezigno*, *Argimiro*, *estrupada*, *Oclides*, *pegô*, *nomiado*, *amiaças*, *dezabutuando*, *sahido*, *ahi*, *hido*, *hida*).

Os casos de variação ortográfica não são frequentes, destacando-se: *Juis/ Juiz* e *Septembro/ Setembro*.

Alguns vocábulos são representativos de alterações fonéticas, a exemplo de *estrupada* (hipétese: transposição de fonema de uma sílaba para outra), *Oclides* e *pegô* (monotongação: transformação ou redução de um ditongo em uma vogal), *dezabutuando*, *Argimiro*, *amiaças* e *nominado* (metafonia: alteração da altura de uma vogal). Esses exemplos, encontrados em um texto do final do século XIX, são bastante comuns no Português Brasileiro coloquial contemporâneo.

17 Idem.

18 WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Trad. Antônio Houaiss. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 33.

19 BUESCU, 1984, p. 152 apud PINTO, Rolando Morel. *História da Língua Portuguesa: Século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988, p. 15.



Vale a pena salientar que *sahido*, *ahi*, *hido* e *hida* representam realidades sonoras porque, não sendo etimológico, o “h”, nesses casos, tinha a função de marcar a presença da sílaba tônica²⁰.

Outro aspecto interessante que chama atenção no texto está associado ao modo como o escrivão relata o discurso dos agentes do processo jurídico. Ele altera a forma como as falas foram inicialmente proferidas, assim como deveria ser, mas termina o discurso indireto com ponto de interrogação:

Perguntado pelo Juis o que sabia a respeito de um defloramento ocasionado pelo menor Oclides, na menor Izidora, filha de Jose da Aldeia?

Perguntado pelo Juis como sedera o defloramento a ella sucedido?

Perguntado qual o seu nome, idade, estado filiação, naturalidade?

Perguntado se não sabe ou tinha houvido dizer que a mesma Izidora se acha offendida e de cuja offensa quem fôra seu auctor?

Em nível sintático, identifica-se um caso de “objeto nulo”, que, de acordo com Ilari e Basso²¹, é “a omissão do objeto direto quando ele consistiria num pronome átono”. O objeto direto torna-se, então, uma categoria vazia:

[...] elle mostrou-lhe uma faca de mesa, e dicera que não gritasse pois ao contrario matava,

Dois exemplos dão conta do uso de pronome pessoal do caso reto em posição de objeto, isto é, do uso da forma genitiva “dele/a”²²:

*[...] no outro dia uma irmã da menor por nome Alexandrina em casa **della** respondente*

*[...] a menor Izidora declarasse a dita sua irmã e a vista **della** respondente,*

Encontra-se ainda um exemplo de falta de concordância nominal, de enfraquecimento do elemento de concordância, que também pode ser um lapso de escrita do escrivão:

*[...] se Oclides não tinha convidado **parabrincadeiras oculta?***

- 20 COSTA, Renata Ferreira. Os diferentes usos da letra “h” em um manuscrito setecentista. In: PAULA, Maria Helena de; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Orgs.). *Percorrendo Trilhas Filológicas: Estudos para a história da Língua Portuguesa*. Em homenagem a Heitor Megale. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010, p. 64.
- 21 ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 85.
- 22 CERQUEIRA, Vicente C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no Português Brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 129.



Os fenômenos sintáticos encontrados no *corpus* apontam para características particulares do português do Brasil, que se delineiam justamente na passagem do século XIX para o século XX.

A esse respeito, interessa citar Galves²³, que, ao analisar o fenômeno do enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro (PB), no qual se incluem, além da falta de concordância nominal, os casos de objeto direto nulo e forma genitiva “dele/a” encontrados no processo-crime objeto deste estudo, afirma que “é nos documentos do século XIX, em particular da segunda metade, que surgem os fenômenos que caracterizam a sintaxe do português falado atualmente no Brasil”.

A emergência do PB, frente ao Português Europeu (PE), teria ocorrido, portanto, na segunda metade do século XIX, marcadamente na diferenciação do sistema pronominal, quando aparecem “claramente nos textos uma tendência ao maior preenchimento pronominal da posição sujeito e ao menor preenchimento pronominal da posição objeto. Em outros termos, há menos sujeitos nulos e mais objetos nulos”, conforme Tarallo²⁴.

Considerações Finais

No âmbito dos estudos filológicos, especialmente no que concerne ao sentido amplo (*lato sensu*) da Filologia, este artigo procurou delinear uma compreensão acerca de múltiplos aspectos atinentes ao processo-crime de estupro da menina Izidora, no interior de Sergipe, no final do oitocentos, os quais vão muito além da questão puramente jurídica do caso, perpassando os contextos histórico e sociocultural de uma sociedade, e o contexto linguístico do texto que oferece o testemunho dos fatos.

Por meio do resgate dessa memória escrita, conservada no Arquivo Judiciário de Sergipe, foi possível trazer à tona a denúncia e notificação de um caso de violência sexual infantil em uma sociedade patriarcal, excludente e sexista, com rígidos padrões morais impostos.

O estudo aqui empreendido enfocou a percepção do estupro no século XIX, compreendendo que a falta de proibição legal específica e a naturalização dessa conduta propiciava a reiteração da violência contra meninas.

A ausência de lei protetiva da infância possibilitava a ausência de efetivação dos direitos tanto da vítima quanto do agressor. Em relação à vítima, em razão de não se impedir a prática do crime, e ao agressor, pela ausência de lei para puni-lo de forma condizente com a sua idade, observando-se ainda ser uma pessoa em fase de desenvolvimento. Essa dupla ausência de proteção devia-se à falta de reconhecimento da criança

23 GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 387-408.

24 TARALLO, 1983 apud GALVES, *ibid.*, p. 388.

enquanto sujeito de direitos humanos, que só passou a ser assim tratada a partir da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, constata-se que o estupro da menina Izidora, ocorrido no ano de 1883, não dista das razões do estupro praticados na contemporaneidade. O estupro de meninas e de mulheres apresenta elementos de submissão e dominação, e reconfigura as relações de desigualdades sociais de caráter sexista. O fenômeno da violência contra as crianças e adolescentes, no dizer de Esber²⁵, está conectado a atitudes e práticas sociohistoricamente constituídas em relação às crianças, adolescentes e mulheres.

Em relação às questões puramente filológicas, destacou-se a importância de editar e estudar a documentação histórica como fonte para a compreensão do modo como o homem reflete a sociedade em que vive e para a elucidação de diversas questões que constituem a identidade histórica, social, cultural e linguística de um grupo.

Os traços linguísticos observados no texto analisado demonstram características da língua portuguesa que se constituía no Brasil e que a afastavam do Português Europeu, especialmente quanto aos seus aspectos sintáticos, como é o caso da diferenciação do sistema pronominal: objeto nulo, pronome pessoal reto em posição de objeto e enfraquecimento do elemento de concordância (PB) x objeto preenchido, pronome pessoal oblíquo em posição de objeto e marcação de concordância (PE).

Esses resultados reforçam ainda mais a importância dos textos históricos como ricas fontes de informações a respeito do estado de língua em épocas pretéritas, permitindo reconstruir a história do idioma.

Referências

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFBA/FJN/Massangana, 1994.
- BRANDÃO JR., Pedro Moacyr Chagas; RAMOS, Patrício Lemos. Abuso Sexual: do que se trata? Contribuições da Psicanálise à Escuta do Sujeito. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 71-84, p. 2010.
- BRASIL. *Código Criminal (1830)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- CASTRO, Ivo. O Retorno à Filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 511-520.
- CERQUEIRA, Vicente C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no Português Brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A.

25 ESBER, Karen Michel. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

(Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 129-161.

COSTA, Renata Ferreira. Os diferentes usos da letra “h” em um manuscrito setecentista. In: PAULA, Maria Helena de; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Orgs.). *Percorrendo Trilhas Filológicas: Estudos para a história da Língua Portuguesa. Em homenagem a Heitor Megale*. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010, p. 57-70.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 5. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

ESBER, Karen Michel. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 387-408.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, Tania; SARDINHA, Tony Berber; PINTO, Marcia Veirano (Orgs.). *Caminhos da Linguística de Corpus*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PINTO, Rolando Morel. *História da Língua Portuguesa: Século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e Criminalidade no Início do Século XX. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Danielle Martins. O estupro de vulneráveis no Brasil: uma breve análise histórica, legislativa e do discurso jurisprudencial. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/06/DANIELLEMARTINSSILVA_oestuprodevulneraveisnobrasil.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. A Palavra Filologia e as suas Diversas Acepções: os problemas da polissemia. *Confluência – Revista do Instituto e Língua Portuguesa*, n. 23, 1º sem. 2002, Rio de Janeiro, p. 53-70.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: Crítica Textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Trad. Antônio Houaiss. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.





ARTIGOS

Para Uma História Do Português Brasileiro em Sergipe: Organizando as Fontes Manuscritas e suas Edições

Raquel Meister Ko. Freitag¹
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo²

116



Resumo

Para dar conta da dimensão histórica da língua portuguesa, especialmente no que tange às origens do português brasileiro, faz-se necessário constituir bases de dados linguísticos diacrônicos, sistematizados. O Projeto para História do Português Brasileiro tem como objetivos coletar, organizar e disponibilizar *corpora* diacrônicos. Nosso objetivo, neste texto, é apresentar as diretrizes que guiam a preparação de documentos escritos no Brasil, mais precisamente no Estado de Sergipe, no escopo do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Palavras-chave: Linguística Histórica. Preparação de manuscritos. Português em Sergipe.

Abstract

In order to compass the aspects of Brazilian Portuguese focused in historical origins, it is necessary to constitute systematized diachronic linguistic databases, as the Projeto para a História do Português Brasileiro (Project for the Brazilian Portuguese History) *corpus*. The objectives of the project are the data collection, triage, storage and release of diachronic linguistic corpora of Brazilian Portuguese. Our purpose in this text is to show the guidelines of preparing process of written documents of Sergipe sample in range of Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Keywords: Historical Linguistics. Preparing process. Brazilian Portuguese in Sergipe.

1 Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

2 Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da UFS. Doutor em Estudos Linguísticos (Teoria e Descrição Linguística) pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Introdução

A constituição e/ou ampliação de bancos de dados sociolinguísticos contemplando uma variedade do português brasileiro ainda não mapeada (ou pouco mapeada), como é o caso de Sergipe, é altamente desejável. Com o objetivo de subsidiar a investigação de variedades linguísticas do português, em seus diferentes níveis (do morfofonológico ao discursivo) e com diferentes propósitos (dos descritivos aos moldes sociolinguísticos às aplicações educacionais, subsidiando programas de ensino de língua materna), o projeto *Falares Sergipanos* visa constituir um banco de dados linguísticos amplo, abarcando as perspectivas sociolinguística (dados sincrônicos) e histórica (dados diacrônicos), da variedade de português em Sergipe³. Para dar conta da dimensão histórica da língua portuguesa, especialmente no que tange às origens do português brasileiro, faz-se necessário constituir bases de dados linguísticos diacrônicos, sistematizados. O campo da linguística histórica no Brasil tem promovido a construção de *corpora* diacrônicos, como os do projeto *Tycho Brahe*, na Unicamp, e o Projeto para a História do Português Brasileiro, que é nosso foco neste artigo.

Sob a coordenação de Ataliba Castilho, o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) foi criado em abril de 1997 pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, o qual conta desde então com a participação de pesquisadores de diferentes regiões e de diferentes instituições brasileiras. O principal objetivo é levantar dados representativos das normas sociais de cada fase histórica do português no e do Brasil – com a aplicação de um controle tipológico-textual mais rígido – favorecendo, assim, o avanço do debate teórico acerca da mudança linguística e das interpretações sobre a formação histórico-social do português brasileiro.

O projeto nacional atualmente encontra-se na fase de priorização do contraste entre manuscritos (pessoais e oficiais) do século XVIII ao XX e impressos do XIX e XX para controle diatópico entre as equipes envolvidas, o que é denominado no âmbito do PHPB como *corpus mínimo comum*. O restante das edições, para verticalização das comparações de gêneros, naturalidade ou com o português europeu, compõem o *corpus diferencial*. No corpus comum já é possível estabelecer diacronia desde o XVIII com cartas pessoais. A ampliação do corpus, contemplando outras variedades, permite generalizações ainda mais seguras sobre aspectos diacrônicos do português brasileiro.

3 FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, p. 156-164, 2013.

4 FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio.; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.



Nosso objetivo, neste texto, é apresentar as diretrizes que guiam a preparação de documentos escritos no Brasil, mais precisamente no Estado de Sergipe, que, inicialmente, estão sendo recolhidos nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico Nacional e arquivos das cidades de Aracaju, São Cristóvão, Estância e Salvador. Essa recolha atende à constituição dos corpora diacrônicos que serão a base das futuras análises linguísticas a serem realizadas com vistas a promover e descrever a realidade linguística do português de Sergipe, no escopo do que prevê o projeto *Falares Sergipanos*, com a amostra PHPB/SE.⁵⁶

Sob um prisma marcado pelo rigor filológico, a preparação destas fontes é de suma importância para tentar captar evidências, tanto quantitativas quanto qualitativas, de formas variantes de todas as variáveis possíveis ocorridas no passado, conjugando diferentes formas de estudo da mudança⁷ para a compreensão de questões relacionadas à mudança linguística⁸.

Sobre a Constituição dos Corpora

A constituição de uma base inicial de dados que possam dar suporte às futuras análises linguísticas do PHPB/SE requer atenção no tratamento dispensado à preparação da documentação. Segundo Cambraia⁹, “é inegável que a validade de um estudo diacrônico do português esteja diretamente relacionada à fidedignidade da fonte utilizada para a coleta de dados”. Maia¹⁰ destaca a relação entre duas áreas do conhecimento: a Linguística histórica e a Filologia, no momento de preparação e uso de *corpus* em estudos históricos.

[...] a qualidade dos resultados a obter está dependente, em primeira instância, da qualidade dos *corpora* que fornecem os materiais a analisar: tanto na investigação sobre língua falada e sobre as variedades diatópicas e sociais actuais, como nas investigações centradas sobre os usos linguísticos escri-

- 5 FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, p. 156-164, 2013.
- 6 FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio.; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.
- 7 Ainda que no nosso caso estejamos mais centrados à documentação escrita e, portanto, às mudanças no âmbito da escrita, isto não descarta a hipótese de trabalho com as mudanças na oralidade, tomando por base outras fontes remanescentes da língua em Sergipe.
- 8 TELLES, Célia Marques. Mudanças linguísticas e crítica textual. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 25/26, p. 91-119, 2000.
- 9 CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP, 1999. pp.83-93
- 10 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia *et alii* ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. pp.533-542.



tos de fases passadas, o investigador, quer seja ele próprio a constituir o seu *corpus*, quer se baseie num *corpus* já disponível, deve estar em condições de avaliar a sua qualidade. No que se refere às pesquisas de caráter diacrônico, estas estão dependentes de alguns requisitos, nomeadamente da sua autenticidade, garantia da sua fiabilidade, da sua extensão, adequada aos objetivos da pesquisa, da diversidade de tipologia dos textos reunidos que devem reflectir a variação concepcional da língua e, necessariamente, da sua elaboração.¹¹

No caso específico de nossas pesquisas do PHPB/SE, estamos em fase de constituição dos *corpora* para nossos estudos no campo da Linguística Histórica, ramo da linguística responsável por estudar os processos de mudança das línguas no decorrer do tempo. Segundo Faraco¹², “a linguística histórica ocupa-se, então, fundamentalmente com as transformações das línguas no tempo”. Mattos e Silva¹³, delinea uma perspectiva na qual a linguística histórica pode ser tratada por meio de duas vertentes: uma *lato sensu*, que “trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em corpora [...]”; e outra *stricto sensu*, que “se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas”. Na sua proposta de uma orientação *stricto sensu*, Mattos e Silva¹⁴ ainda afirma que a pesquisa pode ser realizada sob dois prismas: uma linguística histórica sócio-histórica ou uma linguística diacrônica associal.

Mattos e Silva¹⁵ ainda afirma que não se pode desprezar a relação íntima que os estudos linguísticos de perspectiva diacrônica em caráter estrito possuem com a Filologia, pois se sabe que não se pode fazer linguística histórica sem documentação remanescente do passado e o responsável pelo seu entendimento, pela sua preparação, em suma, pela “Ciência do texto”, é o filólogo. Segundo Picchio¹⁶, “Filólogo é quem, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estudando todos os documentos, se esforça por penetrar no epistema que decidiu estudar, procurar a voz dos textos e de um passado que já não considera sufocado pelos estados sobrepostos.”

11 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia et alii ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p.537.

12 FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2010. p.57

13 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008. p.09

14 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008.

15 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008.

16 PICCHIO, Luciana Stegnano. *A lição do texto: Filologia e Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1979. p.234.



Ainda sobre essa questão, Janotti¹⁷ esclarece que a importância do conhecimento do texto, de modo a “conhecer o contexto da produção; descobrir o seu sentido próprio; localizar seus modos de transmissão, sua destinação e suas sucessivas interpretações”, é ponto importante para o entendimento de problemas e procedimentos pertinentes à compreensão das fontes. Destacamos, então, a necessidade de intervenção do trabalho filológico na preparação das fontes documentais para estudos científicos.

Assim, deixamos claro que nosso estudo pertence ao rol da linguística histórica e, portanto, os procedimentos utilizados na preparação das fontes, que em sua grande maioria são primárias, se basearam nos preceitos científicos e rigor filológico da Crítica Textual e constituem uma importante etapa para a confecção do trabalho inicialmente proposto para o desenvolvimento das pesquisas do PHPB/SE.

120



Sobre os Tipos de Edição

Outra preocupação advinda do tipo de trabalho a ser realizado com as fontes está centrada no tipo de edição que deveríamos realizar e utilizar para os propósitos das diversas linhas de investigação que compõem o grupo do PHPB/SE.

Os estudos de Linguística Histórica, História da Língua e Historiografia têm em seu cerne o mesmo objeto de estudo: os textos escritos da documentação remanescente. Assim, uma má formulação ou alterações significativas dos textos originais podem ocasionar problemas em pesquisas destas áreas. Segundo Maia,

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas de variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a “corrigir” os textos que transcrevem, ferindo a autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenômenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise.¹⁸

Desse modo, a Crítica Textual apresenta-se como disciplina de suma importância para o estudo do texto nas abordagens já referidas. Realizar

17 JANOTTI, Maria de Lourdes. O Livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY et alii. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.21.

18 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia et alii ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p.539.

edições de textos, principalmente, dos pertencentes aos períodos antigos das línguas é uma necessidade de que se ressentem os historiadores da língua e os linguistas. Nas palavras de Mattos e Silva¹⁹, “sem dúvida, para quem hoje usa e tem a oportunidade de refletir sobre a língua que usa, alguma informação histórica passada é um instrumento útil para abrir caminhos para o conhecimento de sua língua.” Dessa forma, observa-se a premência da atuação da Crítica Textual nesse contexto científico.

A Crítica Textual tem como objetivo principal, segundo Cambraia²⁰, a restituição da forma genuína dos textos. Um texto ao ser reproduzido, por muitas vezes, não condiz com o original. Isto quer dizer que a cópia, geralmente, contém traços que podem ter sido proporcionados de acordo com a visão de quem o copiou ou, até mesmo, por adaptações que lhe pareceram necessárias. Isso pode ocorrer, por exemplo, para tornar a mensagem mais clara ou para a correção de um suposto erro.

O autor ainda apresenta dois termos referentes à Crítica Textual: Ecdótica e Filologia. A Ecdótica, além de preservar a forma genuína de um texto, também prevê os procedimentos técnicos para a edição do mesmo. Já a Filologia, segundo ele, abrange o estudo dos textos de um modo geral, considerando todos os aspectos, finalidades e contextos que definam as diferenças entre eles.

Ainda de acordo com Cambraia²¹, os tipos de edição podem, também, ser baseados na forma de estabelecimento do texto e são distribuídas em edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto), e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto). Em nossa etapa inicial de pesquisa, uma vez que estamos constituindo nossos *corpora*, optamos por trabalhar com edições monotestemunhais. Inicialmente, não traçamos como meta o confronto de mais de um testemunho e tampouco centramos nosso foco em levantar quantos são os testemunhos existentes das fontes ou mesmo onde eles se encontram²². Sendo assim, fixamos nossa atenção somente no primeiro tipo que, segundo a proposta de Cambraia²³, podem ser divididas conforme o quadro 1.

19 MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *O português arcaico. Fonologia. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006. p.13

20 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica).

21 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). p.91.

22 Apesar de ser, neste momento, o objetivo não ser o confronto de fontes em suas cópias existentes, a possibilidade de trabalho dentro desta área não está descartada para realizações de trabalhos futuros. Agregamos que, inclusive, o confronto de vários testemunhos de um mesmo texto é de suma importância para os trabalhos de variação linguística que serão desenvolvidos dentro do PHPB/SE.

23 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). pp.91-103.



Quadro 1: Propostas de tipos e definições de edições de documentos monotestemunhais

TIPOS DE EDIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
FAC-SIMILAR	Reproduz-se a imagem de um testemunho somente através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanerização etc.
DIPLOMÁTICA	Faz-se a transcrição exatamente como está escrito no modelo, como, por exemplo, sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular etc.
PALEOGRÁFICA	Não é tão fiel ao modelo como a diplomática, fazendo assim com que a leitura seja mais fácil para o leitor que não é especialista.
INTERPRETATIVA	É a mais acessível de todas porque o texto passa por um processo de uniformização gráfica e oferece ao público um texto mais apurado. Os elementos estranhos à sua forma genuína vêm claramente assinalados.

122



A intenção das edições realizadas sob os preceitos da Crítica Textual é a de tornar o texto acessível ao público leitor. Além disso, faz-se mister ressaltar que a acessibilidade deve levar em conta a especificidade do público a quem vai destinada a edição e dos propósitos de realização da mesma. Ainda que a facilitação da leitura seja uma das metas a serem alcançadas, não se pode desprezar a sistematicidade da metodologia para sua concretização. De acordo com Mattos e Silva,

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos lingüísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história lingüística.²⁴

O tipo de edição a ser utilizada para estudos lingüísticos deve atender, primeiramente, ao linguista e seus anseios. Além disso, a viabilidade de nossa pesquisa é determinada por certa vantagem, tais como as condições propícias para a realização da edição. Primeiramente, o acesso direto aos manuscritos não constitui tarefa difícil, pois além da acessibilidade geográfica à documentação, contamos também com a permissão para o manuseio das fontes originais. Já que os manuscritos se encontram em bom estado de conservação, o acesso às informações neles contidas será, com poucos problemas de caráter paleográfico, relativamente fácil. Por se tratar de documentação remanescente majoritariamente dos séculos

24 MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Caminhos da Lingüística Histórica* (Ouvir o inaudível). São Paulo: Parábola, 2008. p.15.

XVIII e XIX, o conhecimento de natureza codicológica²⁵, para a formulação das edições, será suficiente para a realização de um trabalho que possa reproduzir com fidelidade as características dos originais. Ademais, já que as edições serão realizadas já vislumbrando os objetivos a serem alcançados, saberemos cuidar para que não se percam dados e informações relevantes no momento de editar a documentação. Esse cuidado é importante, pois, segundo Cambraia:

A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuando apenas aquelas intervenções que se fizessem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas).²⁶

A partir das palavras de autor, percebe-se que as edições devem ser rigorosas e buscar a fidedignidade da reprodução do maior de número de informações que possam ser extraídas no texto e do texto. Como os objetivos para as nossas edições já estão bem delimitados e sabemos que o nosso principal público-alvo são linguistas, seguimos a direção dada por Cambraia²⁷ ao estabelecer a edição semidiplomática (ou paleográfica, ou paradiplomática, ou diplomático-interpretativa) como a mais adequada. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor, além de as interferências consistirem em “*um grau médio de mediação*, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos”²⁸, todas aparecem devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico.

Neste tipo de trabalho filológico não há como desvincular o conhecimento linguístico do editor. As escolhas realizadas para a realização da edição de textos de tempos pretéritos têm, em sua maior parte, embasamentos linguísticos direcionados ao tipo de pesquisa que se quer realizar.

25 SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M. Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas. *Sobre o retorno à Filologia, diacronia e outros estudos*, v. 10. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2003.

26 CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP, 1999. pp.91.

27 CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP, 1999. pp.83-93

28 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). p.95.

[...] o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento de sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos.²⁹



Assim sendo, todos os direcionamentos assumidos e configurados como normas para as edições dos textos, não desprezam ou minimizam, em hipótese alguma, questões linguísticas que serão alvo de estudos das outras linhas de ação do Projeto.

Os Corpora Iniciais do PHPB/SE

Optamos, inicialmente, por começar a editar os textos manuscritos oitocentistas (da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) provenientes das cidades de Aracaju, São Cristóvão e Estância localizados na coleção “Sergipe”. Esta escolha reside na importância histórica de que, em 1820, Dom João VI voltou a elevar Sergipe à capitania, a qual se transformou em província quando da independência do Brasil. Em 1855, após um período conturbado, Aracaju se tornou capital e Sergipe alcançou uma posição de relevo no panorama político e cultural brasileiro e que se estenderia pelas primeiras décadas do século XX. Assim, acreditamos que os manuscritos oitocentistas, por sua grande importância histórica, nos revelarão bastante sobre a língua portuguesa em Sergipe.

A tipologia documental que encontramos nesta coleção é de Ofícios, representações e cartas tratando de: descoberta de minas de prata em Sergipe, elevação de povoados em vilas, nomeações, respeito a limites entre províncias, irregularidades em eleições, remessa de cópias de atas de eleição para vereadores e juizes de paz de várias cidades de Sergipe, pedidos de índios da Missão do rio São Francisco sobre providências contra a venda de terras indígenas, providência contra a Junta Provisória do Governo da Bahia que não respeita a independência de Sergipe.

Além disso, há mapas demonstrativos de importação e exportação da província (1853 a 1856) e de receita e despesa (1854-1872). Há também:

29 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia *et alii* ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p.540.

relatórios sobre instrução pública, documentos referentes a movimentos rebeldes (1824) e aos resultados do recenseamento geral do Império, em Sergipe (1872). Agregam-se ainda: cópias de decretos e correspondências relativas à Guarda Nacional, deserção, desligamento militar, ofícios militares sobre prisão de oficiais, pagamentos de soldos e recrutamento. Encontramos também uma relação de presidentes e vice-presidentes que administraram Sergipe entre 1824 e 1866, bem como algumas cartas de sesmaria e um livro de registro da Capitania de Sergipe.

Essas são as fontes remanescentes iniciais com as quais o PHPB/SE irá trabalhar para a constituição de seus *corpora*.

Normas de Transcrição e Edição Estabelecidas Pelo PHPB Nacional para Edições Paleográficas/ Semidiplomáticas

O labor filológico de edição permite ao editor criar suas próprias normas adequadas ao tipo de edição que pretende realizar, bem como, no caso de estudos linguísticos a serem atrelados a esta, ao tipo de tratamento que se vislumbra dar aos dados. No entanto, na tradição de edição de textos, há alguns parâmetros consensuais que dispensariam a criação de normas inéditas, por exemplo, para desdobramento de abreviaturas ou para mudança de fólio ou face da fonte documental. De acordo com Cambraia³⁰, “cada tipo de edição atende a uma finalidade, as normas devem possibilitar a satisfação de finalidade da edição”. Tivemos contato com várias propostas de normas para a constituição da edição, tais como as usadas por Blecua³¹, Spina³², Spaggiari & Perugi³³, Megale & Toledo Neto³⁴, Lose *et alii*³⁵, Borges *et alii*³⁶ e Procopio³⁷. Por fim, nossa posição dentro deste Projeto não poderia ser outra que a de adotar as normas já alinhadas e definidas pelo PHPB nacional. Cabe lembrar que as normas utiliza-

30 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). p.110.

31 BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983.

32 SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica/Edusp, 1994.

33 SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

34 MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. (Org.). *Por minha letra e sinal*. Cotia: Ateliê, 2006.

35 LOSE, Alicia Duhá *et alii*. *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*: edição diplomática. Salvador: EdUFBA, 2009.

36 BORGES, Rosa *et alii*. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

37 PROCOPIO, Eliabe dos Santos. *Documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos espanhóis (1535-1625)*. Curitiba: Appris, 2012.

das sintetizam o que há de melhor nas propostas citadas anteriormente e, também, estão alinhadas com o intuito das edições do PHPB/SE. O quadro 2 apresenta uma síntese dessas normas.³⁸

Quadro 2: Normas de transcrição do PHPB.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
 - a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários. Exemplos: “etc.”, “Sr.”, “Sra.”, “Ltda.”, “Cia”, “V. Ex” e “D.” permanecem inalteradas.
 - b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.to” a ser transcrita “munto”.
 - c) No caso de variação no próprio documento ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.s” a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor” “ser”; “aellas”; “daPiedade”; “omninino”.
4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intercalar deixado pelo escriba será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passam eninguemcompa-rece”. Serão observados dois casos especiais:
 - a) Em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, o editor incluirá, em nota de rodapé, uma possível interpretação. Exemplo: Na edição teríamos, “Tenho uma criada que | dice que sabia fazer tudo | que eu mandace ella | fazer emtaõ perguntei | e Paõ doce voce sabe fazer | sei emtaõ mando todos | os sabados fazer.” Em nota teríamos, “Nota 1: Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer. Emtaõ perguntei: E Paõ doce, voce sabe fazer?; ‘Sei’. Emtaõ mando todos os sabados fazer.”

Continua...

38 Estas normas estão disponíveis em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/> (acesso 26/04/2015, às 13:40) e foram estabelecidas em conjunto pelos professores: Afranio Gonçalves Barbosa (UFRJ), José da Silva Simões (USP), Maria Clara Paixão de Sousa (USP), Verena Kewitz (USP) e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UEFS), responsáveis pela linha de Linguística de Corpus em âmbito nacional.



b) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.

5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docommercio”; “edemarkando tambem lugar; “fomos à ele”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (sic) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção.

8. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará(rão) sua(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si. Exemplos, “Nota 1: ‘que eu afamado livro’ provavelmente ‘que meu afamado livro.’” Talvez a escrita de eu por meu possa indicar lapso de escritura ou erro de cópia; “Nota 2: Pirasocunda possível variante de Pirassununga: talvez a oscilação de grafia indique instabilidade para a escrita de termos Tupi”;

9. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:

a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <□>, se na entrelinha inferior. Por exemplo: “em dezembro recebi <↑todos> os senadores em casa”. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, devese haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé. Exemplos, “Nota 1: abaixo de <↑todos> há palavra suprimida”; “Nota 2: abaixo de <↑todos> foi riscado ‘dentre.’”

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>. Caso seja necessário, ficará em nota de rodapé a devida descrição da direção de escritura ou quaisquer outras especificidades. Exemplo: “nota 1: Escrito verticalmente de cima para baixo”.





10. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] em direção opaco.

11. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização.

12. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplos: ent[re]gue o [rapaz].; “faça venda a duas b[arric]as de vinho”.

13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível.] em Java”; “É assim [ilegível + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário, o editor indica em nota a causa da elegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [inint.] para vocábulos e [inint. + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

15. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais.

16. A mudança de fólio ou página receberá a marcação entre colchetes conforme o caso:

a) Se em documentos manuscritos, com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplos: [fol. 1r]; [fol. 1v].

b) Se em documentos impressos, indicação de página. Exemplos: [p. 1]; [p. 2].

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e layout do texto em impressos devem aparecer em nota de rodapé.

Considerações Finais

O Projeto para História do Português Brasileiro tem como objetivos coletar, organizar e disponibilizar os *corpora* diacrônicos; na variedade sergipana, esses *corpora* compõem a amostra diacrônica do projeto *Falares Sergipanos*^{39,40}, de modo a subsidiar a descrição dessa variedade em função dos eixos: (i) estudo da variação e mudança gramatical, dos ângulos funcionalista - cognitivista e gerativista, com ênfase nas classes de palavras e nas construções sintáticas; (ii) estudo da formação das variedades culta e popular e da difusão da popular em Sergipe, paralelamente ao traçado sócio-histórico do Português Sergipano; (iii) estudo de gêneros discursivos e de processos de construção textual, sob as perspectivas crítico-discursiva e textual-interativa.

O PHPB promove um diálogo entre teorias linguísticas, indispensáveis nas pesquisas contemporâneas da Linguística Histórica, não só para dar conta da complexidade dos fenômenos a serem pesquisados, como também para a complementaridade entre os subprojetos existentes. Assim, acreditamos que este projeto terá um impacto forte dentro dos estudos linguísticos relativos ao português sergipano, uma vez que a partir dele serão contempladas as dimensões gramatical, semântica e textual-discursiva como constitutivas das categorias da língua em uso. Justifica-se, desse modo, a abrangência da amostra que, circunscrita à variedade sergipana, contribuirá para o Projeto de História do Português Brasileiro (PHPB), no qual se integra, juntamente com projetos diacrônicos em desenvolvimento em mais doze Estados: Pernambuco, Bahia, Paraíba, Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Pará.

39 FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, p. 156-164, 2013.

40 FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio.; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.

A Propósito do Sesquicentenário de Prado Sampaio: Notas Biobibliográficas sobre um Grande Intelectual Sergipano

Nelson Santana Santos¹

Bout Prado Sampaio's
Sesquicentennial: Bio-
Bibliographical Notes about a
Great Intellectual from Sergipe

130



Resumo

Este texto apresenta alguns momentos marcantes da trajetória pessoal e intelectual do escritor Sergipano Joaquim do Prado Sampaio Leite, em seu Estado natal e em Pernambuco. Como *corpus* documental foram analisados artigos e textos publicados pelo referido escritor em jornais e revistas de Sergipe e Pernambuco. Através da elaboração de um breve panorama biobibliográfico, e por ocasião do sesquicentenário de seu nascimento, busca-se rememorar o papel de protagonismo desempenhado por este importante pensador no cenário cultural e intelectual de Sergipe de fins do século XIX e início do XX.

Palavras-chave: Intelectualidade Sergipana. Séculos XIX e XX. Prado Sampaio.

Abstract

This paper presents some highlights of personal and intellectual trajectory of Sergipe writer Joaquim do Prado Sampaio Leite in his home state and Pernambuco. As documentary *corpus* were analyzed articles and texts published by that writer in newspapers and magazines of Sergipe and Pernambuco. By preparing a brief bio-bibliographical overview, and on the occasion of the sesquicentennial of his birth, we seek to recall the leading role played by this important thinker in the cultural and intellectual scene of Sergipe of the late nineteenth and early twentieth centuries.

Keywords: Sergipe's Intellectuality; 19th and 20th centuries; Prado Sampaio.

1 Licenciado em História, Bacharel em Direito e Mestrando em Ciências da Religião, todos pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisas "Diáspora Atlântica dos Sefarditas".

Percorrei toda a história intelectual brasileira e onde encontrades
 uma inteligência sergipana a brilhar em qualquer sentido,
 em qualquer das manifestações do espírito, ficai certos
 que essa inteligência, esse talento teve de, coagido, emigrar
 da pátria!

Silvio Romero²

A história da intelectualidade sergipana é marcada pela presença de alguns nomes que alcançaram fama nacional. Para comprovar tal assertiva basta referirmo-nos a personagens como Tobias Barreto, Silvio Romero e Fausto Cardoso. No entanto, um traço marcante dos percursos intelectuais dos componentes desta triade é o fato de que a maior parte de suas atuações enquanto membros da *intelligentsia* brasileira deu-se fora dos limites geográficos de Sergipe. Para aqueles que aqui permaneceram, sobretudo até o século XIX, as dificuldades eram bem maiores. O cenário era o descrito por Silvio Romero na epígrafe deste texto. A saída mais fácil era rumar para grandes centros como Recife e Salvador ou para a capital do país. Apesar disso, importantes pensadores sergipanos permaneceram a maior parte de suas vidas no torrão natal e – mesmo contra todas as dificuldades aqui encontradas e a despeito da falta de reconhecimento nacional – deram passos fundamentais para a construção e consolidação do pensamento filosófico e científico em Sergipe.

Um dos maiores exemplos deste tipo de pensador, cuja fama não chegou tão longe, mas cujas reflexões são de imenso e insubstituível valor para nossa história, nasceu há exatos 150 anos. Estamos falando de Joaquim do Prado de Sampaio Leite.

Prado Sampaio, como ficou mais conhecido, foi um intelectual típico de seu tempo. Escritor pródigo, destilou seu virtuoso talento sobre diversos ramos do conhecimento humano, enquadrando-se perfeitamente no conceito de polígrafo. Escreveu nas áreas da história, da geografia, da filosofia, da antropologia, das letras (prosa, verso e crítica) e do direito, para citarmos apenas alguns destes ramos.

Nascido em Aracaju, em 03 de junho de 1865, teve como genitores o farmacêutico Joaquim do Prado de Araújo Leite e D. Lydia Carolina Alves Sampaio. Seus estudos de primeiras letras foram feitos em sua cidade natal, nas aulas dos professores Cipriano José Pinheiro e Manoel Alves Machado. Já o curso secundário foi realizado no Atheneu Sergipense³.

Terminados os estudos secundários, Prado Sampaio seguiu para o Recife, no ano de 1884, onde matriculou-se na famosa Faculdade de Direito

2 ROMERO, Silvio. *Discursos*. Porto: Livraria Chardron, 1904, p. 153.

3 Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154-156.

da capital pernambucana. Ali tomou contato com o movimento que ficou conhecido como um “surto de ideias novas”. O título de bacharel viria a ser obtido em 1891⁴.

Os tempos passados em Recife revelar-se-iam fundamentais não somente para sua formação profissional como para a definição de sua mundividência intelectual. É importante ter em mente que a Faculdade de Direito de Recife desempenhava, durante a segunda metade do século XIX, o papel de um dos mais importantes focos de discussão e produção intelectual do Brasil. Vale lembrar que até então as faculdades de direito constituíam o principal ambiente de formação dos quadros políticos da elite brasileira. Este papel de destaque fica ainda mais ressaltado se levamos em conta que até o ano de 1891, a escola de ciências jurídicas do Recife era a única existente nas regiões norte e nordeste do país⁵. Em razão disto, àquela época, estudantes de diversos estados do (então chamado) norte do país, inclusive de Sergipe, dirigiam-se para a faculdade da capital pernambucana. Dentre esses estudantes sergipanos alguns ganhavam papel de destaque nos debates intelectuais travados naquela instituição. Um deles, inclusive, representaria papel fundamental naquele contexto. Referimo-nos aqui a nomes como Sílvio Romero (1851-1914), Fausto Cardoso (1864-1906) e, principalmente, Tobias Barreto (1839-1889) – este, inegavelmente tido como o maior expoente daquele movimento⁶. É justamente em meio a este cenário de efervescência intelectual que Prado Sampaio aportará a partir do ano de 1884. É fundamentalmente desta fonte – ou matiz intelectual – que o bacharel aracajuano irá utilizar-se para a fundamentação de seus ideais literários, científicos e filosóficos⁷.



- 4 Apesar do célebre *Dicionário* de Armindo Guaraná indicar o recebimento do grau de Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas na data de *08 de março de 1889*, sendo este dado repetido por diversas obras posteriores, acreditamos que a data correta da formação do bacharel sergipano é, na verdade, *08 de abril de 1891*. Os fundamentos para este entendimento são em primeiro lugar o trabalho de Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*, que, em sua página 219 (da 2ª Edição, de 1977), lista Prado Sampaio como um dos formados da turma de 1891. Note-se que Beviláqua, egresso da referida Faculdade, compulsou documentos oficiais daquela instituição. Além disso, tomamos por base a notícia publicada no *Jornal de Recife*, de *10 de abril de 1891*, que diz textualmente o seguinte: “Recebeu *antehontem* em nossa Faculdade de Direito o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes o *joven sergipano Joaquim do Prado Sampaio Leite*, um dos talentos mais vigorosos da mocidade actual”. Itálicos nossos.
- 5 Apenas nos anos de 1891 e 1898, as faculdades da Bahia e do Ceará, respectivamente, seriam fundadas.
- 6 A importância da participação sergipana no movimento intelectual originado na Faculdade de Direito de Recife foi de tal monta que Carlo de Laet, escritor do sul do país (ainda que em tom de troça), referiu-se a tal grupo de pensadores como integrantes da “Escola Teuto-Sergipana”. Cf. LAET, Carlo de apud CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 283.
- 7 Os textos filosóficos publicados por Prado Sampaio nos jornais sergipanos encontram-se parcialmente compilados na Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, de nossa autoria, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Alves, intitulada *Filosofia no Jornal: uma recolha dos artigos filosóficos de Joaquim do Prado Sampaio Leite (1882-1932)*, apresentada em 2005, ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Ao longo do presente texto – a exemplo do parágrafo a que esta nota refere-se – retomamos ou ao menos referimos a algumas discussões que lá podem ser encontradas com maiores detalhes. Recorremos, sobretudo, a alguns dados biográficos coletados durante a realização da sobredita pesquisa.

O grau de ligação de Prado Sampaio com o movimento intelectual do Recife foi tão profundo que estudiosos da filosofia sergipana - e brasileira - citam-no nominalmente como um dos nomes representativos deste movimento em nosso Estado. Neste sentido, Antonio Paim, em estudo específico acerca da “Escola do Recife”, refere-se ao bacharel aracajuano como um dos responsáveis pela propagação das “novas ideias” no Estado de Sergipe⁸. Jackson da Silva Lima, por sua vez, ao repertoriar os estudos filosóficos em Sergipe, insere Prado Sampaio dentro do grupo intitulado “Tobiáticos do Recife”, destacando que “dos bacharéis sergipanos pela Faculdade de Direito do Recife, discípulos de Tobias Barreto, foi Prado Sampaio, quem mais refletiu sobre assuntos filosóficos, com a relevância de ter realizado sua obra em Sergipe”⁹.

Ainda como estudante do 5º ano do curso de direito, o jovem Sampaio iniciou sua vida na profissão jurídica, através de sua nomeação para o cargo de Promotor Público da Comarca de Japarutuba. Dali seria depois removido para a Comarca de Itabaiana e, posteriormente, para a capital do Estado. Em 1893, foi nomeado Secretário do Tribunal da Relação. Já em 1895, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Lagarto¹⁰. Removido, em seguida, para Gararu e pouco depois para Rio Real, não assumiu o exercício por estar no gozo de licença e não ter tido ciência desta última remoção, razão pela qual foi considerada vaga sua Vara¹¹. Diante de tais circunstâncias seguiu para Pernambuco, onde foi nomeado Juiz Municipal de Vitória. Posteriormente, veio a ser provido como Secretário da Repartição de Polícia do Estado de Pernambuco. Após sair da Secretaria, exerceu a advocacia nos foros de Camamu, Vitória, Nazaré e Limoeiro.

Em 1905, Prado Sampaio retornou para Sergipe. Logo foi nomeado Promotor Público da Comarca de Maruim¹². No ano de 1907, foi nomeado lente catedrático de Literatura e Lógica do Atheneu Sergipense. Já em 1911, em decorrência da reorganização no ensino promovida pelo Presidente do Estado, Rodrigues Dória, foi designado para reger a cadeira de Psicologia

- 8 PAIM, Antonio. *A Escola do Recife*. 3. ed. São Paulo: UEL, 1997, p. 39.
- 9 LIMA, Jackson da Silva. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p. 78. A expressão “Tobiáticos do Recife” foi cunhada para definir os seguidores de Tobias Barreto formados pela Faculdade de Direito de Recife, de maneira a diferenciá-los dos formados pela faculdade baiana, os “Tobiáticos da Bahia”. Entre estes merecem destaque Joviniano Romero, Felisbello Freire, Rodrigues Dória e Helvécio de Andrade. Como representantes dos primeiros, além de Prado Sampaio, destacaram-se Gumercindo Bessa e Oliveira Teles.
- 10 Através de Decreto de 11 de junho de 1895, Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154.
- 11 Através de Decreto de 27 de agosto de 1898, Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154.
- 12 Através de Decreto de 30 de março de 1905, Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154.



e Lógica¹³. Depois acabou passando para lente de Lógica e Direito Público¹⁴. Exerceu ainda atividades advocatícias¹⁵.

Prado Sampaio foi deputado à Assembleia Constituinte de Sergipe, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, também, sócio-correspondente do Instituto de Arqueologia e Geografia de Pernambuco.

A primeira publicação de Prado Sampaio veio a lume no ano de 1882, data em que imprimiu-se sua primeira obra: um livro de versos intitulado *Ensaio*. Naquele mesmo ano, o escritor aracajuano já escrevia também em jornais locais, dando ao conhecimento dos leitores de jornais como o “Luz Matinal” e o “Espião” exemplos de suas primeiras poesias. Apenas a título de exemplo destas primeiras publicações em periódicos, basta citar a novela *Ahy* e os poemas *Um rosto ao luar* e *Descrença*, publicados nos jornais “Luz Matinal”, de 11 a 26 de julho de 1882 e 1º de junho de 1882, e no “Espião”, de 10 de dezembro de 1882, respectivamente.

Durante o ano de 1883, o jovem Sampaio continuou publicando poesias nos jornais, porém acrescentou aos seus escritos um novo gênero: na edição d’“O Guarany” de 1º de setembro daquele ano, veio a lume uma resenha sobre o texto “Lyra Sergipana”, de autoria de Felinto do Nascimento.

Em 1884, foi publicado seu segundo livro de versos, intitulado *Lucubrções*¹⁶. Naquele mesmo ano, como já dito anteriormente, Prado Sampaio dirige-se para Recife a fim de cursar naquela cidade a Faculdade de Ciências Jurídicas. Chega à capital pernambucana em 15 de março de 1884. A partir deste momento, obrigado a passar a maior parte do ano em Recife, será principalmente na imprensa daquela cidade que seus textos passarão a ser publicados – embora esporadicamente também publicasse em Sergipe.

Durante os anos de 1884 a 1888 o foco principal do pensador sergipano foram os estudos jurídicos, na Faculdade do Recife. Apesar disto, publicou neste período outro livro de versos, intitulado *Retaliações*, dado a lume em 1887, e um livreto de 13 páginas, com o título *Sobre uma nova intuição do direito*, tornado público em 1888. Quanto a artigos na imprensa, publicou apenas a transcrição de seu discurso proferido no Gabinete de Leitura de Maruim em homenagem a Tobias Barreto¹⁷.

13 Através de Decreto de 04 de novembro de 1911, Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154.

14 Através de Decreto de 27 de setembro de 1912, Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154.

15 GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925, p. 154.

16 Para uma apreciação (bastante) crítica acerca da referida obra, ver LIMA, Jackson da Silva. *História da Literatura Sergipana* – Vol. II – Fase Romântica. Aracaju: FUNDESC, 1986, pp. 487-488.

17 O texto intitulava-se *Palavras – proferidas no Gabinete de Leitura de Maruim por ocasião da festa ultimamente celebrada em homenagem ao Dr. Tobias Barreto de Menezes* e foi publicado na “Gazeta do Aracaju” de 8 de fevereiro de 1885.



A partir de 1889, no entanto, seu hábito de publicar textos em periódicos é retomado com pujança. Naquele ano, Prado Sampaio publicou nos jornais recifenses – sobretudo no “Jornal do Recife” – textos que tratavam de temas tão diversos quanto a crítica literária, a psicologia e o direito. Para citarmos apenas alguns destes trabalhos, destacamos os seguintes títulos¹⁸: *Sobre os Maias do Sr. Eça de Queiroz*¹⁹, *João Ribeiro Fernandes – Notas Bibliográficas*²⁰, *Sobre uma nova intuição do direito*²¹, *Sobre o Werther*²² e *Julle Soury e sua interpretação patológica do caráter de Jesus*²³. Neste mesmo ano escreveu com Antonio de Araújo, Jesuíno Lustosa, João Capistrano e Amancio Ramos, o periódico trimensal *Nova Pátria*, o qual infelizmente não passou do terceiro número. O ano de 1890 também mostrou-se um ano intelectualmente muito profícuo. Naquele ano, saíram de sua pena textos sobre as mais diversas áreas do conhecimento. Apenas a título ilustrativo, merecem destaque os artigos: *Recordações de Bluntschli*²⁴, *Horácio Hora*²⁵, *A poesia intelectual*²⁶, *Franz von Holtzendorff*²⁷ e *O Poeta dos Dias e Noutes*²⁸. Aquele ano foi marcado ainda por uma ferrenha polêmica travada entre Prado Sampaio e Leônidas de Sá, nas páginas dos noticiários “Jornal do Recife” e “Gazeta da Tarde”, tendo como mote principal a possibilidade ou não da inclusão de Rudolph von Ihering na

- 18 Publicados no Jornal do Recife, nas edições de 17 de janeiro, 15 de fevereiro, 27 de fevereiro, 15 de junho e 14 de julho, todos de 1889, respectivamente.
- 19 Neste artigo o pensador sergipano faz uma apreciação acerca da (hoje) célebre obra do escritor português, sob o viés filosófico, recorrendo a nomes como Voltaire, Schopenhauer, Spencer, Noiré e Tobias Barreto e chega a conclusão de que tal livro causou-lhe certo desapontamento sobretudo quando comparada com “O Primo Basílio”, do mesmo autor.
- 20 O título é efetivamente autoexplicativo: o artigo consta de notas bibliográficas acerca da produção literária de João Ribeiro e particularmente acerca da obra “Dicionário Gramatical”.
- 21 Aqui, Prado Sampaio apresenta com base na obra de Tobias Barreto, “*Sobre uma nova intuição do direito – Questões Vigentes*”, a nova “concepção darwinico-haeckeliana do mundo jurídico”.
- 22 Como o próprio título dá a entender trata-se de uma breve análise acerca da clássica obra de Goethe, igualmente calcada nos ideais filosóficos de nomes como Schopenhauer e Eduard von Hartmann.
- 23 Trata-se de uma análise acerca de um dos capítulos do livro de Clóvis Beviláqua, intitulado “Esboços e Fragmentos”, publicado naquele ano.
- 24 Publicado no Jornal do Recife, de 15 de maio de 1890, aborda o trabalho desenvolvido pelo jurista alemão Bluntschli, apontando algumas de suas incongruências jusfilosóficas.
- 25 Publicado no Jornal do Recife, de 29 de junho de 1890, por ocasião do falecimento do referido pintor sergipano.
- 26 Estampado no Jornal do Recife, de 13 de agosto de 1890, refere-se à obra do escritor português Antero de Quental.
- 27 Trazido a público pelo Jornal do Recife, de 20 de agosto de 1890, este artigo tece considerações acerca do livro “Princípios de Política”, de autoria do criminalista alemão Franz von Holtzendorff.
- 28 Publicado no Jornal do Recife, de 12 de agosto de 1890, como o próprio título sugere, refere-se ao livro de poesias “Dias e Noites”, de Tobias Barreto.

categoria de filósofo. Naquele mesmo ano, Prado Sampaio, em conjunto com Amancio Ramos Freire, Oscar Barbosa e Honório Lima, abriram um curso de Humanidades, no Recife.

O ano de 1891 não foi muito produtivo desde que visto sob o aspecto quantitativo de publicações, muito em decorrência do envolvimento de Prado Sampaio em outras empreitadas. Naquele ano, o bacharel aracajuano candidatou-se ao cargo de Deputado Estadual (inicialmente pela “Chapa de Conciliação”, tendo depois migrado para a “Chapa Democrata”). Acabaria tornando-se um dos integrantes da Assembleia Constituinte do Estado de Sergipe. Neste ano, outro fato marcante ocorrido na vida de Prado Sampaio foi a obtenção do grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, conforme já dito anteriormente. Dentre suas principais publicações de 1891, merecem destaque as seguintes: *Luiz Francisco Freire – Projeto de Constituição para o Estado de Sergipe*²⁹, *Sobre o Relicário*³⁰ e *O Poeta das Aspirações*³¹.

Entre 1892 e 1897 há um hiato de publicações no percurso do escritor Prado Sampaio.

O ano de 1898, por sua vez, é marcado pela volta do escritor às páginas dos periódicos pernambucanos. Neste período são publicados os seguintes textos: *Morbus*³² e *O Dr. Sylvio Romero e a nova concepção do direito*³³. Naquele ano, como já ressaltado anteriormente, Prado Sampaio foi nomeado Juiz de Vitória, em Pernambuco.



29 Apresentado no Jornal do Recife, de 27 de fevereiro de 1891, seu título é quase autoexplicativo. Consiste de uma breve resenha acerca do projeto de Constituição para o Estado de Sergipe proposto por Luiz Francisco Freire.

30 Artigo datado de 07 de março de 1891, no Jornal do Recife. Refere-se ao livro *O Relicário*, do poeta Vicente de Carvalho.

31 Saído em 11 de março de 1891, no Jornal do Recife, este texto faz um breve comentário acerca do livro *Aspirações*, do então jovem poeta Augusto C. de Mello, confiado à leitura e análise de Prado Sampaio antes mesmo de sua publicação.

32 Publicado no Jornal do Recife, de 19 de junho de 1898, trata-se de uma sucinta resenha do livro *Morbus*, de autoria de Faria Neves Sobrinho.

33 Neste artigo constante do Jornal do Recife, de 05 de julho de 1898, vislumbra-se uma interessante polêmica entre sergipanos. O propósito do texto é reivindicar para Tobias Barreto o pioneirismo em terras brasileiras acerca da concepção darwinico-haeckeliana do direito, retirando-a de Sylvio Romero que a teria reivindicado para si.

Durante o ano de 1899, foram publicados *Sobre o desarmamento*³⁴, *A Lisette*³⁵, *Pelo Passado*³⁶ e *Violetas*³⁷. Aquele ano foi marcado ainda pela nomeação para o cargo de Secretário da Repartição de Polícia de Pernambuco.

A partir do ano 1900, as publicações de Prado Sampaio voltam a concentrar-se predominantemente em seu Estado natal, especialmente com sua volta definitiva a Sergipe, em 1905. A partir de então, suas publicações na imprensa sergipana são tão numerosas que não há possibilidade de indicá-las nos limites deste texto. Optamos, assim, por indicar preferencialmente aquelas que foram publicadas em Pernambuco por crermos serem menos conhecidas em nosso Estado. Por tais razões, doravante, faremos referências apenas a livros ou artigos particularmente significativos para exemplificar as diversas áreas do conhecimento, nas quais Prado Sampaio publicou. Encerrada esta pequena – e necessária – digressão, retornemos ao itinerário intelectual do pensador sergipano. Após as publicações – em livros e em jornais – ocorridas no século XIX, seguiram-se inicialmente duas obras poéticas: *Lendas Sergipanas* (1903) e *Poema do Lar* (1904). O ano de 1903 marca a estreia do bacharel aracajuano no mundo dos contos através da publicação de *Vida Sergipana (Contos Cientificistas)*. A este se seguiriam, nesta mesma seara, *Maculada* (conto publicado no jornal *O Estado de Sergipe*, em 1906), e *São João* (publicado no mesmo jornal em 1907).

Nas áreas da crítica e da teoria literárias, Prado Sampaio fez sua “estrela” em 1906, com a publicação de *Crítica Literária e Científica*. Publicaria ainda neste filão *Dos Elementos Etiológicos do Povo Brasileiro e Sua Euritmia Literária* (1907), *Processo Literário: Ontogenia e Filogenia* (1907) e *A Literatura como Criação Humana e Manifestação Social* (1909).

No campo da etnografia/antropologia, publicou *Ligeiro Escorço Antropogeográfico Sergipano* (1909) e *A Etnografia Perante a Literatura* (também em 1909)³⁸. Vale frisar – novamente – que ao longo de todo este período, Prado Sampaio continuou escrevendo para jornais, nas mais diversas áreas, tais como Direito, Geografia, Psicologia e Filosofia.

Além de escritor pródigo, Prado Sampaio notabilizou-se também por iniciativas no sentido de incentivar ou viabilizar a publicação de obras de

34 Dado a lume através do *Jornal do Recife*, de 09 de abril de 1899, este artigo aborda a proposta de desarmamento das nações europeias lançada por Nicolau II, com o objetivo de eliminação dos conflitos internacionais. O escritor sergipano, calcado no pensamento de juristas como Bluntschli e Holtzendorff, chega à conclusão de que trata-se de “uma utopia tão grandiosa quão impossível de realização definitiva”.

35 Texto ficcional estampado no *Jornal do Recife*, de 05 de março de 1899,

36 Poesia publicada no *Jornal do Recife*, em 09 de maio de 1899.

37 Texto ficcional publicado no *Jornal do Recife*, de 07 de setembro de 1899

38 A relação de obras aqui citadas é meramente exemplificativa. Para acesso a listagem integral de sua produção bibliográfica, veja-se o já citado *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*, de Armindo Guaraná, pp. 154-156.



muitos de seus pares. Para citarmos apenas dois casos, basta trazermos a memória que o escritor aracajuano foi um dos editores³⁹ do monumental *Dicionário Bio-Biliográfico Sergipano*, obra póstuma de Armindo Guaraná. Além disso, dirigiu, em 1916, a publicação da obra – igualmente póstuma – de Gumersindo Bessa, *Pela Imprensa e pelo foro*.

Prado Sampaio teve, também, participação fundamental nas origens e consolidação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Foi um de seus sócios fundadores, em 06 de agosto de 1912. Desempenhou inicialmente suas funções no Instituto atuando na Comissão de Donativos e Interesses Externos⁴⁰, até 1913, e no posto de Redator, até 1917. A partir de 1913, passou ao cargo de Orador, no qual permaneceu até 1919. Ato contínuo, passou a integrar a Comissão Permanente de História. No ano de 1924, tal função passou a ser acumulada com nova passagem pelo encargo de redator. No ano social de 1925-1926, migra para nova função, desta feita ocupando a 2ª Vice-Presidência. A partir de 1927, integrou a Comissão Permanente de Geografia, onde permaneceria até seu falecimento, em 13 de fevereiro de 1932.

A participação de Prado Sampaio no IHGSE já seria de imensa importância se se resumisse à sua atuação administrativa e cerimonial. No entanto, além de fundador, gestor, redator e orador, o escritor aracajuano foi também um dos mais importantes dos articulistas dos primórdios da Revista do referido instituto. De sua pena saíram numerosos textos e artigos que consubstanciaram – nas páginas da revista daquele que futuramente viria a ser conhecido como a “Casa de Sergipe” – a paixão do pensador sergipano pelo conhecimento e por nossa terra.

O primeiro de seus escritos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (RIGHSE)⁴¹ foi o texto *Palavras de Início*⁴², o qual é – de fato – o texto de abertura da primeira edição da revista, vez que antes das palavras de Sampaio, vislumbra-se apenas a transcrição do discurso de Florentino Menezes, por ocasião da fundação do Instituto, a notícia desta fundação e os seus estatutos. Coube-lhe, portanto, a honra e a responsabilidade de apresentar pela primeira vez os propósitos e os fins do IHGSE e de sua revista. No segundo número da

39 O outro editor do “Dicionário” foi Epifânio Dórea.

40 Os outros dois membros pioneiros daquela comissão foram Antonio Teixeira Fontes e Alfredo Cabral. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Vol. 01, nº 01, 1913.

41 Por questão de espaço, optamos por não citar os (numerosos) textos escritos por Prado Sampaio na RIHGS, na condição de redator, a exemplo de Discursos, Relatórios, etc – à exceção de suas “Palavras Iniciais” –, concedendo a prioridade aos textos dados a lume sob a condição de articulista.

42 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 01, nº 01, pp. 24-25, 1913.



Revista, sua contribuição foi o texto de abertura daquele número, sob o título *Tobias Barreto de Menezes (O Filósofo)*. Consistia fundamentalmente na defesa dos ideais filosóficos de seu maior mestre, em reação a uma crítica feita por Faelante da Câmara⁴³.

Para os números da RIHGSE publicados no ano de 1914, Prado Sampaio contribuiu com os seguintes trabalhos: *Questão de limites Bahia-Sergipe: cartas dirigidas à redação do Correio de Aracaju*⁴⁴, *Documentos Inéditos*⁴⁵ e *Sylvio Romero (o crítico)*⁴⁶.

A participação de Prado Sampaio estender-se-ia ao longo de diversos outros números da RIHGSE. Assim, em 1916, saiu a *Ethno-psychologia e Geographia Social Sergipana*⁴⁷; em 1919, o artigo *Causa da Expansão Territorial e seus consecutários jurídico-sociais*⁴⁸; em 1920, dois textos: *A propósito de uma data*⁴⁹ e *Súmula biográfica do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto*⁵⁰; para a edição de 1925, suas contribuições foram *Almirante Amyntas Jorge*⁵¹ e *Documentos Inéditos*⁵²; No ano de 1926, a Revista trouxe *Do Folclore sergipano e aspectos ethnopsychologicos de*

- 43 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 01, nº 02, p. 09-17, 1913. Neste artigo, publicado anteriormente no “Estado de Sergipe”, de 14 e 15 de janeiro de 1908, Prado Sampaio rebate a opinião exposta por Faelante da Câmara, num artigo publicado na Revista da Faculdade de Direito de Recife. Ali, o pensador pernambucano critica Tobias Barreto por ver em seu pensamento desacordo com o de Ludwig Noiré. O bacharel sergipano sai, então, em defesa de seu mestre, advogando que tal desacordo é inexistente. Boa parte do texto é dedicada a provar a impropriedade desta afirmação do escritor pernambucano. Faelante da Câmara (1862-1909) formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Dedicou-se à poesia e à história das ideias. Entre os artigos por ele publicados estão *Memória Histórica (1903)*, *A Faculdade do Recife como centro de cultura e coesão nacional (1906)* e o estudo sobre Tobias Barreto ao qual Prado Sampaio refere-se no presente artigo.
- 44 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 02, nº 03, pp. 77-80, 1914.
- 45 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 02, nº 03, pp. 81-96, 1914.
- 46 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 02, nº 04, pp. 103-108, 1914.
- 47 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 03, nº 06, pp. 147-166, 1916.
- 48 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 04, nº 08, pp. 251-268, 1919.
- 49 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 05, nº 09, pp. 69-71, 1920. A data em questão é o centenário da independência política de Sergipe, comemorado naquele 08 de julho de 1920.
- 50 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 05, nº 09, p. 75, 1920.
- 51 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 06, nº 10, pp. 93-94, 1925.
- 52 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 06, nº 10, pp. 95-101, 1925.

suas lendas⁵³; Por fim, o número de 1927 trouxe em suas páginas *A poesia e os poetas sergipanos*⁵⁴.

A quantidade e a variedade de artigos e temas tratados pelo bacharel aracajuano nas páginas da RIHGSE são eloquentes por si próprias. Dispensam a elaboração de quaisquer modalidades de raciocínios ou exposições com o fito de demonstrar o seu valor. Testemunham e comprovam o protagonismo desempenhado pelo Dr. Sampaio nos primórdios do IHGSE e de sua revista.

Some-se a tudo o que foi dito a circunstância de Prado Sampaio ter sido um dos pioneiros da Academia Sergipana de Letras (lá pelos idos de 1929) e teremos o retrato completo de um intelectual polivalente não somente em seus interesses de escritor como em suas atitudes perante o mundo intelectual. Além do escritor pródigo, foi também grande incentivador e promotor das atividades ligadas à ampliação do conhecimento humano.

Evidencia-se, portanto, que o trabalho intelectual de Prado Sampaio deixou marcas profundas não somente em sua terra natal. Sua contribuição é significativa, também, quando a enxergamos sobre o prisma da imprensa pernambucana. Quando levamos em conta a circunstância de que em fins do século XIX e inícios do XX – época de maior atuação de Sampaio – o ambiente intelectual de Recife era talvez o mais importante de todo o norte do país, percebemos que a obra de Prado Sampaio deve ser vista com maior respeito ainda. A notoriedade de seus trabalhos desenvolvidos e publicados em nosso Estado é tão óbvia que julgamos desnecessário tecermos quaisquer discussões sobre esse aspecto. Quisemos apenas chamar a atenção para a parcela de sua produção editada em Recife – a qual, salvo melhor juízo, é menos conhecida em nossas terras. Prado Sampaio, apesar de ter passado a maior parte de sua vida em Sergipe, foi um intelectual que marcou não apenas o contexto sergipano. Produziu também em um dos maiores celeiros intelectuais de sua época – a capital pernambucana.

Dito tudo isto, o que esperamos que reste claro é a conclusão de que relembarmos os feitos do bacharel aracajuano, nesta passagem de seu sesquicentenário, não se trata de qualquer tipo de benevolência ou saudosismo. Muito pelo contrário, é da mais pura obrigação por parte de todos aqueles que labutam diuturnamente para a construção de um conhecimento mais profundo e amplo acerca de nosso pequeno e belo Estado e – por que não dizê-lo? – do nosso país. Fortalecer a lembrança de sua fabulosa contribuição intelectual é ao mesmo tempo um dever de reconhecimento e uma questão da mais pura justiça. A obra intelectual e cultural de Prado Sampaio está certamente entre as mais valorosas e profundas de nossa história recente e, portanto, será sempre lembrada por sua enorme e profícua pujança.

53 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 06, nº 11, pp. 73-88, 1926.

54 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 07, nº 12, pp. 65-87, 1927.

